

O POSTO AGRÁRIO DE TAVIRA (1926-1974)

Um novo desenvolvimento no contexto agrícola regional e nacional

Ignacio García Pereda

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
2022



Ficha técnica:

Título: O Posto Agrário de Tavira (1926-1974): Um novo desenvolvimento no contexto agrícola regional e nacional

AUTOR: Ignacio García Pereda

Editor: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Faro.

Textos e entrevistas: Ignacio García Pereda

Ignacio García Pereda é investigador contratado (FCT-CEEC) do CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Membro da direção da Euronatura e da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, é mestre em engenharia florestal pela École Nationale du Génie Rural, des Eaux et des Forêts (França). Tem um Doutoramento em História da Ciência, pela Universidade de Évora.

Fotografias capa: Guilhermina Madeira, AP & Ignacio Pereda

Revisões: Sara Cosme, Carolina Canha, Helena Brita, Helena Gregório, Alexandra Batista, Matilde Rocha, Joana Guerreiro.

Paginação: Ignacio Pereda & Alexandra Batista.

Imagens: Coleção de António da Silva Marreiros (AM), coleção de Antónia Tomás (AT), coleção da família Massapina (FM), Arquivo da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (AP), Ignacio Pereda (IP), Jornal Povo Algarvio (PA) Pesquisa Documental: Laura Bajo, Judith Íñigo

Conselho Consultivo: Pedro Monteiro, António Marreiros, Ana Viegas, Isabel Ribeiro, Daniela Nunes Pereira, Carlos Manuel Faísca, Ana Duarte Rodrigues, César Rina, Verónica Conte, Cristina Porfírio Mendes, Cristina Fé Santos, João de Almeida Barata, Maria Teresa Magalhães Carvalho, Luísa Ricardo, Fernando Santos Pessoa, Annarita Gori, Renato Pistola, Pier Luigi Pireddu, Patrícia Monteiro, Bruno Pinto, Antónia Fialho Conde.

I.S.B.N: 978-989-98481-5-3

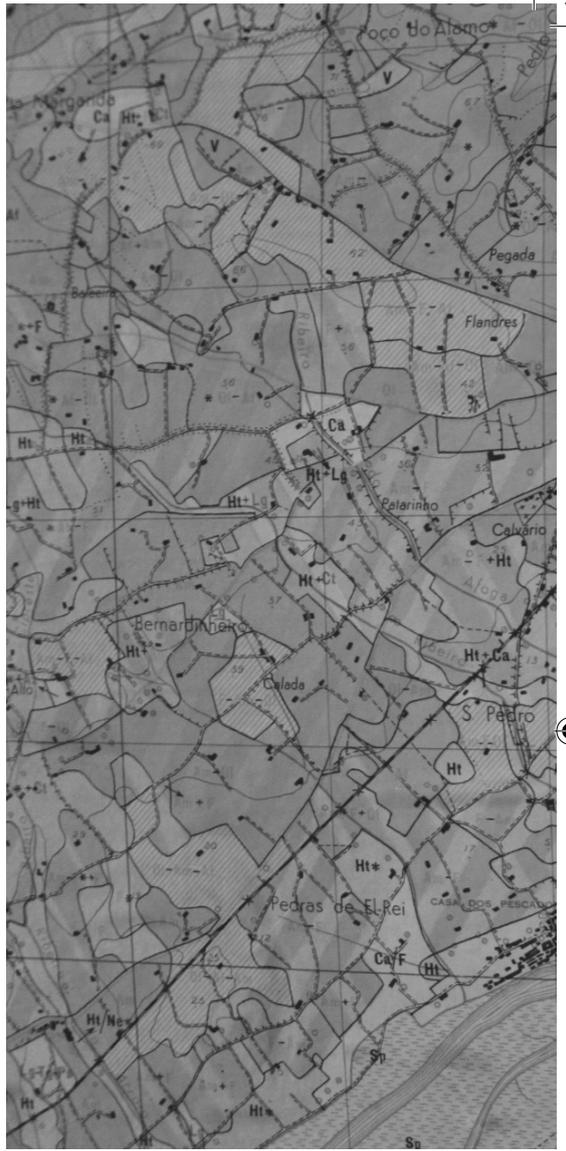
Depósito Legal: 510960/23

Data de 2a edição: janeiro de 2023

Impressão: Guide, Odivelas

Índice

- 6 – Prólogo
 - 9 – Prefácio
 - 15 – Agradecimentos
 - 20 – Chegada da agronomia a Portugal
 - 26 – Os primeiros agrónomos no Algarve
 - 31 – A legislação da 1ª República (1910-1926): agrónomos e regentes, estações e postos
 - 49 – Barbosa y Pego e a instalação do posto de Tavira (1926-1936)
 - 58 – Os anos de João Maria Cabral (1936-1962): de posto a estação
 - 84 – Tavira no Inquérito Agrícola e Florestal de 1950
 - 93 – A Extensão Agrícola no Algarve: O Movimento de Intensificação
- Agrária
- 102 – Natureza algarvia no pensamento de agrónomos e silvicultores
 - 117 – Tavira nos primeiros anos depois de 1974
 - 123 – Fontes Primárias: Entrevistas
 - 126 – Bibliografia



Carta dos Solos do Algarve, sem data, CEAT.





Prólogo

Este livro pretende, sobretudo, homenagear a memória e o trabalho de tantos homens e mulheres que ao longo de gerações construíram a história e identidade do atual Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT). Desde os seus tempos iniciais, que marcaram o embrião dos serviços públicos desconcentrados da área da agricultura na região do Algarve, até aos dias de hoje, onde damos os primeiros passos na implementação do Centro de Referência Nacional da Dieta Mediterrânica, um longo caminho foi percorrido, com altos e baixos, feito de momentos de maior dinamismo nas áreas da experimentação e da formação setorial agrária, mas também passando por períodos mais difíceis, de fortes estrangimentos ao nível dos recursos humanos e do investimento. No entanto, mesmo nos momentos mais exigentes, sempre mantivemos viva a chama da relevância deste Centro de Experimentação, do nunca baixar os braços condenando-o ao progressivo desmantelamento e ao encerramento inexorável, pois diz-nos a experiência que o que leva décadas de esforço a construir num ápice se pode esboroar. Só com muita tenacidade, teimosia e profissionalismo da parte de dirigentes, técnicos e pessoal operacional da Direção Regional de Agricultura do Algarve, foi possível manter viva a centelha deste Centro, que ocupa um papel central na história da agricultura algarvia e nacional, amplamente reconhecido e acarinhado por cidadãos e instituições da sociedade. A função deste livro é também

essa: divulgar a história e as estórias deste centro e das suas gentes, recolher e sistematizar testemunhos e documentos, enaltecer a sua importância passada e presente, como forma também de melhor o proteger e projetar a sua missão de serviço público para o futuro.

Ao longo de décadas, o antigo Posto Agrário de Tavira, atual CEAT, tem sido centro de formação de excelência para técnicos, agrónomos, para jovens e menos jovens agricultores; para experimentação de novas espécies, variedades e cultivares, de tecnologias e modos de produção inovadores e para divulgação, extensão e transferência desse conhecimento à sociedade; local de visitação de profissionais do setor, investigadores, alunos ou simples curiosos da prática agrícola, mas também repositório genético de material vegetal de referência nacional e/ou regional único: aqui, fruto do aturado trabalho de vários colegas, alguns já aposentados, em estreita articulação com os nossos produtores locais, temos hoje instalada, preservada e em caracterização uma coleção com mais de 700 referências de fruteiras, das espécies típicas do pomar tradicional algarvio, às coleções ampelográficas de vinha para vinho e mesa, passando pelas maçãs, romãzeiras e nespereiras. Algumas, se aqui não estivessem seguras, ter-se-iam irremediavelmente perdido, caso do nosso “pêro” (maçã) de Monchique, quase extinto pelos incêndios.

No presente, estamos a lançar as bases e a preparar o futuro do nosso CEAT: ambicionamos o seu reconhecimento e afirmação enquanto Polo de Inovação ligado à Dieta Mediterrânica, inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, e estrategicamente localizado em Tavira, escolhida como comunidade representativa da mesma, nas suas múltiplas dimensões estruturantes, a saber: promoção da

saúde ativa e da alimentação sustentável, defesa e divulgação do seu património histórico e cultural identitário, da biodiversidade e da paisagem tradicional, dos saberes fazer e dos recursos endógenos e produção local, do consumo responsável e sazonal dos alimentos, como forma também de melhor mitigarmos e nos adaptarmos para os grandes desafios do futuro: as alterações climáticas, a proteção de recursos cada vez mais sensíveis e críticos como a água e o solo, em paralelo com um ordenamento mais equilibrado do território.

Pedro Valadas Monteiro
Diretor Regional | DRAP Algarve

Prefácio

Preservar a história do atual Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT), antigo Posto Agrário de Tavira (P A de Tavira), criado em 1926, e mais tarde, em 1962, Estação Agrária de Tavira (E A de Tavira), sempre foi para mim importante, desde que comecei a ter contato com este Centro, em 1983, quando enquanto estagiário da Direção Regional de Agricultura do Algarve (DRAAlg), no Projeto Luso – Alemão (Projeto de Aprimoramento da Produção e Comercialização de Produtos Horto – Frutícolas na Região do Algarve), conheci este Centro e incluí (na minha Tese de final de Curso da Licenciatura de Engenharia Agrícola, da Universidade de Évora, juntamente com o trabalho que realizei com cultivares de melão, no Centro de Experimentação Horto - Frutícola do Patacão), o tratamento de alguns ensaios que ali também se desenvolviam, no âmbito das atividades desse importante e reconhecido Projeto.

Este interesse aumentou particularmente, depois de no início da década de noventa do século passado e durante cerca de dez anos consecutivos (até ao início do século XXI), na minha qualidade de Diretor de Serviços, nomeadamente de Experimentação, da DRAAlg, ter tido responsabilidades operacionais e de liderança direta das atividades, nomeadamente experimentais, que ali decorriam. Posteriormente e até hoje, continuei a acompanhar o trabalho que neste espaço se foi desenvolvendo e a realizar trabalho/ensaios de diversa natureza, como responsável de vários Projetos, nomeadamente na área da preservação dos Recursos

Genéticos Vegetais. Para além disso (e como o tempo não pára), sou nos dias de hoje, o técnico do quadro desta Direção Regional de Agricultura com formação agronómica, que há mais anos se encontra ligado ao CEAT.

Talvez por tudo o que foi dito atrás, o Sr. Diretor Regional, solicitou a minha colaboração, para ser o “elemento de ligação”, juntamente com a colega Ana Viegas (responsável pela Comunicação da Direção Regional), com o autor desta obra, projeto que abracei desde o primeiro momento, com a perfeita noção das responsabilidades que tal implicava, na medida em que estávamos em presença de quase 100 anos de história, ainda que o nosso trabalho fosse de apoio logístico, contatos, sugestões e eventual revisão do texto, e não da sua autoria, a qual ficaria, como não podia deixar de ser, nas mãos do especialista nestas matérias, Ignacio García Pereda, doutor em História da Ciência pela Universidade de Évora e doutor em Engenharia Florestal, pela Universidade Politécnica de Madrid.

Inicia-se este livro, com uma breve introdução do autor ao trabalho realizado e principalmente à forma como ele foi feito, nomeadamente a investigação desenvolvida e as fontes utilizadas, passando, depois de recuar até meados do século XIX, a apresentar os primeiros passos da agronomia em Portugal e a formação dos seus técnicos.

Leva-nos depois aos primeiros agrónomos algarvios, destacando o trabalho realizado por Manuel de Bivar Gomes da Costa Weinholz, formado em 1883, cujo trabalho final foi sobre a tão importante cultura da figueira no Algarve, naqueles tempos.

As referências e o estudo da legislação da I República (1910-1926), os seus técnicos e os seus locais de trabalho e de desenvolvimento experimental, ocupam cerca de 20 páginas do capítulo seguinte deste livro, onde refere, nomeadamente, a importância que a República dedicou ao ensino tanto de crianças como de adultos, escrevendo depois sobre questões organizativas da área agrícola e do seu ensino, onde o Algarve vem pontualmente referido, nos aspetos que o autor considera com reflexos importantes para esta Região, como por exemplo quando refere:

nos serviços agrícolas foi criada a região Algarve (a oitava), com duas sub-regiões: Silves e Faro. No decreto de 1918, era previsto que em cada região fosse criada uma estação, “onde se concentrarão todos os serviços regionais”. Em cada sub-região existiria pelo menos um posto agrário.

Após variada informação sobre esta temática, que porventura pode parecer afastar-se da principal temática desta obra – o P A de Tavira -, ela permite-nos ficar a conhecer as preocupações e propostas de alguns pensadores destes temas dessa época, algumas das quais, se porventura não estivessem datadas, poderiam ser apresentadas agora, dado o seu carácter atual, nalguns dos aspetos referidos, particularmente interessantes do meu ponto de vista, para os quais chamo a atenção do leitor.

Chegados à criação do Posto de Tavira, ficamos a saber que a escolha do espaço para o mesmo foi feita em 1926 (a Quinta de Santo António), cujas competências ficaram definidas em 1931.

Muito interessante, é do meu ponto de vista e na linha do já referido anteriormente, o relatório, de Fernando Barbosa (na sua qualidade de diretor do Posto de Tavira), sobre os trabalhos do Posto entre setembro de 1928 e agosto de 1929, onde se podem destacar o seu ponto 2:

Montagem de estufas para iniciar culturas forçadas e semi - forçadas de primores de futuro próspero e certo nesta abençoada região que, pela sua situação especial, deve superar a Cote d'Azur e Riviera italiana. Uma cultura que devia andar associada a esta cultura forçada era a floricultura, cujos estudos deviam interessar ao Posto,

que mostrava já nessa altura um dos caminhos para a agricultura algarvia, que continua atual.

Segue-se depois aquilo que o autor designa por “os anos de João Maria Cabral (1936-1962): de posto a estação”, com um decreto de 1936 a fazer corresponder ao Algarve a XV Região. O Posto do Sotavento Algarvio manter-se-ia até 1962, quando foi instalada a E A de Tavira, que em síntese, tinha por missão, entre outros pontos,

...proceder a estudos, ensaios, experimentação e demonstração de culturas; contribuir para a preparação profissional dos trabalhadores da região, responder a consultas e fazer análises elementares.

Estamos pois em plena história do P A de Tavira e da E A de Tavira, razão principal desta obra, pena é que não tenha sido possível, por razões várias, desenvolver mais esta parte do livro, onde o autor faz referência a alguns técnicos, nomeadamente agrónomos, que desenvolveram trabalho depois de 1962, dos quais muitos

tavirenses e muitos algarvios se recordam, nomeadamente os mais velhos, porque esta Estação teve importância sobre toda a atividade agrícola algarvia, importância essa que alguns têm tentado manter até hoje, normalmente pouco apoiados, ainda que presentemente alguns “sinais” parecem querer indicar uma futura revitalização deste importante espaço, situado no “coração” da cidade de Tavira.

O autor enquadra depois a obra do arquiteto Jorge Segurado, autor do projeto do atual edifício, sobre o qual pormenoriza aspetos interessantes e, caminhando para o final do livro, aborda e enquadra Tavira no Inquérito Agrícola e Florestal de 1950, bem como a Extensão Agrícola no Algarve, e alguns dos seus intervenientes (técnicos), no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, do século passado.

Como um “extra” de interessante valor histórico e cultural, ainda que “fugindo” um pouco ao tema da obra, o autor incluiu um capítulo que intitulou “Natureza algarvia no pensamento de agrónomos e silvicultores”, terminando este livro com um pequeno capítulo (“Tavira nos primeiros anos depois de 1974”), talvez aquele que virá ser mais discutido, pois foi vivido por muitos que felizmente ainda se encontram entre nós, onde o tempo passado até hoje, ainda não foi suficiente para assentar a “poeira” levantada, que normalmente impede o olhar claro do trabalho histórico.

Foi vasta a bibliografia consultada pelo autor, bem como interessante o número e certamente o conteúdo das entrevistas realizadas, que de um ponto de vista de quem lê esta publicação, talvez achasse interessante que o resultado das mesmas ficasse mais plasmado nesta obra, mas a primazia da decisão, foi do autor, único responsável, como é natural que seja, do conteúdo destas páginas,

que foi acolhendo algumas sugestões, que lhe foram sendo dadas durante esta escrita.

No final da leitura deste livro, surgirão da parte dos leitores, como é normal, comentários, elogios, críticas e omissões referentes a pessoas e factos. Este foi o trabalho possível realizado pelo autor, que contou com a colaboração de todas as pessoas contatadas, nomeadamente as indicadas por nós e que se disponibilizaram a colaborar neste trabalho, o que aproveitamos para agradecer, que pretendeu passar a escrito toda esta história dispersa e às vezes abandonada. A DRAP Algarve estará certamente disponível para receber todos os contributos que surjam para melhorar no futuro a história deste espaço localizado em Tavira, mas “pertença”, na nossa opinião, de toda a Região Algarvia e quem sabe, talvez fazer uma edição, em 2026, mais centrada neste espaço, quando este Centro de Experimentação fizer o seu centenário.

Este emblemático centro merece, atualmente e no futuro, ser mais acarinhado e apoiado pela Região Algarvia.

Faro

António J. C. Marreiros

Eng.º Agrícola (Técnico Superior da DRAP Algarve)

Agradecimentos

A elaboração deste livro deve-se em grande parte a três funcionários da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, que de uma forma ou de outra, deram o seu contributo e o seu incentivo para que ele chegasse até aqui, e aos quais quero expressar o meu agradecimento muito sincero: Pedro Monteiro, Ana Viegas e António Marreiros. Desde a secretaria de Tavira e os arquivos de Patação, também devo lembrar a boa colaboração de Isabel Silva, Luísa Pereira e Alexandre Cunha.

Um agradecimento muito especial à investigadora Cristina Fé Santos, pela colaboração que deu a esta investigação, e a generosidade para partilhar as fontes que tinha encontrado.

Outro agradecimento a todos os entrevistados, por terem oferecido dedicadamente, sempre que era pedido, as informações que se viriam a desvendar importantes descobertas sobre o objecto de estudo.

Com muito carinho agradeço também aos três alentejanos que me fizeram descobrir, a partir da Manta Rota, o lado mais luminoso do Sotavento Algarvio: João Manuel Batista, Deonilde e Alexandra Cabral Batista.

Introdução

As instalações do Posto Agrário de Tavira, projeto do arquiteto Jorge Segurado, celebraram, em 2022, 60 anos de existência, altura em que o Posto alterou a sua natureza, e começou a funcionar como uma Estação Agrária. A passagem destes 60 anos dá-nos, assim, o “leitmotiv” para a preparação de um livro que dê a conhecer a sua importância, quer do ponto de vista da história agrária, quer da história da administração pública no Algarve.

A agricultura do Estado Novo constitui um tema que a historiografia, nos últimos anos, tem analisado com bastante frequência.¹ Desde as suas diversas dimensões políticas até às perspetivas institucionais, passando pelas mudanças educativas, económicas e sociais e a sua vertente colonial, todos estes temas foram já de várias formas estudados.

Nas últimas décadas, tem-se assistido a um interesse crescente pelos espaços científicos, no âmbito da história da ciência.² Todavia, os laboratórios agronómicos continuam a ser dos espaços menos conhecidos. Este livro pretende perceber a história do Posto Agrário de Tavira, com especial destaque para as práticas científicas, o tipo de peritos que ali trabalharam e as relações estabelecidas com escolas e outros espaços económicos e sociais de Algarve, de Portugal e do estrangeiro.

1 Baptista, 1993, Radich, 2007; Amaral 1994, Pires 2018, García-Pereda, 2017; García-Pereda 2018, Saraiva 2021, Gago, 2015; Duarte & Pereda, 2021; Faisca, 2019.

2 Suay, 2021.

Este trabalho partiu da localização de documentação através de um périplo por vários arquivos e bibliotecas. A investigação foi concretizada na biblioteca da Assembleia da República, no Arquivo Histórico do Ministério da Economia, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Nacional e, por fim, na Torre do Tombo. Foram ainda feitas incursões na biblioteca e arquivo da Direção Regional de Agricultura do Algarve (Patação, Faro), na biblioteca do antigo Posto Agrário de Tavira, nas bibliotecas das escolas de regentes de Évora e Santarém (hoje Universidade e Instituto Politécnico) e nas bibliotecas municipais de Beja, Loulé, Faro, Tavira e Vila Real de Santo António. Nestes locais foi possível encontrar documentação de cariz administrativo e contabilístico, embora esta fosse, por vezes, bastante lacunar, quer nos assuntos abordados, quer na seriação cronológica que tinham. Além destas instituições, a Biblioteca do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, a Biblioteca da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Areeiro, Lisboa), assim como os arquivos privados de Gabriel Gonçalves ou de Joaquim Anastácio, foram cruciais na localização e análise de fontes e estudos relacionados com a temática deste livro.

A cronologia estipulada para a realização da investigação obedece a um critério institucional, na medida em que acompanha o Posto de Tavira, desde a sua criação, em 1926, até à Revolução de 1974, momento em que o Posto começou a perder importância dentro da geografia agronómica regional. Mas de forma a criar uma maior unidade temporal e de modo a compreender não só a atuação desta instituição, mas também os avanços e recuos da agronomia algarvia, entendemos começar a nossa análise na segunda metade do século XIX. É nas últimas duas décadas deste século que se publicam os

Leal González, 1970



Foto nº. 6

Mobilização do solo do viveiro com enxada
mecânica ou freza.

primeiros trabalhos finais de agrónomos portugueses, relacionados com a agricultura do Algarve.

Ainda no campo das fontes, as publicações periódicas foram, igualmente um importante acervo de informação, superando a ausência de documentação primária, sendo a tipologia de fonte privilegiada na investigação. Em primeiro lugar, foram alvo de atenção algumas revistas agrárias como *Agros*, *Gazeta das Aldeias e Vida Rural*. Outras publicações de cariz governamental, associativo e científico também foram analisadas, assim como alguns exemplares de imprensa periódica nacional (*Diário de Lisboa*) e regional (*O Algarve, Povo Algarvio*).

Foi realizado um trabalho de reconstituição da vida cotidiana no posto para verificar como se trabalhava no posto e na estação de Tavira até 1974.³ A recolha da memória oral foi realizada com o recurso a entrevistas não dirigidas, fundamentadas teoricamente no clássico Paul Thompson (1978), e mais parecidas com uma conversa informal do que com um inquérito. Foi seguida a técnica do apuramento de Histórias de Vida, cada vez mais usadas na Antropologia e na Sociologia.⁴

3 Recentemente, outros projetos também aproveitaram a memória oral dos antigos funcionários do posto e da estação. Um bom exemplo é a conversa com o regente Rafael Cordeiro (Cordeiro, 2022). A coletânea «Histórias do Posto Agrário» é um projeto desenvolvido pelo movimento de Cidadãos pelo CEAT e Hortas Urbanas de Tavira.

4 Almeida, 2018.

Chegada da agronomia a Portugal

Enquadrado na política de modernização do país, em 1853 foi inaugurado em Lisboa o Instituto Agrícola, cuja função seria a de apoiar a formação de peritos numa nova profissão: a agronomia.⁵ A criação do Instituto constitui um marco decisivo no processo da emergência de uma nova especialidade na engenharia de Portugal. Em 1858, terminaram os estudos os membros da primeira geração nacional de agrónomos. Três anos depois, na Câmara dos Deputados, o ministro de Obras Públicas viu-se obrigado por um dos deputados a explicar os benefícios que o novo ensino agrário tinha dado a Portugal em menos de uma década:

*o instituto não mandou vir do estrangeiro muitas das máquinas aperfeiçoadas? Não se fizeram alguns ensaios com essas máquinas para chamar para este ponto a atenção dos nossos agricultores? E com este incentivo não se conseguiu que as máquinas desta natureza se difundissem, como já o estão hoje, por muitos pontos do país. Isto e as publicações periódicas relativamente à agricultura e que datam desta mesma época, não podem deixar de ser reputados causa de melhoramento neste principal ramo da riqueza pública. Por consequência, se não temos ganho tanto terreno quanto seria para desejar, não se pôde dizer que tenham sido completamente indiferentes os esforços dos poderes públicos para o melhoramento da nossa agricultura.*⁶

5 Ver Barata 2019, pp. 20 e seguintes para o processo de constituição da instituição. A partir de 1864 adota a designação de Instituto Geral de Agricultura.

6 Debates Parlamentares, 29 de julho de 1861.

Tratava-se de uma escola de engenheiros, não de professores de agricultura ou de simples agrónomos, como noutros países europeus. Esta opção tinha a sua importância, já que o termo engenheiro tinha na década de 1850 conteúdos relativamente precisos e uma identidade social reconhecida. *Ser engenheiro impunha planos de estudo, formas de trabalho e uma forma de vida, e no caso de uma parte dos engenheiros agrónomos, um emprego dentro da estrutura do Estado.*⁷ Era preciso uma cultura técnica mas também uma cultura geral:

*modernos cientistas que se dedicam a estudos aplicados à agricultura, necessitam possuir, além de uma grande cultura geral, um conhecimento perfeito do meio a que de destinam as suas observações, para alcançarem com mais facilidade, mais rapidamente, e com maior eficiência o seu objetivo.*⁸

Na segunda metade do século XIX, a agronomia era uma profissão nova e sem um espaço claro no mercado de trabalho português. Do carácter fundamentalmente agrícola do país, vinha a necessidade de algum tipo de perito no campo da agronomia, tal como tinham surgido os veterinários da necessidade de tratar dos cavalos, sobretudo dos cavalos militares. Desde 1860, seriam os agrónomos a ocuparem-se da luta contra novas patologias vegetais, que provocaram rapidamente muitos danos na economia nacional: o *míldio* e a *filoxera*. Um bom exemplo seria a primeira fase da vida laboral de Jaime Batalha Reis (1847-1935). Os seus conhecimentos no campo da enologia valeram-lhe uma ascensão rápida. Foi nomeado, por Moraes Soares, presidente da comissão encarregada de estudar as moléstias das vinhas. Em 1872 foi nomeado chefe do Serviço

7 Pan-Montojo, 2005.

8 Galvão, 1943, 6.

Agrícola do Instituto Geral de Agricultura. Em 1876 foi enviado como um dos comissários à Exposição Universal de Filadélfia, com a missão de estudar o plantio da vinha nos Estados Unidos. A questão da *filoxera* permitira ao novo coletivo dos agrónomos portugueses mostrar os seus conhecimentos e capacidades, *para alterar a face tecnológica do país*.⁹ As encomendas públicas assumiram desde o primeiro momento uma dimensão fundamental no projeto de modernização agrária nacional.

Se os agrónomos eram os técnicos que sabiam aplicar os meios para orientar o processo de modernização rural, os conflitos com outras profissões podiam surgir em qualquer momento, como com botânicos, lavradores, veterinários, políticos, silvicultores e arquitetos. De facto, muitas vezes, surgiram. Neste sentido, as novas revistas como o *Archivo Rural*, tinham dois objetivos importantes: primeiro, sedimentar um corpo de conhecimentos novo de forma a definir as fronteiras do seu campo profissional e clarificar o perfil académico e profissional do agrónomo; segundo, tornar visível à sociedade o papel essencial desempenhado pelos agrónomos no sistema produtivo, tanto agrário como industrial.

Diversamente dos companheiros formados na Escola Politécnica de Lisboa, os engenheiros agrónomos não só deviam completar um trabalho técnico, mas também um sacerdócio, levado quase sempre a um alto grau de abnegação e de sacrifício, sem olharem a proventos materiais,¹⁰ com o objetivo de conquistar os rurais para as ideias de progresso material, de inovação técnica, de racionalidade instrumental e de cooperação produtiva. Um exemplo deste apostolado são as missões agrícolas realizadas por vários

9 Matos, 2000, 69.

10 Galvão, 1943, 8.

professores de Agronomia em 1870, onde se destaca o “missionário” João Ignacio Ferreira Lapa, que esteve na província do Minho durante várias semanas, no verão de 1870. A missão incluía várias conferências na cidade de Braga:

não excedendo o máximo concurso de ouvintes na última conferência a cento e vinte pessoas, tenho a satisfação de haver sido escutado por todas as maiores distinções que neste tempo se achavam em Braga ou nas suas imediações, e de haver produzido um entusiasmo pelas coisas agrícolas nos ânimos de todos, como se a população inteira tivesse ouvido a minha palavra. Explica-se muito naturalmente esta irradiação do efeito das minhas conferências, porque as inteligências ilustres que me honraram com a sua presença foram outros tantos inspirados pregoeiros das minhas ideias, e porque o espírito público de Braga, e em geral de toda a província do Minho, é naturalmente afeto e mesmo dedicadíssimo às coisas do viver manso e pacífico da agricultura. Eu não podia ser mais feliz na eleição que fiz de Braga para as minhas conferências.¹¹

Os primeiros agrónomos, formados por professores como Ferreira Lapa, tinham de romper com as rotinas, com as desconfianças e resistências perante as novidades técnicas apresentadas, convencer os lavradores com a necessidade de uma profissionalização e modernização com os factos (os campos de demonstração dos postos agrícolas), com a sedução dos seus líderes (os lavradores mais destacados) e com a própria autoridade como agentes do Estado.¹² Mas a relação com os agricultores não podia ser unicamente de superioridade; ainda que denominado “sacerdote” da ciência, não cabia ao agrónomo ser crítico acerbo e intransigente

11 Lapa, 1871.

12 Pan Montojo, 2005.

de todas as práticas locais, mas sim experimentador e conselheiro. Nas palavras do agrónomo Veríssimo de Almeida em 1891, era agradável constatar esta

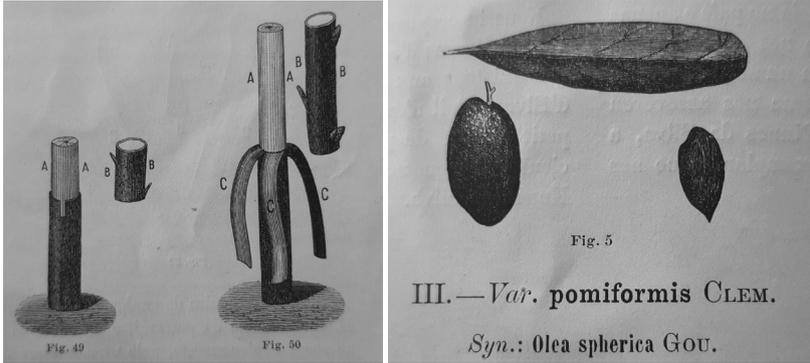
*harmonia entre teóricos e práticos, denominações hoje sem valor precisamente definido e que por tanto tempo estabeleceram uma barreira à união dos esforços... Nesta camaradagem de trabalho útil todos ganham, porque todos ensinam e todos aprendem; e destes ensinamentos e aprendizados mútuos, só resultam benefícios para a agricultura e para o país.*¹³

Se Ferreira Lapa provinha da medicina veterinária, Moraes Soares, o primeiro diretor geral de agricultura, provinha do campo da medicina. António Rodrigo de Moraes Soares (1811-1881), bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, distinguiu-se como alto funcionário da Administração Pública e perito em assuntos agrícolas e financeiros. Quando em 1852 se criou o Ministério das Obras Públicas foi nomeado chefe da repartição de Agricultura e mais tarde Diretor Geral, tendo fundado a Quinta Regional de Sintra e o Instituto Agrícola de Lisboa. Em 1858 lançou o Arquivo Rural, importante jornal de agricultura, onde Soares manteve durante anos uma *Crónica Agrícola*, onde deixava claro o quanto trabalho tinham os agrónomos por fazer para mudar a mentalidade das elites rurais:

*os nossos nobres desbarataram as heranças dos pães, e os nossos influentes abominam a vida rural... Há 18 anos que neste jornal lançamos o pregão destas verdades. Havemos de prosseguir nesta proclamação em quanto nos restar um alento de vida.*¹⁴

13 Barata, 2018.

14 Soares, 1873.



Câmara, 1902

Havia uma questão tecnológica. A agronomia era a aplicação da ciência, da razão, disciplinada pelas matemáticas (disciplinas como a topografia ou a estatística) e a experimentação, a resolução dos problemas agrícolas. Como cientistas, deviam mostrar um estilo eficaz, sem relação com os interesses políticos ou pessoais. O pensamento tecnológico podia e devia melhorar as rotinas agrícolas, e ser um modelo de como modernizar a sociedade.

Os primeiros agrónomos no Algarve

Segundo Maria Carlos Radich,¹⁵ o número de formados entre 1858 e 1899 em Lisboa foi de 142 engenheiros agrónomos e 4 engenheiros silvicultores. Os algarvios desta primeira fase são poucos, como poucos foram os trabalhos finais dedicados à região.¹⁶

Algumas famílias de ricos industriais e lavradores decidiram enviar os seus filhos para estudar nesta nova escola. Foi o caso da família Eugénio de Almeida, com grandes propriedades perto de Évora: Carlos Maria Eugénio de Almeida (1845-1914) formou-se em 1870, com um trabalho final sobre viticultura; José Maria Eugénio de Almeida (1873-1917), o seu filho, formou-se em 1898 com um trabalho sobre melhoramento de cavalos. Dos primeiros agrónomos algarvios destacam-se dois da mesma família: Manuel de Bivar Gomes da Costa Weinholz, formado em 1883, e Francisco de Almeida Bivar Weinholz, formado em 1891. O trabalho final do primeiro foi sobre a cultura da figueira no Algarve, e o do segundo foi uma monografia sobre a IX Região, que na altura correspondia também ao Algarve. A família teve interesses industriais importantes, como fábricas de conservas em Portimão no primeiro terço do século XX. Outra família importante que pode ser referida são os Lobo de Miranda, com vinhos que foram apresentados na exposição internacional de Filadelfia, em 1878. Joaquim Lobo de Miranda acabou os estudos de agronomia em 1909, com um estudo sobre as figueiras do Algarve.

15 Radich, 1996, 133.

16 Mattos, 1900; Gomes, 1953.

A monografia de 1891 é um trabalho muito importante para perceber os avanços da agronomia nesta região. O distrito de Faro tinha uma população de cerca de 250.000 habitantes, com uma taxa de analfabetos superior aos 82%. A chegada à região da agronomia moderna devia implicar a submissão de práticas e conhecimentos seculares à sistematização, análise e crítica oitocentistas. Era um território de difícil acesso.¹⁷ Na década de 1860, segundo o político Manuel Teixeira Gomes, nascido em Vila Nova de Portimão, a viagem terrestre de Lisboa para o Algarve era longa, complicada, quase aventureira...

*Comboio até Beja; diligência de Beja até Mértola; descida do Guadiana em vapor até Vila Real de Santo António e daí outra vez diligência ao longo da costa.*¹⁸

*Oliveira Martins fala dessa viagem em termos de quem ainda conserva vivo o horror da impressão recebida. Para ele, na chegada a Vila Real, experimentava-se a sensação de quem entra de um sertão em um jardim, de quem deixa uma escura gruta por uma luminosa planície. Ao silêncio e impassibilidade alentejana sucede o constatante movimento, a fala, o cantar de uma população como os gregos das ilhas.*¹⁹

O Algarve também foi o destino de vários naturalistas. Um exemplo pioneiro foi o de Friedrich Link, nos primeiros anos do século XIX.²⁰ O segundo exemplo é o de Friedrich Willkomm, mais tarde professor da escola de silvicultura de Tharandt, que escreveu

17 Rosa, 2010.

18 Quaresma, 2018.

19 Arroyo, 1909, 67.

20 Link, 1801.

sobre as suas viagens (4 semanas) no Algarve em 1846.²¹ Outro foi um dos jardineiros do jardim botânico de Coimbra, Frederico Moller, que visitou a região em 1891, e escreveu sobre essas excursões no *Jornal de Horticultura Práctica*, editado no Porto.²²

A agronomia tinha a marca da novidade, não da tradição.²³ As principais inovações da técnica para a agricultura oitocentista foram a luta contra a filoxera, o uso de adubos, a introdução de espécies e variedades de plantas e a mecanização. Na difusão da mecanização destaca-se o papel do Alentejo, região de latifúndios, onde era mais fácil a introdução de novas máquinas como as debulhadoras.²⁴ Também era preciso lutar contra elementos naturais, como as dunas móveis de Vila Real de Santo António, que na década de 1880 “invadiam os campos pouco a pouco”.²⁵ Foi nessa altura que o serviço florestal do Ministério das Obras Públicas começou a arborizar aquelas dunas, como já tinham feito noutras partes da costa como nas matas públicas da Marinha Grande.²⁶

A agronomia implicava a introdução da prática experimental, portanto, tinham começado algumas experiências com hibridações de trigos, e eram conhecidas plantas vendidas por viveiros franceses como Vilmorin.²⁷ Os avanços conseguidos com adubos já eram

21 Devesa & Vieira, 2001; Willkomm, 1854.

22 Muller, 1891.

23 Marques, 1998; Radich, 1988.

24 Reis, 1982.

25 Weinholz, 1891, 27.

26 Freitas, 2010.

27 Weinholz, 1891, 72, sobre a cultura do trigo, fala das variedades de Vilmorin “desejaríamos ver entre nós adoptada a hybridação. Possuímos tipos de trigo com optima aparência de bago, rendendo muito em farinha, mas de pequena produção. Pois bem, cruzemo-los com um tipo nacional ou estrangeiro de elevado rendimento.”

evidentes, e reconhecidos pelas gerações seguintes de agrónomos, basta lembrar no campo da química o impulso que a produção experimentou depois da descoberta dos adubos químicos e do estudo científico e prático da sua aplicação aos variados tipos de solos cultivados.²⁸

Em 1891, o agrónomo chefe da região (a IX), era Tancredo do Casal Ribeiro, momento em que funcionava um viveiro de cepas americanas em Loulé.²⁹ Em maio desse ano, a capital da região agrícola foi transferida para Faro, e as primeiras associações agrícolas foram criadas, como o Sindicato Agrícola de Faro (setembro de 1899), e o de Lagos (julho de 1901).³⁰

Leal González, 1970



28 Galvão, 1943.

29 Ribeiro, 1891. Antes de 1891, podem destacar-se os trabalhos de Alexandre de Sousa Figueiredo e do veterinário Domingos Annes Baganha na Estação Experimental de Agricultura do Districto de Faro (Baganha, 1875)

30 Repartição (1899). O Estatutos de 1899 do sindicato de Faro indicavam que no seu programa era importante a instrução agrícola em todas as formas, “bibliothecas, museus, cursos, conferências, concursos, prémios e campo de experiências”. Deviam ser realizados “ensaios de culturas, de adubos, de machinas e instrumentos”.



Ilustração da revista Vida Rural, 1953 (EN)



Publicidade, correspondência da década de 1930 (AP)



Ilustração de Vasco para a revista Civilização (1929)

A legislação da 1ª República (1910-1926): agrónomos e regentes, estações e postos

Em Portugal, desde outubro de 1910 que se vive sob um outro regime político. Assinala-se nessa data o fim da monarquia liberal e a instauração da República, que teve os dias contados em 1926, na sequência de um golpe militar. O agrónomo Joaquim Rasteiro foi o primeiro Diretor Geral de Agricultura do governo da República, entre 1910 e 1913; *acertada escolha para o regime, que precisava distinguir-se à nascença dos seus mais altos funcionários, aos quais se exigia que revolucionassem os processos da velha administração burocrática.*³¹

O regime republicano dedicou uma especial atenção ao ensino, tanto de crianças como de adultos. A intencionalidade em divulgar o saber agronómico junto dos agricultores e população em geral parecem ter-se intensificado. Quando Rasteiro chegou ao Ministério de Fomento, liderado por Brito Camacho,³² as classes agronómicas tinham-se *achado manietadas pela sua organização fracamente pouco produtiva,*³³ faltava por isso à grande maioria dos agricultores o bom exemplo e a sábia direção. Era necessário uma ação educativa

31 Gomes, 1932.

32 Entre 1910 e 1931 o professor da cadeira de arboricultura do Instituto Superior de Agronomia (ISA) era Joaquim Rasteiro. Rasteiro era o agrónomo que tinha trabalhado mais em prol do ensino agrícola, masculino e feminino, enquanto primeiro diretor-geral de Agricultura na primeira fase do período republicano (1910-1913).

33 Rasteiro, 1913, 10.

mais intensa, com uma instrução que abrangesse todos os graus, para que se difundisse em todos os meios. Na reforma de 1911 havia *um espírito novo, declarava-se a guerra ao funcionalismo do Estado... Os frutos do empreendimento foram escassos; a própria organização perdeu terreno; entretanto a ideia era elevada e nobremente revolucionária.*³⁴

O Instituto Superior da Agronomia (ISA), a instalar na Tapada da Ajuda de Lisboa, não foi o único grande projeto do ensino e fomento agrário da I República. O ISA, como o Instituto Superior Técnico, foi colocado sob a tutela direta do recém criado Ministério de Fomento, tendo os dois um estatuto de autonomia inédito, no qual os conselhos escolares tratavam diretamente com o ministro.³⁵ Se o novo edifício do ISA foi inaugurado em 1917, em finais de 1926 foi instalado o Posto Agrário de Tavira. O ISA pretendeu-se desde o início como uma escola moderna, inovadora e exemplar, marcando a sua especificidade através da autonomia pedagógica e científica, tentando romper com os vícios da burocracia, do clientelismo político.

O tema do “espírito técnico” será muitas vezes retomado em publicações como *Agros*, a revista da nova associação de estudantes do ISA. Na história do ensino agrário, este período foi marcado pelo confronto entre os engenheiros agrónomos e os regentes, isto é, os técnicos de nível médio, anteriormente formados em escolas como Coimbra e Santarém. Estes aspiram ao estatuto e título de engenheiro e aos agrónomos interessa anular um potencial concorrente no mercado dos empregos do ministério. Em 1919, o

34 Gomes, 1932.

35 Rodrigues, 1999.

decreto n.º 5627, continha uma disposição que veio permitir aos técnicos formados nas escolas agrárias de Coimbra e Santarém usar o título de “engenheiro agrícola”. Tal facto suscitou protestos não só de agrónomos e silvicultores, mas também do corpo docente do ISA e dos próprios estudantes deste último estabelecimento de ensino, resolvendo levarem o assunto à Federação Académica, a fim de se declararem em greve. Nas palavras do professor do ISA e deputado, Manuel Sousa da Câmara, a escola de Coimbra era:

simplesmente secundária e nos seus programas, além do curso profissional, desenvolve o liceal em sete anos, incluindo o ciclo complementar. Para que, pois, se pretende dar aos diplomados pela Escola Nacional de Agricultura de Coimbra um título impróprio, que impõe estudos profundos e transcendentais, que exige uma preparação que os alunos não têm nem devem ter, atendendo ao papel que são obrigados a desempenhar na sociedade?... Vaidade, tudo vaidade, e nada mais! E ostentação de meia dúzia de regentes agrícolas, certamente os mais incompetentes dentro da sua classe, que por desconhecerem os altos serviços prestados pelos colegas e a segura reputação que criaram de um nome que os nobilita, têm, por ele, um certo desdém, como tão intensamente o manifestaram. Coitados, esquecem que as duas categorias — engenheiros agrónomos e regentes agrícolas — são igualmente úteis e necessárias, são igualmente profissões dignas e honrosas.³⁶

Nas justificações de Sousa da Câmara e da greve de 1919, emerge a questão do título como expressão de uma superioridade hierárquica fundamentada no nível dos conhecimentos científicos.³⁷ Em maio de 1926, poucos dias antes do Golpe Militar, o tema voltou a ser

36 Debates Parlamentares, 22 de julho de 1919.

37 Rodrigues, 1999, 93.

tocado no Parlamento. De novo um professor do ISA e deputado, Luís de Castro,³⁸ abordou a questão com interessantes palavras:

*Será o medo da incompetência? Haverá o intuito de afastar, de cortar as aristocracias científicas, que são as que dirigem os países? Pois, Sr. Presidente, as democracias verdadeiras não se governam senão com as aristocracias das competências. É preciso que os democratas que governam sejam aristocratas do talento e da moral. Assim é que singram as democracias. Sr. Presidente: se há causa justa numa greve, é a desta. Pôr à testa de uma grande empresa, que necessite de engenheiros, condutores de obras públicas, é um erro gravíssimo. Pôr um regente agrícola, confundido com o título de engenheiro, à testa de um laboratório de altas investigações biológicas, é um erro atroz, porque das investigações científicas é que resultam todos os elementos que hão-de redundar no desenvolvimento do País. Cada um no seu lugar; cada um conforme o seu tipo profissional e as suas aptidões dentro desse tipo profissional.*³⁹

A chegada da ditadura militar que antecedeu o Estado Novo facilitou a reposição da “ordem”. O título de engenheiro não era apenas uma palavra, mas constituía “um poderoso mecanismo de classificação social”, a partir do qual se definem oportunidades de

38 Sobre Luís de Castro, consultar Agoas (2010), ver também o artigo publicado por ocasião da sua morte, Figueiredo (1929). Conde de Nova Goa, licenciado em Agronomia em 1888, Castro foi nomeado lente catedrático do Instituto em 1902, primeiro para a cadeira de Arboricultura e Viticultura, mais tarde para a de Economia (1904). Depois de ter sido demitido de lente do Instituto, em 1913, voltaria a ser integrado no seu lugar por decreto de 20 de dezembro de 1917. Para além de escritor prolixo, destaque-se ainda o facto de ter sido ministro das Obras Públicas em 1908.

39 Debates Parlamentares, 11 de março de 1926.

acesso a privilégios materiais e simbólicos.⁴⁰

Havia o ensino, mas também havia o fomento. No âmbito do ensino agrário, muitas das modificações introduzidas durante o período revolucionário já haveriam sido debatidas longamente, nomeadamente a escola agrícola primária. Em outubro de 1910, o desenvolvimento científico e técnico foi então assumido como uma das finalidades principais dos estabelecimentos de ensino, aparecendo, em maior ou menor medida, nos diplomas promulgados pelo Governo. O republicanismo português estava então, profundamente imbuído por uma filosofia que concebia que

*cérebro sem fé, sem crença, não existe. Quer seja ela a fé de Pasteur, ou o culto da arte, que tem produzido tudo quanto no mundo há de mais belo e mais humano, quer seja Edison procurando o fonógrafo, ou então Marconi procurando comunicar a distância sem especial continuidade.*⁴¹

Utopia na qual a ciência se apresentava como o grande motor de desenvolvimento económico, social e moral. Esta foi a lógica seguida na organização do ensino da agricultura, dependente do Ministério do Fomento, um ensino ministrado na sala de aula, no laboratório, na oficina e no campo experimental.

Em abril de 1911 foi assinada por Joaquim Rasteiro e o ministro Brito Camacho uma lei sobre organização do ensino agronómico, a cargo do estabelecimento sucessor do Instituto de Agronomia e Veterinária, o novo Instituto Superior de Agronomia. A República devia oferecer uma aposta sólida e estável no fomento agrário,

40 Rodrigues, 1999, 95.

41 Rasteiro, 1913, 22.

aposta que a monarquia só tinha oferecido de maneira irregular. Tal foi o caso entre 1886 e 1888, “prometedora aurora para a nossa agricultura”, onde as despesas dos serviços agrícolas no orçamento de estado tinham subido até 1.7% da totalidade das despesas gerais, prioridade que foi abandonada três anos depois, chegando as mesmas despesas, até 0.6% em 1907.⁴² Tinha apenas permanecido o regime cerealífero, *exuberante prova do continuado desprezo pelo fomento consciencioso e positivo*. Despesas muito pequenas comparadas com os 3.7% que se gastavam na Dinamarca, ou os 4% na Holanda.

Rasteiro acreditava numa ação educativa intensa e persistente, que devia abranger todos os graus, a fim de se aproveitar todas as condições. Devia conter também o maior número de lugares possível, com estações agrárias espalhadas nas diversas regiões do país e ainda segundo o mesmo:

em cada região um centro de estudo, de inteligência, de actividade, de experimentação agrícola; crie-se em cada região, por que não direi, uma universidade agrícola. Só assim seria possível transformar o aparelho rudimentar dos nossos campos em maquinismo moderno de imensa produtividade,⁴³

sendo necessário, à semelhança de Itália, preencher o país de escolas técnicas e de estações experimentais, com a intensidade da sua instrução ambulante, que chega ao trabalhador mais ignorante e sertanejo. Isto sente-se ao ver o acatamento, a atenção que o mais pequeno cultivador ou artífice presta ao técnico que discreiteia

42 Rasteiro, 1913, 14.

43 Ídem.

sobre qualquer ponto da sua arte, ou a satisfação e o interesse do técnico pelo seu sacerdócio de paz e benefício geral.

Ganhar a confiança de agricultores e lavradores seria uma das partes mais difíceis do trabalho dos agrónomos “distritais” e agrónomos “de campo”, que necessitavam conhecer bem o meio em que trabalhavam, não só sob o ponto de vista agrícola, mas também social e psicológico. Como comentaria o agrónomo de Beja:

A classe agrícola é formada por um misto de gente rude e de fraca ou nenhuma cultura, agarrada a preconceitos arcaicos, cimentados pela rotina, que só crê em inovações depois de as observar na prática, e de homens cultos, que além dos resultados práticos gostam de conhecer as bases científicas das novas descobertas. Como é diferente a mentalidade assim tem que ser diversa a forma de divulgar novos conhecimentos científicos entre uns e outros e por isso precisa o técnico de conhecer os seus hábitos, a sua índole, a sua maneira de pensar e de conceber, a sua dialéctica.⁴⁴

Rasteiro tentou assim, uma nova reforma que englobasse tanto o ensino popular para os adultos como o ensino agrícola feminino. Em junho de 1913 foi debatida a lei relativa à reorganização dos serviços agrícolas (Lei n.º 26, de julho de 1913), onde aparecia uma nova figura: os postos agrários. Segundo a nova legislação,

as feições agrícolas predominantes e as necessidades da agricultura das regiões determinarão o estabelecimento de postos agrários de diversa especialização, que não serão fixos, permanecendo nos locais em que forem estabelecidos apenas o tempo necessário para que a sua acção melhoradora se tenha exercido completamente.

44 Galvão, 1943, 11.

Numa primeira fase, surgiriam seis postos, aproveitando algumas instituições anteriores: Posto Agrário de Mirandela, de Viseu, da Bairrada, de Dois Portos, de Queluz e do Alfeite. Havia um interesse por uma outra forma educativa, essencialmente itinerante, escolas temporárias ambulantes que conciliassem oferta e procura educativa, estas já numerosas na Bélgica e em França desde a década de 1880. Novas estruturas que tentassem uma síntese original entre a aprendizagem de saberes agronómicos na sua diversidade regional, a forma escolar e o respeito pelas exigências culturais “saisonnieres”, a mesma síntese que é procurada na Bélgica com os cursos de agricultura para adultos, desde 1887.⁴⁵ A rutura não era só formal. Tanto o ensino ambulante dos postos, como o ensino agrícola feminino, oferecem uma paisagem pouco habitual: um público de lavradores adultos e de mulheres.

A noção de progresso estava em jogo: Quais eram as modalidades de institucionalização deste novo ensino? A criação dos postos permite ver a circulação e apropriação de práticas inovadoras, associando atores locais sensíveis às implicações económicas e políticas destas iniciativas.

Desde a promulgação da lei n.º 26, de julho de 1913, que reorganizou os serviços agrícolas, foram criadas as escolas profissionais agrícolas de Queluz, Tabuaço, Ilha do Pico, Santo Tirso e Braga; a Escola Móvel de Ensino Agrícola de Vidago; os postos agrários fixos da Bairrada, Queluz, Viseu, Alcobaça, Dois Portos, Mirandela, da Região Duriense, Mitra (Évora) e Viana do Alentejo; os postos agrários móveis de Leiria, Figueira da Foz, Fundão, Coruche, Lourinhã, Alcácer do Sal, Moita, Elvas, Idanha-a-Nova, Covilhã e Montemor-o-Novo;

45 Diser, 2012.

os postos de demonstração de Leiria, Cantanhede, Castro Verde, Beja, Ferreira do Alentejo, Serpa, Aljustrel, Odemira e Ourique; a Estação Zootécnica Nacional da Fonte Boa e os postos zootécnicos de Gouveia, Miranda do Douro, Viseu, Lisboa, Ponta Delgada, Gerez e Horta. O Algarve também foi beneficiado, é certo, com um posto de demonstração que funciona em Faro cuja dotação anual é de 100\$.⁴⁶

Postos instituídos para promover e auxiliar o desenvolvimento e aperfeiçoamento da lavoura e das artes agrícolas, bem como difundir a instrução prática aos lavradores e população rural, competindo-lhes por isso:

1, estudar o valor cultural das sementes; 2, seleccionar sementes de plantas alimentares, industriais e medicinais; 3, obter novas variedades de plantas úteis por meio de selecção e cruzamento; 4, ensaiar novos processos culturais, como dry-farming e outros especiais; 5, a aclimação de plantas e o seu estudo comparativo com as plantas similares indígenas; 6, o estabelecimento de viveiros para propagação e distribuição de plantas lenhosas e insectos úteis.⁴⁷

Um evento benéfico para a agronomia do Algarve foi uma reorganização ministerial. O Ministério da Agricultura surgiu na consequência de reestruturações governamentais provocadas pela conjuntura da I Guerra Mundial. As guerras expunham a verdadeira dimensão dos efeitos da pouca capacidade da agricultura nacional e

46 Debates Parlamentares, 11 de maio de 1916.

47 Direcção (1915). Globalmente coordenados pela Inspeção-Geral da Agricultura, os serviços foram divididos em serviços internos (Secretaria-Geral; Conselho Superior da Agricultura e Repartição de Contabilidade) e serviços externos (Direções e Inspeções). Cada uma destas Direções e respetivas Inspeções, sediadas em Lisboa, administrava superiormente os serviços que lhe estavam subordinados.

da sua dependência externa. Tais reestruturações corresponderam à criação de dois novos ministérios (da Agricultura e das Subsistências e Transportes), a fim de se proceder a uma melhor distribuição dos serviços que, à data, compunham os então ministérios do Comércio e do Trabalho. Foi rápida a transferência e incorporação no Ministério da Agricultura da repartição de Instrução Agrícola e respetivos estabelecimentos de ensino (até então sob a tutela do Ministério de Instrução Pública.) A organização dos serviços do ministério foi primeiramente aprovada em abril de 1918. Segundo Torres Garcia, ministro da Agricultura em 1926, criou-se:

uma organização burocrática fabulosa, desproporcionada mesmo para o país. Sei que ela foi moldada no departamento agrícola da América do Norte,⁴⁸ país de formidável extensão territorial em relação ao nosso, demográfica e financeiramente mais bem fornecido que nós, país que neste campo da actividade humana marcou, sem dúvida, o primeiro lugar. Nós, em Portugal, querendo adoptar o mesmo sistema, criámos logo nove direcções gerais. Não tínhamos técnicos para preencher as legiões burocráticas que iam surgindo dessas nove direcções gerais. Entrou-se, por fim, no caminho de juntar aqui, suprimir acolá, mas sem método algum. Caímos num amontoado de cousas, que em 1922 era um verdadeiro caos.⁴⁹

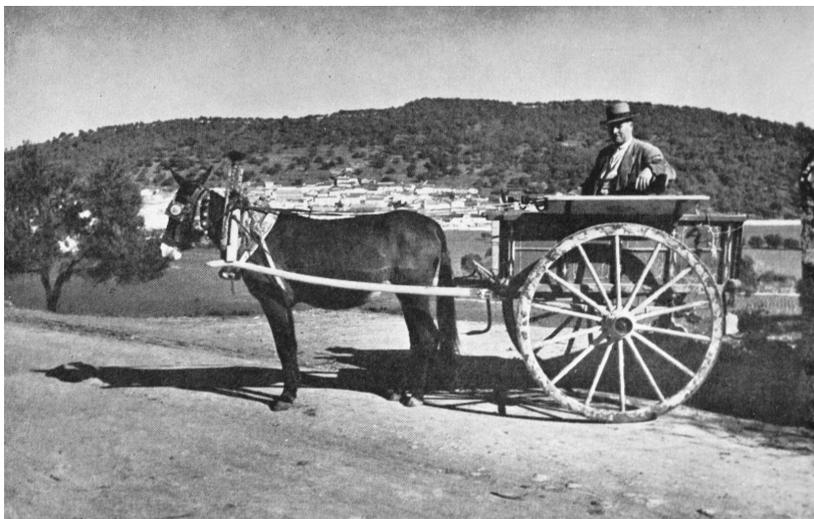
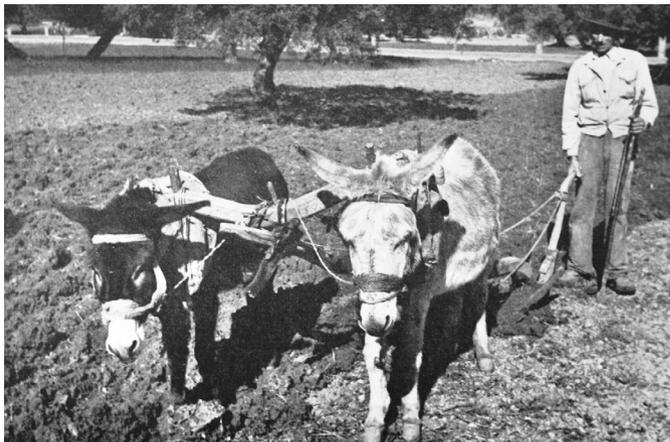
Uma das nove direcções gerais criadas foi a de instrução (incluindo o ensino móvel) e outra foi a dos serviços agrícolas.⁵⁰ Nos serviços

48 Ver Mayer, 1916.

49 Debates Parlamentares, 20 de janeiro de 1926.

50 Os primeiros diretores foram: Pedro Roberto de Cunha e Silva (serviços florestais), Bernardino Cincinnato da Costa (inspetor), Eduardo Fernandes de Oliveira (ministro), João Paula Nogueira (ensino), Cristovão Moniz (serviços agrícolas), António Roque da Silveira (serviços pecuários), José Pereira Gonçalves (serviços fisiográficos), Urbano de Castro (economia e estatística),

Stanislaski, 1963



agrícolas foi criada a região Algarve (a oitava), com duas sub-regiões: Silves e Faro. No decreto de 1918, era previsto que em cada região fosse criada uma estação, “onde se concentrarão todos os serviços regionais”. Em cada sub-região existiria pelo menos um “posto agrário”. O conselho administrativo dos postos seria constituído por um engenheiro agrónomo chefe da sub-região, pelo tesoureiro da fazenda pública do concelho, e por um agricultor representante do sindicato agrícola local ou proposto pela Associação Central de Agricultura Portuguesa (ACAP), no caso de não existir sindicato.⁵¹

Na Direcção Geral dos Serviços Agrícolas (DGSA), além de todo o serviço agronómico do país, encontrava-se o funcionamento das estações agrárias, *estações que têm por fim estudar as condições da agricultura regional e investigar cientificamente o que pode influir para o seu melhoramento*.⁵² Os técnicos lusos sabiam que essas estações na Alemanha, com um número superior a 70, tinham conseguido triplicar o valor do rendimento da exploração da terra, em muitas regiões, graças a sua influência. Cincinato da Costa também refere as mais de 80 estações dos Estados Unidos da América, com uma dotação anual superior ao equivalente a 2500 contos. Os serviços destas estações eram vistos como incalculáveis, em assuntos como os processos culturais conhecidos como *dry-farming*. Foi principalmente nas estações de Utah,

que se chegou a apurar as regras práticas aplicáveis à cultura, nas chamadas terras áridas, que por tantos anos se deixaram incultas por se não saber a maneira de as aproveitar. Hoje sabe-

António Conceição Pereira (hidráulica agrícola).

⁵¹ Artigo 98, os postos deviam “promover com a exemplificação” (Direcção, 1915).

⁵² Costa, 1918.

*se que em todos estes terrenos onde a médias das chuvas anuais não atinge 500 milímetros, a conservação da humidade nos solos pode conseguir-se com a rutura do subsolo a certa profundidade para aumento da sua capacidade de retenção para as águas pluviométricas, auxiliada com a cobertura do solo, por meio do mulch, que é uma camada frouxa, espécie de manta vegetal protetora à superfície do terreno, formada pelos restolhos altos, de palhas cortadas, tombadas sobre a terra, para impedirem a evaporação e conseqüente perda de humidade.*⁵³

Eram previstas, em 1918, onze estações, uma em cada região agrícola, mas as melhor dotadas seriam as do Porto, Lisboa e Évora. Já antes da criação do novo ministério e da nova DGSA, tinha sido aprovada a assinatura do decreto, que acabaria por criar um posto agrícola no Algarve, concretamente em Silves, que por sua vez dependia de outra estação em Évora.⁵⁴

Um dos diretores gerais mais destacados desta fase, e mais tarde ministro, foi o agrónomo Mário de Azevedo Gomes. Este publicava regularmente na revista Seara Nova. Em 1926 publicou um artigo sobre “*O Ministério de Agricultura e o orçamento*”, onde comenta vários elementos do relatório do deputado e agrónomo Artur Saraiva Castilho.⁵⁵

Qual era o verdadeiro lugar do Algarve nesta dinâmica nacional? Em junho de 1911 abriu a Assembleia Nacional Constituinte. Um dos novos deputados que entrou pelo círculo de Faro foi Tomás António de Guarda Cabreira (1865-1918), engenheiro, lente da Escola Politécnica e da Faculdade de Ciências, nascido em Tavira, que presidiria em

53 Costa, 1918, 14.

54 Garcia, 1938.

55 Gomes, 1926.

1915 o Congresso Regionalista Algarvio e em 1918 publicaria uma obra de referência, *Algarve Económico*.⁵⁶ Foi Cabreira quem apresentou em fevereiro de 1913 um projeto de lei, que seria a primeira vez que se pediria com bastante detalhe um posto agrícola para o Algarve, neste caso em Faro:

*com campo experimental, escola agrícola móvel, laboratório para análise de terras, oficina de embalagem de produtos agrícolas... O campo fará estudo sistemático de variedades de figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras e outras... o posto publicará folhetos com a descrição clara do método a seguir em cada cultura da região algarvia... o diretor, agrônomo, responderá a todas as consultas que lhe forem dirigidas, por escrito, pelos sindicatos agrícolas... a escola móvel difundirá a instrução agrícola por meio de palestras e trabalhos práticos... Os trabalhos práticos serão executados nas propriedades particulares, cujos donos os requisitem, e serão dirigidos pelo ajudante e operários da escola, que ensinarão a sua prática aos trabalhadores agrícolas da região.... A escola móvel irá às diferentes localidades sempre que seja requisitada por um sindicato agrícola ou por dez proprietários rurais. Todo o ensino dado aos proprietários ou operários é absolutamente gratuito.*⁵⁷

A conjuntura foi marcada pela instabilidade governativa e externamente pela Primeira Guerra Mundial. Os agrónomos, os regentes, e muitos agricultores não deixaram de contribuir para o esforço que significou a participação portuguesa na guerra. Alunos de agronomia, como Manuel Saraiva Vieira ou Carlos Hebling, estiveram mobilizados, assim como Mira Galvão (formado em

⁵⁶ Cabreira, 1918. Cabreira foi ministro da Fazenda em 1914. A casa dos irmãos Cabreira é hoje o Arquivo Municipal de Tavira.

⁵⁷ Debates Parlamentares, 17 de dezembro de 1913.

agronomia em Itália) ou o lavrador José Adriano Pequito Rebelo (alferes miliciano na Flandres).

Começava a trabalhar e a colher resultados de utilidade prática quando surgiu a desastrosa política da guerra que fez de regulares técnicos péssimos soldados e eu tendo sido mobilizado e feito oficial miliciano como toda a gente válida, tive de deixar ao abandono todos os postos criados além de outros trabalhos e estudos interessantes para a região, como por exemplo o estudo do burgo.⁵⁸

Na legislação foram criados postos em Faro e em Silves,⁵⁹ mas escassos foram os resultados reais. Outros postos próximos, como o de Beja,⁶⁰ em teoria ambulantes, não recebiam os orçamentos necessários para cumprir os objetivos mais básicos. Era uma Missão Móvel, com verba que não permitia montar postos a mais de 10 kms de Beja por não haver verba para deslocação do pessoal...

Missão que abrange nove concelhos sem verba para deslocação, ficou reduzida a uma imobilidade absoluta, passando a ser meramente um estabelecimento consultivo e burocrático.⁶¹

58 Galvão, 1929. Mira Galvão toma posse como delegado em 1914.

59 Em 1915 o agrónomo responsável pelas regiões agrícolas do Barlavento e do Sotavento era Mário Fortes. Fortes visitou o sul da França, de onde queria trazer “plantas arborícolas melhoradas mais temporãs aceitáveis nos grandes mercados.” A sua proposta para o posto do Sotavento era na horta do Rio Secco, de Luna Sequerra, perto de Faro. Descontente, afastou-se dos serviços e foi sucedido por José Bivar (Fortes, 1916)

60 Em 1923 funciona a estação de Caldas de Rainha, com regulamento aprovado em janeiro de 1920. Em outubro de 1924 a sub-região de Beja passa a chamar-se Missão Agrícola Móvel.

61 Citando Mira Galvão, *Basta dizer que a minha brigada, que, como se sabe, actua na região maior produtora de trigo do País e também grande produtora de outros produtos, gados, etc., tem a seu cargo 850:000 hectares,*

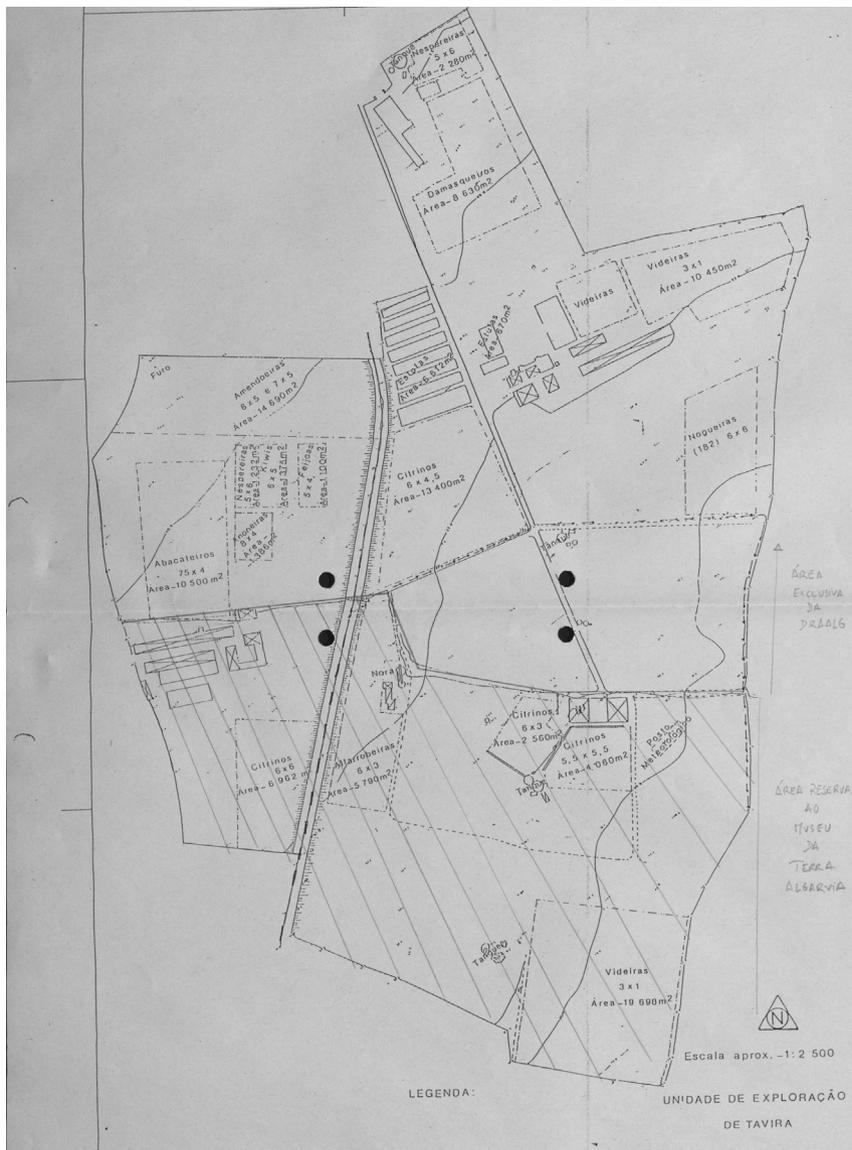
Mário de Azevedo Gomes, que chegou a ocupar a pasta de Agricultura durante quase três meses, resumiu bem neste texto o ambiente desta geração de técnicos:

Havia, como é sabido, a pulverização dos serviços técnicos deste país. Ora, não há possibilidade de um agrônomo se apresentar com dignidade quando ele está, por exemplo, em Viseu, ou noutra qualquer cidade, sem meios de estudo, abandonado a si próprio, e, porventura, homem cansado, sem estímulo já para trabalhar; ou, por outro lado, homem novo, sem conhecer o meio e desprevenido adentro dele. Diz-se que o agrônomo faz-se para a lavoura nacional; e é verdade. Mas a verdade é também que ele só pode seguir para o campo com plena consciência da sua missão, habilitado com os meios necessários, e isso consegue-se pondo-o previamente em núcleos de trabalho apetrechados para todo o estado e para a aquisição da indispensável experiência.⁶²

distando da sede muitas freguesias mais de 100 quilómetros. Pois funcionou durante algum tempo só com um agrônomo e um regente agrícola e agora tem três agrónomos e dois regentes, mas só tem um carro ligeiro para deslocação do pessoal e uma fourgonnette para pessoal e material. O ano passado a verba para deslocações só chegou até meio do ano e depois, mesmo com um serviço externo reduzido, viveu de subsídios e de expedientes vários, mendigados insistentemente e conseguidos com atraso de meses. Este ano, segundo me consta, a verba conseguida para deslocações do pessoal técnico da Direcção-Geral não chega a metade da pedida e necessária para manter o serviço durante o ano, mesmo dentro do restrito âmbito em que tem trabalhado até agora (Debates Parlamentares, 11 de março de 1949).

62 Azevedo Gomes, Debates Parlamentares, 23 de março de 1924.

Planta da quinta do Posto de Tavira, sem data (AP)





Detalhe (zona do palacete) de um plano pendurado numa das salas da estação, anterior a 1950 (IP)

Barbosa y Pego e a instalação do posto de Tavira (1926-1936)

Pouca atividade parece ter tido o Posto de Silves, criado pela lei de 1917 e definitivamente extinto em 1928.⁶³ A comunidade dos agrónomos e lavradores algarvios continuava pouco dinâmica, detalhe evidente pela completa ausência de algarvios no Congresso Internacional de Agricultura (Madrid, 1911), onde estiveram presentes bastantes alentejanos,⁶⁴ individualmente ou com vários sindicatos agrícolas.

A primeira instalação do Posto de Tavira não foi responsabilidade do primeiro diretor, Fernando Barbosa y Pego (1877-1936). Antes da chegada deste engenheiro agrónomo foram dois regentes agrícolas os responsáveis dos primeiros trabalhos: Guilherme Joaquim de Matta e José Pedroso. Matta assinava documentos como encarregado do Posto, já em novembro de 1927,⁶⁵ e o seu trabalho foi

63 Decreto de 25 de outubro de 1917, um posto nos subúrbios de Silves. Em maio de 1926 o diretor do posto de Silves era José d'Almeida Coelho de Bivar, que refere a criação de pomares e viveiros já em 1918 (Bivar, 1928).

64 Com Rasteiro, Relatórios de Magalhães Lima, Netto, Olimpio, Codorniu, Mendes de Almeida... *Voyage agricole en Valence*, in *Aragon, Catalogne*, pg. 45. Portugueses presentes, Conde de Bobone desde Vilafranca de Xira, Ruy d'Andrade desde Elvas, Santos Garcia desde Évora... Do Algarve ninguém (Congreso, 1912).

65 Por ofício de setembro de 1926, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal pediu ao Governo a criação no concelho de um Posto Agrário. Na acta de 8 de dezembro de 1926 da Câmara se regista a criação, num momento em que ia à praça por insolvência a Quinta de Santo António (Anica, 1992)

continuado por Pedroso durante vários meses em 1928.⁶⁶ O decreto que tinha autorizado a compra de propriedades tinha sido assinado pela primeira vez em julho de 1925, e reforçado em setembro de 1926.⁶⁷ A primeira carta assinada por Barbosa y Pego desde Tavira, dirigida ao seu superior, Santos García (estação de Évora), foi de outubro de 1928.⁶⁸

Segundo o Orçamento do Estado de 1930,⁶⁹ Barbosa como “engenheiro subalterno” tinha um ordenado anual de 13.572 escudos. Para um capataz agrícola havia 6.492 escudos e para os jornais do pessoal assalariado 20.000 escudos. O Orçamento total anual do posto era de 76.964 escudos. Em Lisboa, o ordenado do ministro de Agricultura era de 54.000 escudos; os regentes agrícolas da Direcção Geral de Fomento Agrário ganhavam entre 13.572 e 8.874 escudos.

O espaço escolhido para o novo Posto de Tavira foi uma quinta, a Quinta de Santo António, com alguns elementos arquitectónicos

66 Arquivo Posto Tavira, Pasta correspondência 1928. Ver Pedroso (1928).

67 Decreto 16 de julho de 1925, Autoriza o Governo a comprar ou expropriar duas propriedades destinadas ao estabelecimento de postos agrários na província do Algarve, até 15.000\$, para dois postos, um a Sotavento, outro a Barlavento, verba do Fundo de Fomento Agrícola, ministro Torres Garcia; Decreto 20 de julho de 1926, declara em pleno vigor a lei 1801, que autoriza o Governo a comprar ou expropriar duas propriedades... Determina que o Posto Agrário de Sotavento do Algarve se instale com o objetivo de servir de sede a uma escola agrícola móvel; Recursos da lei 1801, agrónomo proposto pelo Conselho da Instrução Agrícola, honorários pagos pelo Fundo de Fomento Agrícola, assinado por Carmona; Decreto de 11 de janeiro de 1928, liquidar todas as rendas vencidas relativas à Quinta do Almarjão, no concelho de Silves, onde está instalado o Posto Agrário do Algarve.

68 Correspondência de Barbosa y Pego, novembro de 1929, com a Comissão de Inventário das Reparações Alemãs.

69 República, 1930.

Leal, 1970



do século XVIII. A casa principal da quinta, ela própria setecentista, tinha dois pisos e planta quadrangular e telhado de duas águas.⁷⁰ Segundo um inventário de 1945, a quinta tinha uma superfície de 280.084 m².⁷¹

Matta e Pedroso instalaram sozinhos um dos primeiros elementos científicos de primeira importância numa estação de experimentação agrária: o Heliógrafo e Udómetro do novo Posto Meteorológico. Em março de 1928 Pedroso solicitava o envio, desde a Estação Agrária Central (EAC, Belém, Lisboa), de outros instrumentos: Evaporímetro, Anemómetro, Barómetro e Termómetro de Solo. Na EAC quem

⁷⁰ Direcção, 1985.

⁷¹ Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, HHRU-40, 21-HL-78 (documento facilitado pela investigadora Cristina Fé Santos). *Confrontando do norte com a estação de Caminho de Ferro, avenida Teixeira de Azevedo, José dos Santos Fernandes, José Pedro Viegas e estrada das Paredinhas; do sul com herdeiros de Fonseca Neves; do nascente com Artur Rego Chagas e caminho de Santa Luzia e do poente com a estrada distrital de Tavira a Faro e caminho da Cafurna.*

coordenava todos os postos meteorológicos era o agrónomo Eduardo Frazão, que também era professor de Física Agrícola no ISA.⁷²

Interessa também destacar que uma boa parte dos primeiros materiais do Posto de Tavira, desde uma máquina de escrever Adler a uma debulhadora manual Lanz, provinham do material das reparações alemãs da guerra que tinha concluído em 1918. Foram negociadas indemnizações pela diplomacia alemã ao longo da década de 1920. Os interesses dos agentes económicos portugueses em restabelecerem a relações comerciais com a Alemanha e estimularem investimentos alemães, bem como a confiança dos bancos portugueses na competência profissional dos empresários de Alemanha, foram favoráveis a este processo. Os fornecimentos de bens importados da Alemanha, no âmbito das reparações de guerra, ainda não foram estudados até hoje.

Um decreto de novembro de 1931 deu uma nova estrutura ao Ministério da Agricultura criado em 1918.⁷³ Havia novos objetivos, determinando a necessidade de uma ação imediata, insistente e contínua a exercer em toda a parte. Como já se tinha tentado na Campanha de Trigo de 1929, havia o pensamento de aproximar “tanto quanto possível os técnicos da lavoura”, com uma maior descentralização. Na DGSA estavam colocados os Serviços Regionais, desempenhados por “postos, estações e escolas agrícolas móveis.” Estas eram as suas competências desde 1931:

72 A partir de 1952 a sua cadeira passou a denominar-se Mesologia e Meteorologia Agrícolas. Ver o seu artigo de 1943, “As chuvas de Inverno e o rendimento cultural do trigo.”

73 Decreto 20526.

1, *Estudar e promover o melhoramento dos processos culturais nas diversas regiões, ensaiar as modernas práticas de culturas e divulgá-las quando verificados os seus bons resultados;*

2, *Promover o progresso das culturas regionais, orientando-o no sentido do equilíbrio cultural, e concorrer para a restauração das culturas decadentes e introdução e adaptação de novas culturas;*

3, *Melhorar as sortes locais e promover a difusão das variedades novas ou introduzidas no País, depois dos respetivos ensaios comparativos regionais;*

4, *Promover, auxiliar e orientar o desenvolvimento e melhoramento das artes agrícolas regionais e bem assim a introdução e adaptação de novas indústrias rurais;*

5, *Estudar e experimentar os mais modernos e mais económicos processos de fabrico dos produtos tecnológicos;*

6, *Estudar nas diversas regiões as bases de um equilíbrio adequado entre os diversos factores da agricultura;*

7, *Prestar assistência técnica nas zonas em que exerçam a sua actividade.*

Nas palavras de Oliveira Batista, *a fascização do Estado estendeu-se às principais instituições ligadas a vida social nos campos*,⁷⁴ com o controlo das Caixas de Crédito Agrícola, a absorção dos sindicatos agrícolas e a dissolução dos sindicatos de trabalhadores rurais.

74 Baptista, 1993, 347. Segundo o aluno de agronomia Quartin Graça, em 1927 dos cerca de 300 sindicatos a maior parte estavam “dissolvidos ou em via de se dissolverem (Graça, 1927, 54).” O português era “comodista e desinteressado”, sem fazer a propaganda do sindicato, “não o auxilia, mas está sempre pronto a censurar a sua acção se dela não colhe imediatos benefícios!”. No sul de Portugal o mais ativo era o de Serpa.

Alguns dos dirigentes do ministério, mais ativos na década de 1920, foram acusados de oposição política, e em vários casos, perderam a liberdade durante meses.⁷⁵ De maneira paralela, o Estado Novo lançou novos organismos de enquadramento, como os Grémios de Lavoura e as Casas do Povo,⁷⁶ e organismos de coordenação económica com bastante impacto no Algarve, como a Junta Nacional das Frutas.

No concelho de Tavira as Casas do Povo da Luz de Tavira e de Conceição de Tavira foram criadas em 1934.⁷⁷ Outra legislação importante foi a que todas as escolas agrárias, incluído o ISA, passassem a depender do Ministério de Instrução (em 1929).⁷⁸ Mais

75 Acrísio Canas Mendes (1882-1969), diretor geral em 1928, governador de Leiria em 1925, agrónomo, professor no ISA de agricultura comparada, diretor da escola de Queluz. Preso em Leiria e enviado para Lisboa em 09/07/1932, acusado de estar envolvido em manejos revolucionários com o ex-Capitão Capelão João Lopes Soares (Processo 457), recolheu ao Aljube. Por Despacho do ministro do Interior, datado de 07/1932, foi-lhe fixada residência obrigatória em Peniche, para onde seguiu em 08/08/1932: terminou em 22/09/1932. Preso na fronteira de Elvas e transportado para Lisboa em 29/05/1934, *por ser elemento já muito conhecido como elemento da actual Situação e conspirador de largos recursos*; terá permanecido na Cadeia do Forte de Monsanto, passando para a sua enfermaria em 01/08/1934. Libertado em 24/11/1934 (Processo 1167). O filho Vicente Canas Mendes também foi preso por motivos políticos. ANTT || PVDE-Polícias-Anteriores-3-NT-8903.

76 O diploma de criação das Casas do Povo (setembro de 1933) atribuía a freguesia como área de ação e apontava finalidades como a assistência e a instrução. O Estado tinha controlo dos órgãos sociais, não havia autonomia.

77 Povo Algarvio, 16 de junho de 1968. Nesse momento o presidente da Casa da Luz era José Joaquim Gonçalves. Povo Algarvio, 31 de agosto de 1968, encerramento do curso de formação rural da Casa da Conceição.

78 Azevedo Gomes comentaria na revista Seara Nova, que *foi o enfraquecimento do Ministério da Agricultura e o desmembramento da sua Direcção Geral do Ensino e Fomento, que provocou, entre outras, a morte de várias escolas agrárias. Um decreto realizou o desenraizamento das escolas técnicas daqueles ministérios de que até então dependiam e eram (e*

Pessoal assalariado do posto (1943), com capataz, boieiro, carreiro, tratadora e guarda-armazem (AP)

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas
POSTO AGRÁRIO DE SOTAVENTO DO ALGARVE-TAVIRA
(XV Região)

Ano de 1943

Folha n.º **1** dos jornais vencidos em **15** do mês de **Janeiro** de **1943**

VISTO **PESSOAL ASSALARIADO**

11/1/1943
[Assinatura]

Documento N.º **8**

Profissão	Nome dos jornaleros	Dias de presença	Preço diário	Importância parcial	Total por serviço
2.ª Ajud. Mec.	Francisco do Nascimento (a)	12	12,000	144,000	
Servente	Armando Romão da Rosa (b)	12	12,000	154,000	
Capataz	Victor da Silva Fernandes (c)	13	17,070	230,010	
Guarda-Armazem	Antonio da Conceição Pereira (d)	12	13,000	156,000	
Boieiro	João Agripino	15	9,000	135,000	
Carreiro	Gustodio Fernando Cavaco	13	7,000	91,000	
Tratadora	Claudina da Conceição	15	4,000	60,000	
Capataz	Victor da Silva Fernandes (e)	2	26,055	53,010	

(a) Autorização ministerial de 13 de Junho de 1942 (Ofício n.º 20/22 de 14/6/42)

tarde, na década de 1960, a pressão política do autarca e médico Jorge Augusto Correia (1918-2016) conseguiria que uma escola técnica, com vários docentes formados em agronomia, fosse aberta na cidade de Tavira.

continuar sendo) o meio mais adequado ao seu bom funcionamento. Sofreu, pois, em benefício do Ministério da Instrução, o Ministério da Agricultura a mutilação das escolas que lhe eram próprias, do grau superior ao elementar (...) Quebrava-se ao mesmo tempo aquele equilíbrio funcional: ensino, investigação e fomento, três formas estreitamente ligadas e interdependentes, completando-se para uma actuação inteligente, sábia e oportuna da agronomia oficial sobre o país agrícola (Gomes, 1929).

De Fernando Barbosa, só foi encontrada uma publicação, depois do seu trabalho final como aluno de agronomia de 1902. Em 1929 publicou um dos seus relatórios de atividades como diretor do Posto de Tavira, numa revista publicada em Évora pelo agrónomo Santos Garcia.⁷⁹ Segundo o relatório, dos trabalhos do posto entre setembro de 1928 e agosto de 1929 podem-se destacar:

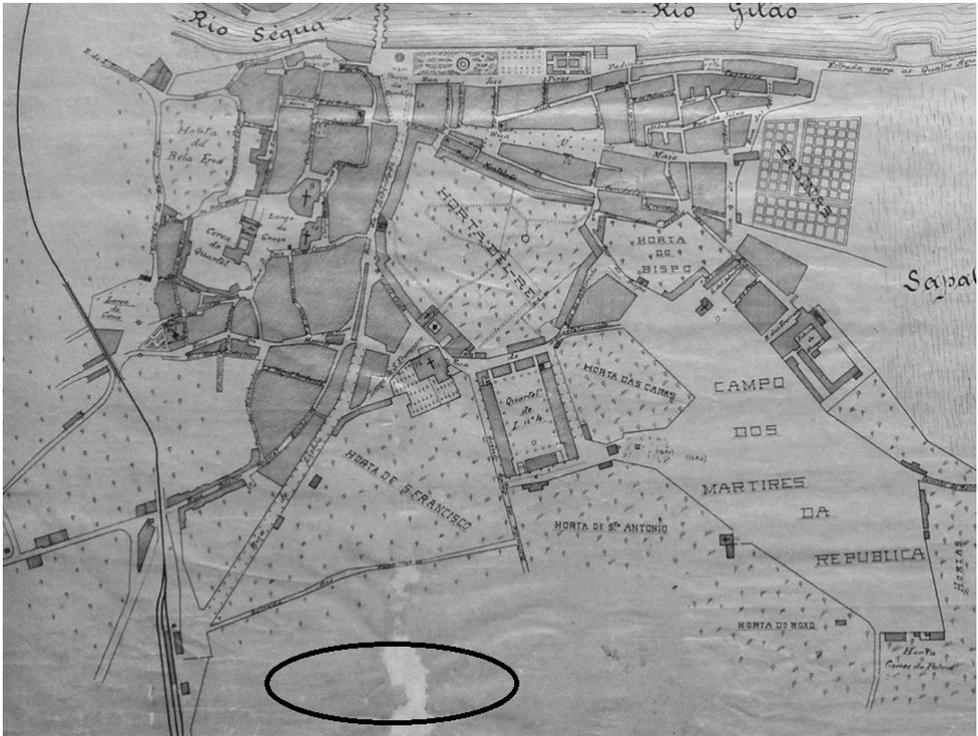
1, Aperfeiçoamento das culturas de sequeiro da região, empregando máquinas agrícolas adaptadas aos terrenos, fertilizando estes com estrumações e adubações racionais, iniciando sementeiras de leguminosas, como fertilizantes de pomares em terras depauperadas por culturas intercalares esgotantes, desenvolvendo a riqueza pecuária, como aumento do rendimento da terra e seu enriquecimento com os estrumes obtidos;

2, Montagem de estufas para iniciar culturas forçadas e semi-forçadas de primores de futuro próspero e certo nesta abençoada região que, pela sua situação especial, deve superar a Cote d'Azur e Riviera italiana. Uma cultura que devia andar associada a esta cultura forçada era a floricultura, cujos estudos deviam interessar ao Posto,⁸⁰

79 Em 1929 o Posto de Tavira depende diretamente de Joaquim Manuel dos Santos Garcia (1880-1955), diretor da Estação Agrária do Alto Alentejo (Évora), que dependia da Direção Geral de Fomento Agrário. O diretor geral antes de 1929 era Canas Mendes (Barbosa, 1929).

80 Sobre os primores, ver os textos de Fortes (1915) e Franco (1929). Para o último os primores eram *produções temporãs que por esta circunstância atingem o mais elevado preço. As favas, as ervilhas que o povo chama griséus, as nêspers e as uvas aparecem no Algarve muito antes que em qualquer outra região do país, invadindo precocemente os mercados de Lisboa* (Franco, 1929, 21).

Planta da cidade de Tavira de 1913 (Biblioteca Nacional). Na parte inferior está assinalada a futura localização do posto, junto da estação de comboios de 1905.



3, Trabalhos de sondagem precedidos de estudos geo-hidrológicos para pesquisas de águas profundas artesianas, como enriquecimento da terra.

Barbosa aproveitou o relatório para indicar caminhos de futuro, como a utilidade de se criar um laboratório para os estudos acerca dos parasitas vegetais e animais, abundantes pela humidade noturna e proximidade do mar. Também achava conveniente desenvolver mais a pomicultura e a horticultura, devido às características do clima regional.

Os anos de João Maria Cabral (1936-1962): de posto a estação

Em outubro de 1934 tinha mudado a constituição do governo e um novo ministro ocupava a pasta de Agricultura: Rafael Duque. Nesse momento o diretor geral dos serviços agrícolas, o superior hierárquico do Posto de Tavira, era o engenheiro agrônomo António Alves Botelho da Costa. O orçamento do ministério era nesse ano de cerca de 29.000 contos, nada comparado com os 318.000 contos do ministério da Guerra.⁸¹

Duque preparou uma primeira reorganização dos serviços em dezembro de 1935. Também procurou induzir muitos agricultores a aventurarem-se em novas culturas como o linho ou a uva de mesa destinada a mercados externos (pomares vinícolas no vocabulário do Decreto n.º 26481 de 1936). Era sempre clara a política direcionada para a autossuficiência, com novas prioridades como as frutas e os produtos hortícolas (Decreto n.º 25325, de maio de 1935).

Em dezembro de 1936 foi criada a Junta Nacional das Frutas, antes disso, o decreto n.º 25327, de maio de 1935, tinha criado os “pomares industriais”, por contraponto aos pomares familiares.⁸² Por norma, os pomares familiares estavam localizados junto a residências, em áreas calculadas de menos de 2500 m². Já por pomar industrial entendia-se unidades agrícolas constituídas por *milhares de árvores, dum número limitado de variedades, alinhadas*

81 Pais, 2007.

82 Pires, 2018.



Charrete adquirida em 1939, utilizada como transporte pelo diretor do Posto (IP)

com rigor, formando extensas avenidas de alguns quilómetros de extensão, replicando o modelo usado nos Estados Unidos. Era manifesto que a constituição de “pomares especializados” era indispensável para permitir o êxito técnico e comercial da fruticultura e, nomeadamente, *a homogeneidade de produtos indispensável à conquista e manutenção dos mercados externos*.⁸³ Para a constituição desses pomares foram distribuídas, de forma gratuita, mais de 50000 árvores de fruto. A constituição destes pomares centrou-se, sobretudo, em Lisboa e no Algarve, região com 11 pomares instalados em 1938. Era preciso a melhoria da produção frutícola, mas também acabar com o “desleixo” do comércio exportador.⁸⁴

83 Debates, 25 de setembro de 1958.

84 Debates Parlamentares, 3 de março de 1939, André Navarro, *A laranja, por exemplo, que constituía uma das culturas mais ricas do nosso País e que no ano de 1866 representava, ainda, para a economia nacional, uma quantia aproximada de 180:000 contos, representa hoje, apenas, uma a duas dezenas de contos. Como perdemos esse predomínio completo no mercado de citrinos da Europa setentrional que representava um notável benefício económico para*

Mas a grande mudança chegou em novembro de 1936, com o decreto 27207, que transformava a orgânica do ministério. O preâmbulo do decreto referia diretamente a situação das estações e dos postos:

*O que tem acontecido? A breve trecho verifica-se que a que se chamou estação não merece esse nome, que a sua ação não se faz sentir, ou só fracamente, no progresso agrícola das regiões... As estações e postos foram instalados sem o prévio exame do lugar mais conveniente, dos terrenos, sem pessoal devidamente adestrado.... É evidente que o progresso agrícola não pode fiar-se simplesmente de brigadas fixas ou móveis, sem apoio em estabelecimentos que resolvam os problemas técnicos de cada cultura e de cada região... A elaboração dos planos das estações compete aos conselhos técnicos.*⁸⁵

Segundo o decreto, o Algarve conformaria a XV região, para os efeitos de estudo, ensaio, fomento e assistência técnica. O Posto do Sotavento Algarvio seria mantido como “posto fixo”, enquanto

a Nação? Perdemos essa posição em benefício dos países novos, dos países neocarborícolas criados à custa do colono e do capital europeu; perdemos a favor da Austrália, da Califórnia e da África do Sul. Mas perdemos também a nossa posição em relação a dois países da Europa, a Espanha e a Itália. Dessa situação prejudicial é somente responsável a agricultura nacional por não cultivar as árvores de fruto por forma a defendê-las dos agentes parasitários? Não, de maneira alguma. O grande responsável foi o comércio exportador, que não acondicionava convenientemente as frutas, nem as selecionava rigorosamente. E o que digo em relação à laranja posso referir em relação à maçã. Isto representou para a economia nacional um avultado prejuízo. As freguesias de Reguengos e da Lourinhã, por exemplo, que viviam em grande parte da cultura da macieira e da pereira, sentem hoje intensamente as consequências ruinosas desse lamentável desleixo.

85 Diário de Governo, 16 de novembro de 1936.



O palacete, sede do posto até 1962 (IP)

não fosse instalada uma estação na região, o que aconteceria só em 1962.⁸⁶ As funções das estações agrárias deviam passar a ser:

1, executar o plano de fomento e assistência superiormente aprovado; 2, proceder a estudos, ensaios, experimentação e demonstração de culturas; 3, contribuir para a preparação profissional dos trabalhadores da região, responder a consultas e fazer análises elementares.

Os mais próximos colaboradores de João Maria Cabral,⁸⁷ nesta etapa, foram os agrónomos Bento dos Santos Nascimento (1917-2001) e José Francisco Pereira de Assunção, formados no ISA em

⁸⁶ No caso do posto de Elvas, o dinamismo do agrónomo Domingos Victória Pires provocou a transformação do posto, já em 1942, em Estação de Melhoramento de Plantas (Barradas, 1991).

⁸⁷ Cabral (nascido em 1904 em Lisboa) antes do ISA acabou o curso de regentes em 1926 (Pereira & Cabral, 2001).

1944 e 1946 (Tabela 1). Em 1967 Assunção foi o orientador do estágio de Guilhermina Madeira, o trabalho que foi o início de 7 anos de trabalho intenso em floricultura de cravos.⁸⁸ Em várias das entrevistas, foi comentado que muitos dos cravos de Lisboa, de abril de 1974, vinham diretamente da estação de Tavira, comprados por um comerciante do Mercado da Ribeira.

Importa mencionar que enquanto alunos do ISA, Nascimento e Pereira Assunção foram contemporâneos dos silvicultores algarvios Manuel Gomes Guerreiro (1919-2012) e Ernesto Goes (1917-2016), que mais tarde ficaram conhecidos pelo conjunto da obra, em temas pioneiros como a genética florestal, as árvores monumentais, a ecologia e o impacto das plantações de eucaliptos. Os dois foram funcionários dos serviços florestais, mas sem ter tido uma carreira diretamente relacionada com as administrações florestais de Portimão ou Tavira, as duas do Algarve que dependiam da circunscrição de Évora, responsável pelas matas nacionais do sul de Portugal. Mesmo assim, os dois publicaram bastante sobre temas relacionados com os problemas da sua região de nascimento.

Destaca-se outro engenheiro agrónomo, Luís Miranda Malheiro Távora (1921-2010). Segundo a revista Agricultura, em 1973, era responsável pelo Núcleo de Melhoramento de Milho, e do seu labor se ficava a dever a criação e divulgação de novas cultivares introduzidas na lavoura: Yakana, Florence-Aurore (resistente ao morrão), Espanhol 12t1, Fava 57-23 e Aveia A1-16.

88 Madeira, 1967.

Tabela 1. Técnicos agrícolas no Algarve até 1974

Agrónomos do posto, anos de serviços, outros cargos e missões		
Fernando Barbosa y Pego	27-36	Presidente da Junta Nacional de Exportação de Frutas do Algarve em 1932
João Maria Cabral	36-62	
António Lopes Ribeiro	43?	Participa no Congresso Nacional de Ciências Agrárias de 1943
Bento dos Santos Nascimento	44-74	
José Francisco Pereira de Assunção	46-74	1955 Índia Portuguesa, 1959 Marrocos, 1962 Congresso Citricultura, 1965 Itália, 1978 Espanha
Virgílio Calado	62-74	
Faustino Henrique Barradas	57-74	
Luís Tavora	53-74	Presidente da Câmara Municipal de Tavira de 1971 a 1974
Óscar Reis Cunha	67-74	
Joaquim Patrício Horta Correia	68-74	
Gabriel Guerreiro Gonçalves	72-74	

Regentes do posto, anos de serviços, escola de origem

Guilherme Matta	26-?	
José Francisco Massapina Junior	44-74	Escola de Regentes de Santarém, filho de capataz do posto
Rafael Amador Cordeiro	59-74	Escola de Évora
José Martins Pontes Junior	60-74	Escola de Santarém
José Severino Correia Barrote	60-74	Escola de Santarém
Gulhermina Martins Madeira	67-74	Escola de Santarém
Eurico Carlos Sottomayor Figueira	60-74	?
Luísa Sotero	73-74	Escola de Évora
Maria Manuela Leal González	70-74	Escola de Coimbra
Joaquim Américo Anastácio	70-74	Escola de Évora, Pte Câmara de Tavira em 1979
João Lázaro Cruz Barrote	69-74	Escola de Santarém
Francisco José Fernandes Leal	70-74	Escola de Évora
Amílcar de Brito Marum	?-74	?

Outros técnicos em Algarve

José Mira Galvão	Posto de Beja desde 1914, deputado 1957-61
Joaquim Santos Garcia	Estação da Mitra (Évora) desde 1923, Senador 1920s, director da Caixa Agrícola de Évora
Manuel Gomes Guerreiro	Algarvio, DGSFA, Moçambique
Ernesto Goes	Algarvio, DGSFA, Portugal
Eugénio da Silva Júdice	Silvicultor, administrador florestal de Tavira desde 1961
António Fonseca Leal de Oliveira	Algarvio, Junta de Colonização Interna, deputado, União Nacional por Beja
Alberto Mendes Quadros	Agrónomo responsável do Posto de Culturas Regadas de Lagoa desde 1965.
António José Costa Pires	Junta Nacional das Frutas
José Manuel Soares	Junta Nacional das Frutas
<u>José Alberto Soares Chaves</u>	<u>DGSA em Tavira</u>

Regentes do Algarve, sem data.

Em pé: ?, ?, Francisco Leal, Manuel Mealha Sequeira, Brito da Mana, ?, ?

Em baixo: ?, Fialho Anastácio, Massapina, ?, José Barrote.

A foto foi tirada, possivelmente, num encontro de colegas que contumava ser feito em Quarteira, a 10 de junho, na celebração do Dia do Regente Agrícola (FM)

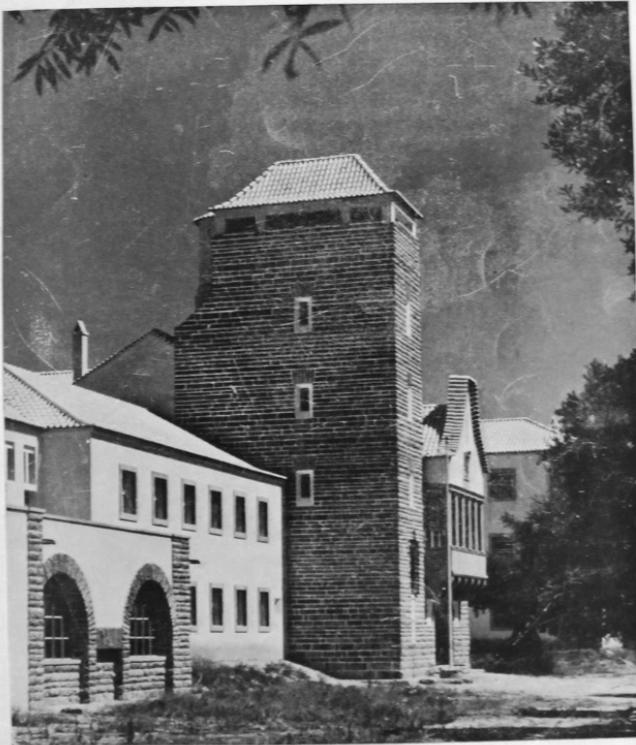


Revista de 1941, com o projeto da Estação Agronómica Nacional na capa (EN)

NUEVAS FORMAS

Revista Iberoamericana

ARQUITECTURA E DECORAÇÃO



ANO 1

NUM. 3

1940-41

EDIÇÕES NUEVAS FORMAS LISBOA

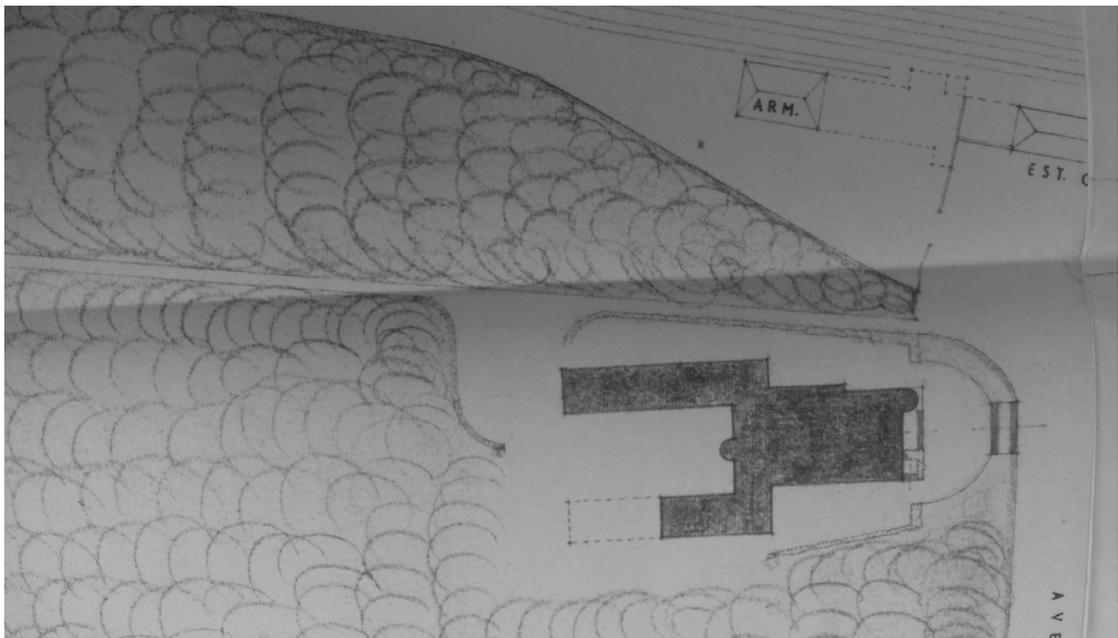
Jorge Segurado e a estação de Tavira (1953-1962)

Esta secção tem como objetivo inventariar, catalogar e analisar a produção arquitetónica do arquiteto Jorge Segurado para os serviços agrícolas nacionais durante o Estado Novo, entre 1932 e 1974. Estes edifícios foram criados com o propósito de dotar os serviços de equipamentos acessíveis aos agrónomos e aos agricultores, apostando principalmente em programas arquitetónicos de edifícios públicos administrativos, de investigação e escolares.

O começo das atividades do Posto de Tavira, no panorama regional na década de 1920, foi o divisor de águas para o que se

As instalações concluídas em 1962 (IP)

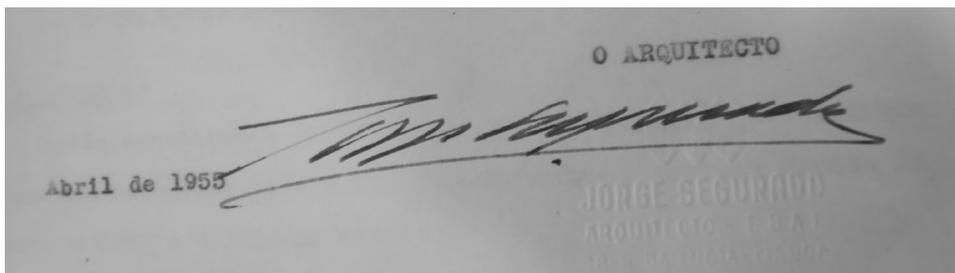




fazia até à data no campo agrícola. A região que contava com poucos agrónomos de formação, já tinha experimentado nas décadas anteriores novas abordagens de trabalho, onde se destacaram o cuidado com as hibridações e com a maquinaria agrícola, contudo esta permanecia enraizada na sua prática tradicional. Apesar desta inércia, à semelhança das demais regiões do país, o Algarve viu no seu crescimento demográfico, a possibilidade de novas abordagens de produção alimentária, que foram pouco a pouco configurando a sua nova identidade agrícola. O desenvolvimento do Ministério de Agricultura desde 1918 motivou uma crescente necessidade de agrónomos em todas as regiões, trazendo consigo todas as vantagens que as práticas tradicionais não conseguiam atender. Foi deste contexto de apelo ao progresso, aliado à modernidade que surgiu o posto de Tavira.

Segurado foi responsável pela elaboração de uma parte dos projetos estatais de arquitetura e urbanismo destinados aos serviços

Desenho e assinatura de Jorge Segurado no projeto do Posto, 1955 (AP)



agrícolas até 1974.⁸⁹ O objetivo dos seus trabalhos foi centralizar o planeamento arquitetónico num único perito. Mantendo o mesmo durante décadas, aliando assim uma menor despesa nas fases de projeto e posterior construção. É possível colocar a pergunta se existia algum tipo de indicações estilísticas. As únicas normas a seguir eram puramente técnicas? No Estado, determinados programas de edifícios como as Casas do Povo, tinham sempre uma orientação estética, e existe o exemplo da Universidade de Coimbra, onde é evidente o parentesco estilístico em relação à arquitetura italiana do regime de Mussolini. De facto, Segurado integrou equipas de projetos para edifícios emblemáticos de Lisboa como a Casa da Moeda, na década de 1930.

Na primeira fase do Estado Novo, destaca-se o projeto do arquiteto Carlos Rebelo de Andrade para a Estação Agronómica

89 Segurado nasceu e morreu em Lisboa (1898-1990). Era filho de um engenheiro e teve assim um primeiro contacto com o mundo da construção. Em 1920s viaja pela Europa; conhece obras de Walter Gropius na Alemanha; em Paris visita a Exposição Colonial Internacional (1931). Embora tivesse mantido um estatuto de profissional independente, sem integrar o quadro do funcionalismo público, desenvolveu uma carreira extensa de trabalhos para o Estado.

Nacional, em Sacavém,⁹⁰ inaugurada em 1941.⁹¹ Nas palavras do primeiro diretor, António Câmara, no corpo central do novo edifício estariam a secretaria e a direção, *digamos o sistema nervoso de estabelecimento e no segundo piso a biblioteca, o coração dum Instituto de Investigação Científica, e o anfiteatro, que representará, em muitos casos, a cabeça da nossa organização, em que as ideias hão de ser ventiladas, analisadas e difundidas.*⁹² Câmara queria albergar a nova estação numa casa portuguesa... *dentro da expressão rústica, e ele mesmo escolheu o arquiteto, que com a maior paciência se adaptou ao programa, porventura excessivo, suportando depois a nossa constante intervenção.*

De regresso a Segurado, em 1946 é de referir a habitação do agrónomo Domingos Victória Pires, em Elvas, de linha tradicionalista, com um pátio interior, elemento de carácter mediterrânico que reforçava a visão regionalista e sulista do arquiteto.⁹³ No mesmo ano de 1946 refira-se a estação agrária de Beja, com um *nobre, calmo e sóbrio carácter distintamente alentejano que o passado nos legou e ainda é hoje, para a nossa sensibilidade, um doce regalo de espírito.* Neste caso estavam separados a sede da estação e uma casa para habitação do diretor. Outras obras da década de 1960 foram a Estação Agronómica Nacional em Oeiras (1962), onde exprimiu uma *clara vontade de conciliação entre os valores formais modernizantes e os temas regionalistas.*⁹⁴

90 Mais concretamente Bobadela, que pertencia na altura à freguesia de São João da Talha.

91 Entre os seus projetos, realizados em associação com seu irmão Guilherme, destacam-se: a Fonte Luminosa (Alameda Dom Afonso Henriques, projetada em 1938; inaugurada em 1948), e o Pavilhão de Exposições e Festas, construído em 1932, uma réplica, aliás, do Pavilhão das Indústrias da autoria dos Irmãos Rebelo de Andrade, para a Exposição do Rio de Janeiro (1922).

92 Câmara, 1939.

93 Galvão, 2003, 482.

94 Fernandes, 2003.



Silo de milho de Tavira, projeto de Bastos Coelho e Ribeiro Modesto inaugurado em 1957 na rua do Poço do Bispo (IP)

Pode-se pensar que Segurado insiste, durante várias décadas, numa linguagem normalizada que reproduz um fabrico arquitetónico adaptado às características rurais e científicas a partir da interpretação da arquitetura associada à representação do regime. Parece então ser indiscutível que Segurado, desde os anos 1930, procurou um modelo de edifício institucional para aplicar nos territórios mais rurais. Este modelo denota, não só uma preocupação pela monumentalidade, como uma sensibilidade para as questões climáticas. Essa procura desenvolveu-se, naturalmente, no universo clássico, buscando sistemas formais reinterpretados, como a simetria e a noção de monumentalidade, ao mesmo tempo incorporando a funcionalidade moderna, devido ao tipo de programas projetados – escolas, laboratórios, bibliotecas, casas do povo, edifícios públicos administrativos.

GONÇALVES, FONSECA & C.ª, L.ª

<p>MILHOS HÍBRIDOS</p> <p>MAIOR PRODUÇÃO</p> <p>MAIOR RIQUEZA</p> <p>BELAVISTA</p>	<p>VENDEM</p> <p>Milhos Híbridos nacionais e americanos «brancos» e «amarelos». Ciclos vegetativos de 80 — 90 — 100 — 110 — 120 e 135 dias.</p> <p>Aproveitem o subsídio do Governo de 10\$00 por kilo para uma cultura rentável.</p> <p>Peça esclarecimentos à nossa secção de vendas</p> <p>AZINHAGA DA TORRINHA, 28 (ao Rego)</p> <p>LISBOA — Apartado 4003 — Telef. n.º 777888-770817</p>
--	--

PA

Este modo de projetar não foi específico do território português. Um pouco por toda a Europa, tanto em regimes democráticos como ditatoriais, regressou-se a uma imagem “historicista”, em parte como reação contra a estética do Movimento Moderno. O historicismo, considerava que o futuro e, portanto, a modernidade, deveriam ser construídos à imagem e semelhança do passado, sem interrupção entre um e outro. Formalmente, o passado tinha que ser a única opção lógica para o futuro. Mesmo tendo inovado nos sistemas construtivos e na tecnologia, estes tiveram que ser usados para recriar formas, sistemas de proporções e detalhes decorativos do passado.⁹⁵ Pretendia-se uma arquitetura segura, reconhecível, imponente, representativa do poder. A escolha recaiu inevitavelmente, no neoclassicismo, ou numa reinterpretação deste. Esta aposta não configura uma originalidade dos regimes ditatoriais e marcou o panorama internacional da época; a França, os Estados Unidos ou o Reino Unido, utilizaram o mesmo partido estético, uns mais acentuadamente do que outros, para os seus empreendimentos institucionais.⁹⁶

⁹⁵ Rodrigues, 2020.

⁹⁶ Fernandes, 2003.

Os primeiros projetos de edifícios em parceria com o Ministério da Agricultura surgem na década de 1930, com a Estação de Maquinaria, na Tapada da Ajuda em Lisboa, muito perto do novo ISA. Pode ter nascido nesta fase a amizade com o agrónomo Domingos Victória Pires, alentejano. De facto, numa parceria muito estreita: ao primeiro coube a conceção arquitetónica da nova casa de Victória Pires na cidade de Elvas, onde Pires era responsável da Estação de Melhoramento de Plantas (Posto Agrário até 1942).

Importa dizer que, durante o Estado Novo, Segurado desenvolveu intensa atividade como projetista de edifícios públicos. Por outras palavras, a sua ação no campo da arquitetura burocrática não deve ficar unicamente balizada pelos citados projetos agronómicos. Como tantos outros profissionais da sua geração, Segurado foi autor de diversos projetos para edifícios públicos, entre os quais se contam vários na área da agricultura. Em 1943/1953 refira-se a estação da fronteira de Caia (com capela de Nossa Senhora de Caia, Posto de Turismo e Posto da PIDE), perto de Elvas. Em 1950, refira-se o edifício de Herbário do Instituto Botânico (Jardim Botânico da Universidade de Lisboa). Também se destaca no Alentejo a Capela de São Gabriel (Marconi, Vendas Novas), um volume de prisma triangular.⁹⁷

Com o advento do Estado Novo houve um corte significativo com a conceção de edifícios agronómicos do período anterior, assim como uma mudança entre os responsáveis do ministério. Se durante a República se tinham destacado agrónomos como Mário de Azevedo Gomes ou Joaquim Rasteiro, a partir de 1930, surge uma nova geração onde é possível destacar engenheiros como André

97 Diário de Lisboa, 20 de novembro de 1951.

MILHO HÍBRIDO “IRPAL”
O MILHO DA ABUNDÂNCIA
À VENDA EM TODO O PAÍS

DIRIGIR PEDIDOS
E SOLICITAR INFORMAÇÕES COMERCIAIS
E TÉCNICAS A:

“IRPAL” — *Indústrias Reunidas de Produtos
para a Agricultura, S. A. R. L.*

PA

Navarro ou António de Sousa Câmara. Na arquitetura, note-se por exemplo, os projetos de Adães Bermudes e Raul Lino para as escolas agrárias de Lisboa e Alcobaça, anteriores a 1930.⁹⁸

Uma vez que Segurado era responsável por grande parte da produção arquitetónica da DGSA no período em análise, será também de grande utilidade estudar a outra parte desta produção, ou seja, fora do âmbito do Algarve. Foram levantados pelo menos quatro edifícios: a Estação de Melhoramento de Elvas, a Coudelaria de Alter, a estação de Tavira e a Estação Agronómica Nacional de Oeiras. Os dois primeiros localizam-se no Alto Alentejo, e o terceiro no Algarve. Sendo a DGSA um organismo público no período do Estado Novo, e apesar da sua pertinência, os trabalhos de Segurado para esta DG nunca foram alvo de um estudo expressivo.

⁹⁸ Na República, talvez o caso mais marcante seja o do Instituto Superior de Agronomia (arquiteto Arnaldo Adães Bermudes, inaugurado em 1917), ou das casas dos Guardas Florestais da DGSFA (sem arquiteto conhecido).

Para o anteprojecto de 1953,⁹⁹ Segurado serviu-se para a elaboração do primeiro anteprojecto, de todos os esclarecimentos dados pelo diretor do Posto, e ainda pelas impressões e dados colhidos no terreno em Tavira, mantendo a intimidade de cada grupo de serviços. Quanto à expressão arquitetónica do edifício, Segurado procuraria dar aos alçados aquela dignidade de que uma construção de carácter oficial requer e impõe, a par de uma sóbria simplicidade. O primeiro anteprojecto, de 1953, tinha previsto uma maior superfície do que aquele que foi finalmente inaugurado em 1962; o posto de Tavira, acabou por ser de concretização demorada e difícil. Com o faseamento da obra e a lentidão construtiva foram-se introduzindo alterações.¹⁰⁰ O primeiro formava um conjunto em forma de U. O projeto elaborado acabou por ser mais pequeno.

Não se conhece uma inauguração formal do novo edifício de Jorge Segurado. Na mesma cidade de Tavira, em abril de 1957,

99 Projeto 1953, Arquivo do Posto. Outro exemplar existe no Arquivo de Património Arquitetónico da DGPC (Forte de Sacavém), como bem nos indicou a investigadora Cristina Fé Santos. Segundo este arquivo, o empreiteiro foi António Gonçalves Pereira, com contrato assinado em Dezembro de 1955, e o valor da empreitada foi de 1.907.320 escudos, aprovado pelo Tribunal de Contas na mesma data. O empreiteiro entregou a obra no princípio de 1959, mas ainda demoraram 3 anos na entrega do mobiliário, responsabilidade da fábrica de móveis de madeira Aseta e Sano-Técnica Limitada para o mobiliário metálico (DSARH-005/262-3456/06).

100 Cronologia segundo Ricardo Agarez: 1956 - decorrem os trabalhos de construção do edifício, pelos Serviços de Construção e Conservação da DG dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com conclusão prevista para 1957; 1958 - conclusão do complexo; 1959 - execução de estátua simbolizando a flora do Algarve, pelo escultor Barata Feyo; 1959-1963 - elaboração do programa de mobiliário para a Estação, feito pela Repartição das Construções Agrícolas e de Defesa e Conservação do Solo; por intermédio da Comissão é adquirido mobiliário metálico e de madeira, adjudicado às firmas Sano-Técnica, Albino de Matos, P. & Barros, Aséta e Joaquim Gonçalves Moura.

foi inaugurado, com alguma repercussão mediática, o novo silo de milho, pelo agrónomo Luís Quartin Graça, presidente na altura a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, e pelo subsecretário de estado da Agricultura, Victória Pires.¹⁰¹ O edifício teve a benção do bispo do Algarve, um desfile de máquinas agrícolas e ranchos folclóricos, um porto de honra no Ginásio Clube e uma visita às obras do Posto Agrário. Com uma capacidade de 1400 toneladas, os arquitectos responsáveis foram José Manuel Bastos Coelho e António Ribeiro Modesto.¹⁰²

O impacto público do novo posto não seria grande dada a morosidade do seu aparecimento e a localização isolada fora de portas. Procurou dar-se à construção do Posto/Estação:

não só um agradável aspecto em relação ao largo da estação e à avenida, mas muito principalmente e antes de tudo o mais, uma racional e conveniente exposição em relação ao Sol, tendo em linha de conta o frio que se sente desde meados de Novembro a meados de Fevereiro e a intensidade do calor sempre naquela região.

As paredes exteriores seguiram o critério da simplicidade. De uma maneira geral distribuir-se-iam as salas de trabalho “com exposição Nascente” e as galerias de comunicação com exposição Poente *em virtude da experiência dos actuais serviços imporem como melhor essa disposição com que o autor concorda inteiramente*. O Pavimento Principal ou Pavimento do Rés-de-Chão compreendia três grupos de serviços: O primeiro onde o público iria mais frequentemente e por isso mesmo localizado em comunicação directa com o átrio; o segundo dizia respeito aos

101 Graça, 1957, Pires, 1957.

102 Federação, 1958.



Disposição da biblioteca de Tavira, exemplo de modelo de cadeira, janeiro de 2022 (IP)



serviços de laboratório; o terceiro destinado aos arquivos técnicos e administrativos.

A entrada do edifício devia fazer-se por um vestíbulo envidraçado, com acesso ao átrio onde se desenvolvia a escada principal e para onde também davam: “a grande sala de sessões, projeções e biblioteca”, a secretaria, e o corredor para outros serviços deste piso. Logo à esquerda da entrada havia um “vestiário de serviço”, usado unicamente em ocasiões de reuniões públicas. Um dos aspetos que importa abordar prende-se com a especificidade do espaço reservado à biblioteca. Havia aqui uma hierarquia de funções. Por outro lado, o facto de ser pensado num lugar para receber os lavradores, ainda que não exclusivamente para esse fim, reflete uma das orientações do “ensino de adultos” nesse período histórico. O vestíbulo, de dimensões consideráveis, adequadas à receção de agricultores e outros interessados, conduz a uma caixa de escadas (do lado direito), com guardas metálicas.

Eram previstos vários laboratórios: de “Agronomia Geral”, de “Sanidade Vegetal” e “de Química”, com a sua “especial chaminé de trabalho”, assim como um pequeno compartimento de Microscopia e outro gabinete destinado às balanças de precisão. No anteprojecto estava previsto também um Museu.

No piso superior, a escada principal dava acesso a um corredor que servia a “Sala de Consulta e de Trabalho de Técnicos de Extensão”, onde os lavradores apresentariam as suas consultas, e a quatro gabinetes: “do Director”, “do Adjunto”, “do Delegado da Estação Agronómica Nacional” e “dos Ficheiros”. Nos dois primeiros gabinetes havia monta-papeis, *de serviço privativo destes gabinetes e dos serviços de secretaria, e que com a montagem*

de telefones internos poupará energia e tempo. No mesmo piso alugar-se-iam outros serviços como o Gabinete dos Tirocinantes, a Secção de Culturas Arvenses, a Secção de Culturas Arbóreas e Arbustivas, a Secção de Culturas Hortícolas, uma Sala de Desenho e uma Sala dos Regentes Agrícolas. Do ponto de vista planimétrico, sobressai a racionalidade e a rentabilização de área disponível. O edifício consegue assim acolher gabinetes e laboratórios, com a particularidade de um rés-do-chão onde convivem gabinetes, laboratórios e a sala de sessões/biblioteca.

Em abril de 1962, o novo edifício começou a ser usado por Nascimento e o resto da sua equipa.¹⁰³ A entrega do novo edifício por parte da Direcção Géral dos Edifícios e Monumentos Nacionais tinha acontecido em 12 de abril de 1962,¹⁰⁴ e foi entregue pelo engenheiro civil Júlio Maria dos Reis Pereira, director dos Edifícios do Sul. O “bom acabamento e perfeito funcionamento” foi verificado por Bento Nascimento.

Na segunda semana de junho a Estação foi visitada pelo novo secretário do Estado da Agricultura, o advogado João Mota Pereira de Campos, acompanhado pelo Governador Civil, Baptista Coelho,¹⁰⁵ que vinham da Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte de Bispo.¹⁰⁶

103 Povo Algarvio, 25 de fevereiro de 1962, Bento Nascimento como novo diretor. No mesmo jornal (17 de junho), é indicado que o Posto passou a ser Estação em 25 de maio. Ver Chagas, 2004.

104 Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, HHRU-40, 21-HL-78 (documento facilitado pela investigadora Cristina Fé Santos).

105 Revista Agricultura, 1962, 14, p. 74. Mota Campos tinha sido nomeado em maio de 1961. Em dezembro de 1962 foi substituído pelo agrónomo Luís Le Cocq de Albuquerque de Azevedo Coutinho, no cargo até 1965, em que regressou Victória Pires.

106 Projeto do arquiteto Manuel Gomes da Costa, instalações com capacidade



Detalhe da escultura de Barata Feyo (IP)

Nos meses seguintes as instalações foram visitadas por investigadores estrangeiros, como o geógrafo Dan Stanislawski (1903-1997),¹⁰⁷ que por sua vez publicou uma monografia (geografia) sobre o Algarve em 1963, e onde agradece a ajuda de Cabral, Nascimento e Assunção.¹⁰⁸

Os móveis e equipamentos originais do projeto de 1962 que subsistem – nomeadamente em alguns gabinetes e laboratórios –

para a deposição do trigo, o seu armanejamento e o seu ensacamento para distribuição. Destaca-se pela gelosia feita de mosaicos pré-moldados (Alves, 2017, 105).

107 Professor do departamento de geografia (Austin, Texas), passou dez semanas no verão de 1952 com estudantes na América Central, principalmente na Nicarágua. Ganhou uma bolsa Guggenheim que lhe permitiu passar o ano 1952-1953 em Portugal. Em 1965 conseguiu uma ajuda da fundação Gulbenkian para voltar a Portugal.

108 Stanislawsky, 1963.

são dignos de nota pelo desenho e construção, em coerência com a obra total. O edifício também foi definido pela integração de artes plásticas característica do regime, como a escultura do exterior, levada a cabo por um artista de renome, o escultor Salvador Barata Feyo (1902-1990).

Os processos de fornecimento de mobiliário e equipamento para os edifícios construídos para a DGSA são reveladores não só de práticas e dinâmicas dentro dos organismos do Estado, mas também dos seus intervenientes mais decisivos (responsáveis pela obra e pela escolha dos modelos, projetistas e empresas envolvidas nos fornecimentos). Um dos nomes que neste contexto importa destacar é o do arquiteto José Luís Amorim (1924-1999). Amorim desenvolveu uma parte dos modelos que havia desenhado para instituições como o Instituto de Medicina Tropical e para a Estação Agronómica Nacional.

A empresa Olaio (Sacavém) pode ter dado resposta a sucessivas encomendas para novos edifícios da DGSA, incluindo tanto os modelos especiais (assentos de conforto nas zonas de estar, mobiliário do auditório e biblioteca), como os móveis de série para trabalho. A Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, voltou a reunir a DNISP e os móveis Olaio. Em sucessivos fornecimentos, entre 1961 e 1970 pelo menos, os modelos de série (da linha Recta, entre outras) foram combinados com móveis especialmente desenhados por Amorim. Mereceram um especial investimento os móveis de assento, que iriam povoar o laboratório, os espaços de atendimento do público, as zonas de acesso.¹⁰⁹ O posto agrário de Segurado devia obter um bom conforto para os seus utilizadores,

109 Martins & Diniz, 2017.

dispondo de elementos naturais, aproveitando-os corretamente, e assim, procurar melhorar as qualidades do espaço, comprometido especialmente pelo clima. O posto devia ser potenciador das relações sociais, um espaço de convívio dos peritos com os agricultores.

O programa de móveis para o Posto de Tavira incluía um leque de cadeiras em madeira – com braços, sem braços, base rotativa ou fixa, costas com distintas alturas –, sempre com uma geometria característica, revelada sobretudo no apoio posterior. Algumas cadeiras (as designadas “cátedras”) talvez aquelas para os gabinetes das figuras principais, tinham assentos estofados. Eram igualmente estofados os assentos de conforto: poltronas e sofás para gabinetes; bancos individuais e coletivos, nas zonas de espera.

A organização do espaço apostava na centralidade do átrio e da biblioteca. As áreas complementares, como por exemplo a secretaria, surgem anexas e com acessos individuais, indispensáveis para o bom funcionamento das atividades da Sala de Sessões, sem as prejudicar. A criação de um átrio que antecede a entrada na biblioteca, é também fundamental, nas duas realidades, quer para



PLANTAÇÕES DE CITRINOS

Plante as variedades recomendadas pela
Direcção - Geral dos Serviços Agrícolas

★ Não deixe de nos visitar ou consultar.

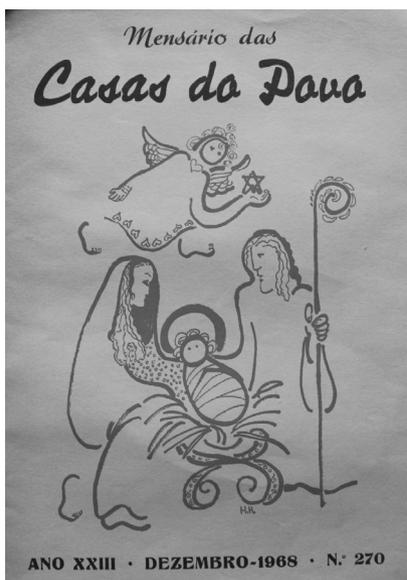
Peça catálogos grátis a :

VIVEIROS CASTRO E MELO

Quinta das Flores - **COIMBRA** - Telef. 71372

(PORTUGAL)

um uso mais íntimo e de convivência dos utilizadores, como para o prolongamento do espaço interior da Sala de Sessões nos dias de maior afluência. Pode concluir-se que a arquitetura de Segurado se adaptou à realidade encontrada em Tavira, moldada em função das necessidades programáticas, das adaptações climáticas e da veracidade das circunstâncias. O posto decorre de um momento de experimentação arquitetónica por parte de um conhecido arquiteto, que tinha como objetivo principal a melhoria da qualidade de trabalho dos utilizadores que usufruíam as suas obras, respondendo de modo eficaz às especificidades do lugar, projetando com e para o clima sem artifícios dispensáveis. Estas convicções apesar de contarem com 60 anos de história, são ainda hoje atuais.



As publicações das Casas do Povo eram uma maneira de atingir a população rural (EN)

Tavira no Inquérito Agrícola e Florestal de 1950

A importância económica e social da agricultura em Portugal fez com que o Estado tivesse, desde o século XIX, demonstrado preocupações no domínio da recolha da informação com intuítos diversos – fiscais, de regulação do mercado e elaboração de políticas.¹¹⁰ A legislação que foi formatando as atividades de produção abrangeu também a responsabilidade de criação de inquéritos técnicos e acervos estatísticos, quer por parte dos serviços agrícolas da administração central quer, desde 1936, pelos vários organismos de coordenação económica. Nesta seção vai-se tratar de explicitar uma primeira aproximação a uma das fontes estatísticas e cartográficas relacionadas com a agricultura e a floresta: os inquéritos produzidos para a Subsecretaria de Estado da Agricultura, na década de 1950, no quadro do Plano de Fomento Agrário.

Os instrumentos de uma boa política agrária e florestal devem assentar, em parte, em levantamentos capazes de relatar o estado real da economia agroflorestal de um território. Como foi definido o papel do Estado central na resolução das carências estatísticas e informativas da agricultura portuguesa? Que modelos de inquérito foram privilegiados, quando, por quem e porquê? Que entidades, serviços e sujeitos (políticos, técnicos) participaram nos sucessivos esforços feitos para enfrentar a falta de informação sobre a realidade agrária?

110 García-Pereda & Guerreiro, 2020.



Os inquéritos agroflorestais desenvolvidos em Portugal entre 1950 e 1958 oferecem um ponto de vista privilegiado para observar a produção agroflorestal apoiada pelos poderes públicos e privados. Através destes inquéritos, pode discutir-se as estratégias escolhidas pelo Estado Novo para organizar o território. Em 1886, foi nomeada uma comissão encarregue de efetuar um inquérito agrícola ao país. A realização deste inquérito provocou reações violentas em diferentes localidades, chegando-se ao confronto entre a força militar e os camponeses, o que produziu vários mortos. Tais distúrbios estiveram na origem da suspensão do inquérito que, assim, se limitou à publicação de resultados parciais, relativos aos distritos de Lisboa e Santarém.¹¹¹ Apesar do insucesso, trata-se da primeira tentativa sistemática de recolha de informação, sem se apoiar, como antes, exclusivamente ou quase só em relatórios dos governadores civis, a maior parte

111 Moraes, 1889.

das vezes sem conhecimentos agronómicos.

São conhecidas as deficiências e a má qualidade das séries estatísticas produzidas no decorrer de todo o século XIX, o que perdurará até ao fim do segundo quartel do século seguinte. Sabe-se também, pelo menos no que respeita à produção agrícola, que a esmagadora maioria da informação pecava, por norma, por subavaliação, sendo muitas vezes enviesada em função de interesses conjunturais. Na década de 1940, surgiu uma nova iniciativa para tentar acabar com este problema.

Entre 1941 e 1948, a Junta de Colonização Interna (JCI) foi dirigida por um agrónomo: José Garcês Pereira Caldas (1895-1958). A JCI foi um organismo oficial, criado em 1936, que tinha por missão colonizar os baldios, terrenos públicos e propriedades privadas beneficiárias de infraestruturas hidráulicas e fomentar a atividade agrícola.¹¹²

Uma das funções da JCI era a elaboração de estudos, e tinha assim uma estreita ligação com o Instituto Superior da Agronomia (ISA). A relação entre as duas instituições é formalmente explícita através da presença, no conselho técnico da JCI, do “professor de agricultura geral do ISA.” Na década de 1930, esta cadeira era ocupada pelo professor Eduardo Alberto Lima Basto (1875-1942),¹¹³

112 Pelo Decreto-Lei n.º 27:207, de 16 de Novembro de 1936, a JCI tinha, nomeadamente, as seguintes competências: tomar conta dos terrenos que lhe foram entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, instalados nesses casais agrícolas; promover a constituição de associações de regantes e a instalação de Postos Agrários; efetuar o reconhecimento e estabelecer a reserva dos terrenos baldios do Estado; proceder à aquisição de terrenos para colonização; estudar o regime jurídico a que devia obedecer a concessão de glebas (Silva, 2019; Guerreiro, 2022).

113 Basto foi diretor geral da Instrução Agrícola do Ministério da Agricultura.

que tinha desenvolvido, entre 1934 e 1936, o Inquérito Económico-Agrícola, um levantamento minucioso do funcionamento económico de diversas explorações agrícolas, e das condições de vida dos trabalhadores dos campos. Neste inquérito destacou-se o agrónomo Henrique de Barros, sendo estas publicações determinantes na orientação do programa de colonização da JCI, na determinação e importância dada à dimensão da propriedade agrícola necessária para a subsistência da família, e na sua metodologia de trabalho.¹¹⁴

Em 1948, Caldas foi nomeado subsecretário do Estado da Agricultura (na dependência do ministro da Economia: António Júlio de Castro Fernandes). Os dois ficariam no governo poucos meses, até ao segundo semestre de 1950. No departamento de Economia estavam incluídas, desde 1940, as políticas agrárias. Entre 1940 e 1944, o subsecretário de Estado da Agricultura foi o agrónomo André Navarro, também diretor do ISA. Posteriormente, Navarro foi deputado, ininterruptamente, desde 1945 até 1969. Será precisamente num dos discursos de Navarro, como deputado nacional, que é possível encontrar mais detalhes sobre a criação do Plano de Fomento Agrário (PFA), em julho de 1949:

Quando se trata de estudar, propor ou determinar medidas atinentes a promover a melhoria das condições de produção, comércio ou consumo no campo agrário, lutam o técnico, os servidores e até o próprio Governo com falta de elementos concretos sobre os quais possam confiadamente deduzir conclusões e alicerçar pareceres ou deliberações. Falta ainda à

Foi nomeado para se deslocar à Bélgica e estudar a maquinaria agrícola e tomar parte no Congresso de Instrução Primária. Presidiu à Câmara Municipal de Lisboa e à Associação Comercial, tendo sido eleito deputado em diversas legislaturas anteriores a 1926.

114 Agoas, 2011.

nossa agricultura - que foi, é e será sempre o centro de gravidade da economia nacional - o exame conjunto e coordenado das condições fisiográficas, económicas e sociais inerentes a cada um dos sectores agrícolas, florestal e pecuário. É certo que inúmeros e valiosos trabalhos se devem à actividade dos serviços ligados à agricultura, mas não é menos certo que a todo esse material falta o cimento que aglutine e informe a constituição do complexo do estudo das condições gerais em que é feita a agricultura.¹¹⁵

O intuito de modificar o panorama atrás descrito foi a razão primária do PFA, iniciado por despacho de Pereira Caldas. Seriam necessários novos inquéritos, a depender de um novo “Serviço de Reorganização e Ordenamento Agrário.” O PFA passou a contar nos seus quadros com agrónomos que vinham da JCI, como Mário Pereira.¹¹⁶ Estes técnicos que vinham da JCI queriam mesmo defender, como essência da tarefa, a constituição de empresas *familiares viáveis*.¹¹⁷ Mas para o começo dessa tarefa, antes de tentar qualquer obra de colonização, os técnicos da Junta sabiam que era necessário “observar o País”;¹¹⁸ o PFA devia ser o conjunto de medidas destinadas a diminuir a diferença entre o que existe atualmente (Inventário) e o que se julga que deve existir (Ordenamento).¹¹⁹

115 Diário do Governo, 11 de julho de 1949.

116 Pereira e Henrique de Barros trabalharam juntos em 1938 para a JCI, no projeto de colonização da Herdade de Pegões. Nas suas memórias, Barros considerou que foi atingido o objetivo de *aproveitar uma grande propriedade, mal utilizada ou mesmo inculta, para nela instalar centenas de médios agricultores, a praticarem sistemas intensivos de agricultura* (Barros, 1991, 46).

117 Rosas, 1991.

118 Guerreiro, 2015.

119 Pereira, 1955, 88; Caldas, 1991, 555.

Depois da primeira observação, a definição de um novo ordenamento territorial seria, com a avaliação das possibilidades de produção, a prioridade do PFA.¹²⁰ Segundo o discurso de Navarro, este ordenamento podia ser definido como:

o limite para que deve tender a utilização do solo quando o seu aproveitamento seja encarado sob o tríptico aspeto técnico, económico e social. Por outras palavras, o ordenamento consiste na elaboração de um plano ideal de exploração do território, tendo como determinantes os factores de ordem fisiográfica (solo, clima, relevo, exploração, etc.), os de ordem económica (preços de custo, rendimento, comercialização e industrialização, etc.) e os de ordem social (manutenção da população, aumento do nível de vida, regularização da mão-de-obra, rendimento social, etc.), de forma a conseguir-se uma distribuição racional, não só das culturas, pastagens, gados e florestas, como até do próprio povoamento humano.

A definição estava em concordância com uma orientação seguida internacionalmente. Com efeito, a conferência sobre a conservação dos solos, realizada sob os auspícios da FAO, em setembro de 1949, na cidade de Florença, definiu “conservação do solo” como: a utilização e manutenção judiciosas da terra, por forma a tirar dela, no presente, os máximos rendimentos e assegurar, simultânea e permanentemente, o bem-estar dos que diretamente dela vivem e da sociedade em geral. Esta definição correspondia precisamente ao que o PFA deliberou chamar “ordenamento”, com receio de que a expressão “conservação do solo” pudesse vir a ser tomada no sentido mais restrito.

120 Caldas, 1945; Pereira, 1955.



Leal González, 1970

Na primeira fase do PFA, parece que uma das prioridades territoriais foi o Algarve, província que foi quase toda concluída em 1950, assim como o sul do Alentejo.¹²¹ No Algarve, trabalharam alguns dos melhores técnicos do Estado, como o silvicultor Domingos Pereira Machado, funcionário da DGSFA desde 1933,¹²² responsável pelo PFA da parte florestal de Monchique. Se este relatório é um trabalho técnico de primeira categoria, houve outros

121 Entregues em 1950, como foi o caso de Mértola. Carmo & Rodrigues, 2016.

122 García-Pereda, 2017.

relatórios que não foram feitos por um engenheiro, como a parte florestal de Loulé, realizado pelo regente agrícola José Cid Navarro Rodrigues. Se Machado comenta que passou vários meses nas matas de Monchique, conseguindo informação diretamente de muitos proprietários privados, o relatório de Loulé tem muito pouca informação original, tendo sido feito com pouco cuidado.

O conjunto de técnicos mobilizados no PFA foi considerável; só em 1953, 78 técnicos foram fornecidos pela DGSFA, pela DG de Serviços Agrícolas, pela DG de Serviços Pecuários e pela JCI. No caso do serviço do Inquérito Agrícola e Florestal, foram sete engenheiros agrónomos e sete engenheiros silvicultores. No Serviço da Carta Agrícola e Florestal (CAF), foram sete agrónomos e doze silvicultores.¹²³ Não se considerou a possibilidade de se aproveitar os trabalhos finais dos alunos do ISA, com pouca experiência ainda, se bem que há vários casos em que são feitas monografias agrárias de várias freguesias, com informação possivelmente aproveitada nos Inquéritos de 1953.

A CAF tinha por fim representar, cartograficamente, a utilização do solo. Devia ser apresentada em escala 1:25.000, tendo como base a Carta Militar de Portugal. Os Serviços Cartográficos do Exército deviam fornecer fotografias aéreas, para demarcar as manchas culturais num reconhecimento direto. Seriam assinaladas as manchas culturais de área igual ou superior a 5 hectares, limite que descia a 1 hectare no caso dos regadios, ou quando a importância da cultura assim o aconselhasse. As brigadas de campo deviam

¹²³ Na CAF, trabalharam os silvicultores Manuel Gomes Guerreiro e Firmino da Costa. Firmino & Guerreiro, 1952.

delimitar as diferentes manchas, fazendo a descrição em boletim anexo das culturas de cada mancha.¹²⁴

Para os relatórios de Tavira, entregues em 1950, contou-se com um silvicultor que tinha acabado os estudos pouco antes, Marcos Afonso Alves Ferreira, e com um agrónomo que já tinha mais de uma década de experiência, José Pinto dos Reis. Não se tem informação para saber em qual dos serviços do Ministério da Economia Ferreira e Reis eram na altura funcionários. Em Lisboa, encontramos duas cópias, possivelmente completas, de todos os relatórios municipais do PFA, um total de 273, assinados entre 1950 e 1958. Na biblioteca do posto de Tavira há cópia de todos os exemplares referentes ao Algarve.

No caso dos relatórios sobre Tavira, a parte agrária ocupa 90 páginas, e a parte florestal 47 páginas. Em nenhum dos dois relatórios aparecem documentos de cartografia manuscrita, como acontece para outros concelhos. Reis preparou algumas tabelas, com informação sobre as produções mais importantes.

O relatório de Reis também é importante para perceber a velocidade do desenvolvimento dos organismos criados pelo Estado Novo. O Grémio da Lavoura já existia, mas limitava-se à venda dos produtos necessários à lavoura, alfaías, inseticidas e fungicidas, adubos, batata-semente selecionada. Reis achava que no futuro o Grémio devia chamar a si a colocação dos produtos hortícolas nos mercados internos, suprimindo assim os intermediários.

124 Pereira, 1955, 41.

A Extensão Agrícola no Algarve: O Movimento de Intensificação Agrária

A Extensão Agrícola ou Rural é um tipo de educação informal, dirigido tanto a jovens como a adultos (agricultores e as suas mulheres). É uma das intervenções dirigidas à promoção do progresso agrícola. A Extensão trata de aspetos relacionados com a eficácia técnica e económica dos processos de produção. Trata-se da modernização da agricultura, através da difusão de conhecimentos inovadores entre os agricultores, sobretudo os mais humildes. Antes da Extensão, o “pessoal da assistência técnica ensina técnicas, e não se preocupa, para cumprir a sua obrigação, nem do agricultor como Homem, nem da família agrícola, nem sequer como regra do conjunto da empresa agrícola.¹²⁵” Os centros de investigação deviam ser “completados com um serviço activo e competente de extensão, que estenda até aos agricultores, a soma de conhecimentos que pouco a pouco ali se vão adquirindo.¹²⁶”

Segundo Domingos Victória Pires, o termo “Extensão” com referência ao setor agrícola dos Estados Unidos remonta a 1914, com a criação do serviço de Extensão, dependente das faculdades de agronomia, “com a rede estendida aos diversos concelhos onde passaram a trabalhar os técnicos (County Agents) que assistem os agricultores.¹²⁷”

125 Ribeiro, 1973.

126 Câmara, 1955, 26.

127 Pires, 1956b, 17.

Seaman Knapp (1833-1911) foi um dos idealizadores da figura do “agente local” na atividade extensionista, por meio do qual os agricultores podiam ter à sua disposição, pessoal técnico, de quem receberiam os conhecimentos necessários para melhorar as suas práticas.¹²⁸ Para Paulo Freire (1975), o termo “extensão” significa estender – transferir conhecimento e técnicas a um mundo cultural alheio. Segundo Freire, isso exige que o “agente extensionista” possua formação em diferentes técnicas no campo da aprendizagem e da comunicação, de modo, a ser capaz de não só proporcionar uma nova educação ao agricultor, mas também de saber estimular os seus interesses por aprender mais. Para Lopes Ribeiro: *Quando se divulgam melhores técnicas mas os homens continuam iguais, a comunidade pouco ganhou.... Porque se percebeu que os adultos eram os mais difíceis de sofrer modificações, a extensão ataca em massa as camadas juvenis.*¹²⁹

A extensão deve ter um serviço de consultas e de educação bem equipado e organizado; se o agricultor não procura os serviços técnicos do concelho para lhes apresentar os problemas, “são os próprios serviços que vão a sua casa estabelecer contacto com a exploração agrícola.”¹³⁰ As assistentes sociais “procuram resolver as dificuldades das donas de casa, dando-lhes ensinamentos sobre higiene, receiturário de cozinha, redução de despesas, ideias sobre vestuário económico”.¹³¹ Os serviços de extensão davam ensinamentos a agricultores e donas de casa sem lhes proporcionar qualquer auxílio económico.

128 Mubai, 2014.

129 Ribeiro, 1973.

130 Pires, 1956b, 18.

131 Pires, 1956b, 20.



Caricatura, realizada por Francisco Zambujal, de Guilhermina Madeira no Rasgar da Ganga de Santarém (Escola, 1967)

Depois da II Guerra Mundial, os agrónomos António Câmara, Victória Pires ou Miguel Mota foram dos primeiros técnicos portugueses a falar de extensão agrária. Os dois primeiros tiveram a oportunidade de viajar a Roma (sede da Food Agriculture Organization) e aos Estados Unidos (Pires em 1955, quando ocupava o cargo de subsecretário do Estado). Durante a sua estadia nos Estados Unidos, Câmara “pode aperceber-se do papel que naquele país representava a poderosa arma da Extensão e do que ela poderia

vir a representar em Portugal se aqui fosse implementada.”¹³²
Numas palavras em 1959, Câmara já defendia que era preciso

*auscultar constantemente a opinião dos interessados, contar-lhes o que está a fazer, discutir com eles os seus pontos de vista. Em vez de confiar apenas no escrito, crê-se que esta forma de trabalho será mais proveitosa, que os lavradores se apaixonarão pelos assuntos, que em lugar de meros espectadores dos nossos esforços, serão nossos cooperadores entusiásticos.*¹³³

Pires, subsecretário de Estado de Agricultura entre 1950 e 1958, desenvolveu uma nova política: O Movimento de Intensificação Agrária, situando o desenvolvimento mais ao nível concelhio, com alguma descentralização dos órgãos de acção. Outro agrónomo que viajou ao mesmo país, Francisco de Almeida Manuel Vilhena, regressou com uma vontade firme de “tudo tentar para se transformar uma decrépita assistência técnica agrícola num eficaz Serviço de Extensão,” que tanto o havia impressionado. Consegue, a expensas do governo americano, enviar uma equipa de 5 engenheiros agrónomos aos Estados Unidos, em que estava incluído António Lopes Ribeiro. Regressados, *acharam ser o seu dever percorrer o país, quais bandeirantes, organizando sessões de esclarecimento.*¹³⁴

A estratégia de Victória Pires combinava três propósitos: *a intensificação da assistência técnica, a implementação de um*

132 Ribeiro, 1980.

133 Câmara, 1959. Quais lavradores? nas palavras de Rafael Duque, os “mais esclarecidos ou ansiosos de cotejar as conclusões da ciência com os dados da sua experiência pessoal (Duque, 1941).”

134 Ribeiro, 1980.

*novo ordenamento cultural, e a prossecução do melhoramento das condições de vida das famílias rurais, quer sob o ponto de vista material, quer cultural e moral.*¹³⁵ Esta última acção inscrita em decreto, foi desenvolvida por peritos previamente preparados nos Estados Unidos (os técnicos que integraram as missões). A esse respeito Victória Pires recorda o esforço empreendido por um grupo técnico constituído por senhoras com os cursos de agronomia, regente agrícola e agentes de educação familiar rural na realização de cursos de extensão agrícola familiar. Ter-se-ão criado, até ao final de 1963, 34 centros fixos e 12 ambulantes que tinham realizado 39 cursos envolvendo 1174 alunas.¹³⁶

No ideário de Victória Pires, desejava-se que o progresso agrícola fosse promovido por uma assistência técnica exercida através de uma rede concelhia, com o apoio dos órgãos centrais de cada região, constituídos pelas respectivas estações agrárias e brigadas técnicas – ou seja, adaptando o modelo americano.¹³⁷ Em 1957 (Decreto 41.473) aparece pela primeira vez na lei a palavra “extensão”, com a criação de uma direcção de serviços chamada “Extensão Agrícola e Condicionamento de Culturas.”¹³⁸

Depois da publicação do decreto, aconteceram diversas ações, isoladas na opinião de Ribeiro, com a excepção da “Extensão Agrícola Familiar”. Organizaram-se cursos para extensionistas, orientados por técnicos estrangeiros e nacionais. A DGSA manteve em vários pontos de Portugal Cursos de Extensão Familiar, ministrados nos denominados Centros de Extensão. O público-alvo principal eram as filhas de agricultores, com mais de 15 anos, “como futuras mulheres

135 Debates Parlamentares, 19 de Fevereiro de 1964 / Rollo, 2016.

136 Rollo, 2016; Direcção, 1963.

137 Rollo, 2016.

138 Diário de Governo, 23 de dezembro de 1957.

de profissionais agrícolas.”¹³⁹ Na Zona Sul as orientadoras dos Cursos eram as agrónomas Lígia Boaventura de Azevedo e Maria de Lurdes Rocha. A aprendizagem (de 18 meses) incluía trabalhos de horta e pomar, criação de galinhas e coelhos, exploração de abelhas, fabrico de laticínios e de conservas, compotas e sumos. Também se ensinavam as alunas sobre a organização “de dietas alimentares ricas e equilibradas, a baixo custo.” Ao sul de Lisboa o único Centro em atividade estava em Beja, em 1962 (perto de Lisboa havia outro, em Colares, na Quinta da Serrazola.) Em 1962 havia três Escolas de Formação de Agentes de Educação Familiar: Braga, Leiria e Roriz.¹⁴⁰ As Agentes e Regentes Agrícolas relacionadas com a Extensão receberam cursos complementares em Lisboa, ministrados no Laboratório Rebelo da Silva da DGSA, dirigidos pela agrónoma Lígia Azevedo.¹⁴¹

Em 1964, o agrónomo António Lopes Ribeiro foi nomeado diretor dos serviços de Extensão Agrícola e Condicionamento de Culturas da DGSA, depois da reforma de Vilhena.¹⁴² Antes disso tinha sido adjunto do diretor do Posto Agrário de Sotavento (Tavira). Entre 1957 e 1974, “com um dispendio de poucos milhares de contos, plantaram-se nos últimos anos mais de 3000 hectares de pomares com a constante assistência dos técnicos agrários” Também se valorizou a produção de leite nos arredores de Lisboa.¹⁴³

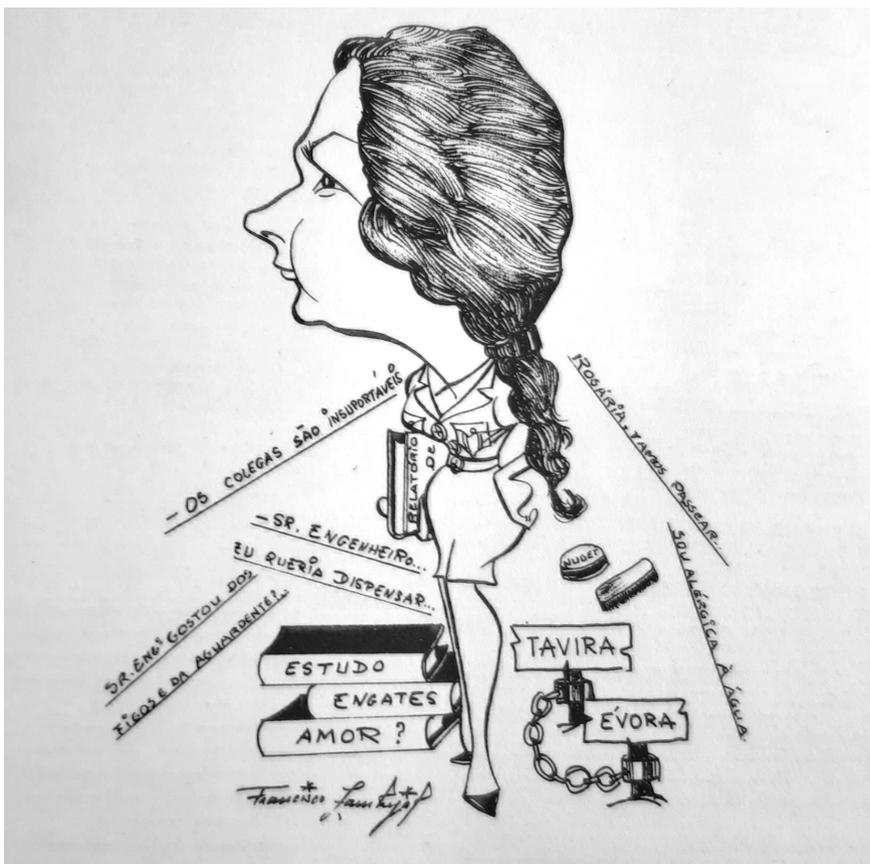
139 Revista Agricultura 1961, 9, 56.

140 Revista Agricultura, 1961, 12, 61.

141 Lígia Azevedo participou em novembro de 1960 na sessão de estudos efetuada na Grécia, acerca dos problemas da vulgarização em matéria de economia doméstica rural na zona mediterrânica (Revista Agricultura 1961, 9, 75). Em julho de 1972 esteve na Finlândia no XII Congresso da Federação Internacional para a Economia Familiar (Azevedo, 1979)

142 Ver Agricultura, 1973.

143 Ribeiro, 1973.



Caricatura, realizada por Francisco Zambujal, de Maria da Fé dos Santos Ramos Correia no Rasgar da Canga de Évora. O segundo emprego que Maria da Fé conseguiu depois da escola, foi na estação agrária de Beja, onde trabalhou em temas de extensão. Foi em Beja que viveu os tempos da revolução, antes de pedir a transferência à estação de Tavira, em 1975.

No Posto-Estação de Tavira multiplicaram-se, pouco a pouco, as formações, como o curso de Sanidade Vegetal dirigido pelo agrónomo Branquinho de Oliveira, em agosto de 1960.¹⁴⁴ Noutra cidade do Algarve, Silves, o subdiretor da Estação Agronómica Nacional, Luís Maria Carrapatoso Lopes da Fonseca, a 23 de novembro de 1960 proferiu na Câmara Municipal uma conferência sobre a Fruticultura nos novos regadios do sul do País.¹⁴⁵

José Francisco Pereira de Assunção teve a oportunidade de viajar a Itália, em 1960, com Francisco Manoel de Vilhena e José Duarte Amaral, como assistente de um Curso de Aperfeiçoamento de Vulgarizadores de Base, promovido pela Organização Económica de Cooperação Europeia (OECE), realizado perto de Peruggia, na Fondazione per l' Instruzione Agraria, em Casalina.¹⁴⁶ Para o OECE, a Vulgarização era a “forma de levar ao agricultor as informações técnicas que lhe permitam melhorar o seu rendimento.” Foi possível conhecer o trabalho dos técnicos vulgarizadores italianos, que viviam nos concelhos e atuavam permanentemente junto do agricultor, e com envolvimento da sua mulher e filhos. Para estas mulheres era criado um “serviço de vulgarização da economia doméstica.” Segundo a Revista Agricultura, o decreto português de 1957 tinha previsto “um vulgarizador fixado em cada concelho.”

Na Casa do Povo de Conceição,¹⁴⁷ realizou-se em 1968 um Curso

144 Povo Algarvio, 7 de agosto de 1960.

145 Revista Agricultura, 1960, dezembro, 69.

146 Revista Agricultura, 1960, dezembro, 65.

147 Povo Algarvio, 31 de agosto de 1968. Nos primeiros anos da década de 40, surge um espaço museológico, o Museu Rural, instalado nesta Casa do Povo, que mantinha uma linha permanente de exposição das memórias locais e nacionais, de raiz etnográfica mas, também, ruralista, ao bom gosto da política cultural nacionalista (Santos, 2016).

de Formação Rural, que teve como professora Maria da Conceição Rodrigues. O Mensário das Casas do Povo, editado pela Junta Central das Casas do Povo,¹⁴⁸ manteve durante anos uma crónica agrícola realizada pelo agrónomo António Félix da Cruz, conhecido também pela sua produção cinematográfica.

Em 1972 uma jovem algarvia, Luísa Sotero, acabou o curso de regente agrícola de Évora com um trabalho final sobre Extensão Agrícola Familiar.¹⁴⁹ Luísa, com a ajuda de Liliana Martins Jacinto (colocada no núcleo de Monchique), começariam nesse mesmo ano as atividades de Extensão do Algarve.

Um regente formado em Évora, Joaquim Anastácio, colaborou desde 1970 nas atividades de extensão de Tavira.¹⁵⁰ Participou nas seguintes atividades: Curso sobre técnicas de podas em pomóideas e prunóideas (Núcleo de Culturas Regadas de Lagoa, 1971),¹⁵¹ uma Visita de Estudo a campos de milho híbrido em Badajoz (1971), um Curso de Base de Guias de Extensão no Centro de Formação Profissional de Couto-Caldas da Rainha (1971), um Curso de Citricultura na Estação de Fruticultura de Setúbal (1974), vários Cursos de Tractoristas (1972 e 1973).

148 Pereira, 2016; Cruz, 1968.

149 Sotero, 1972. Entrevista do autor a Luísa Sotero, maio de 2022.

150 Anastácio, 1987.

151 Em 1945, o agrónomo Carlos Almeida descreve os trabalhos com variedades de amendoeiras que o Posto mantinha em Lagoa e Portimão (dois núcleos de Plantas Mães situados no Barlavento).

Natureza algarvia no pensamento de agrónomos e silvicultores

*Imaginemos esta parte serrenha transformada num povoamento florestal contínuo, com bosquetes de pinheiros, acácias, choupos, eucaliptos, salgueiros, estradas a cortarem-se em todas as direções, pousadas disseminadas pela serra, lagos artificiais e albufeiras à volta dos quais se formariam centros de turismo e de desporto; Monchique transformado em Parque Nacional, com reservas de fauna e flora.*¹⁵²

Foi em janeiro de 1951 que o silvicultor algarvio Manuel Gomes Guerreiro lançou este apelo no II Congresso Algarvio. A sensibilização das elites científicas para a necessidade de proteger a natureza tinha começado na década de 30, através das aulas e publicações de Francisco Flores ou António Câmara, intensificando-se após a II Guerra Mundial.¹⁵³

Esta preocupação foi transportada para as linhas fundamentais de trabalho de técnicos como Gomes Guerreiro, Francisco de Ascensão Mendonça, José Malato Beliz ou António Leal de Oliveira, os dois últimos deputados nacionais. O primeiro aproveitou um livro seu, editado pela Campanha Nacional de Educação de Adultos, para referir a necessidade de uma maior protecção da natureza em Portugal, e de um aumento da área arborizada.¹⁵⁴ Nas atas do

152 Guerreiro, 1951.

153 Teixeira, 2011; Pinto & Partidário, 2011; Schmidt, 2008, Flores, 1939.

154 Guerreiro, 1956.

Congresso Algarvio de 1951, é explícito o alarme com a devastação da serra e a “diminuição progressiva da capacidade do solo para a regeneração da flora climace.”¹⁵⁵

A atividade de Guerreiro, Mendonça, Malato Beliz ou de Leal de Oliveira, desde a década de 40, não foi unicamente académica, com desenvolvimento de pesquisas que podem ser consideradas, em parte, inventários pioneiros do património nacional natural, no continente e nas colónias.¹⁵⁶ Os três participaram, já desde a sociedade civil (Guerreiro na Sociedade de Estudos de Moçambique), já desde a Assembleia Nacional, para a ideia do começo de proteção de vários territórios específicos.

No pensamento destes técnicos, o Algarve já era um território ameaçado pela erosão e pelo desenvolvimento turístico, que iria alterar a fisionomia da região nas décadas seguintes.¹⁵⁷ Uma década depois, foi o arquiteto Francisco Keil do Amaral, parcialmente responsável pelo projeto do Parque Florestal do Monsanto, em Lisboa na década de 1940, quem voltou a dar o alerta, na primeira página do Diário de Lisboa.¹⁵⁸ Keil do Amaral defendia a urgência de se proceder ao planeamento turístico da região,¹⁵⁹ clarificando, desde logo, a sua posição:

155 Mendonça, 1951.

156 Guerreiro, 1966; Malato Beliz, 1963.

157 *Nem sempre se diz, e importa dizê-lo, que essa produção não pode delapidar a riqueza do solo, e que a terra se há-de defender dos inimigos: da erosão, do abuso do cultivo e até das intrusões da indústria* (Câmara, 1944, 323).

158 Amaral, 1961.

159 Lobo, 2012.

Como disse, não me passa pela cabeça a ideia que se deve deixar o Algarve como está. Penso apenas que é preciso, que é indispensável, não criar situações suscetíveis de comprometer uma valorização sensata da província e do turismo algarvio.

O Plano Regional do Algarve, entregue em 1963 pelo ministro de Obras Públicas Eduardo Arantes e Oliveira a uma equipa coordenada pelo urbanista e arquiteto italiano, Luigi Dodi, que assumiu como um dos seus principais pressupostos combinar o desenvolvimento do turismo com a salvaguarda dos valores ambientais.¹⁶⁰ Mas a melhor oportunidade para a criação de espaços protegidos no sul de Portugal surgiu, na transição da década de 60 para a de 70, quando se verificou uma crescente visibilidade e politização das plataformas nacionais, as quais se debruçavam sobre as questões do ambiente. A abordagem das questões ambientais, em sentido mais lato, sofreu um extraordinário impulso na sequência da receção, pelo governo de Marcelo Caetano, de alguma documentação internacional. Foi no contexto da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, criada em 1967, que foram então dados os primeiros passos para que a Administração portuguesa passasse a abordar as questões ambientais de forma mais integrada. Será, efetivamente, a partir da JNICT que se virá a criar, enquanto comissão permanente, uma Comissão Nacional do Ambiente (CNA).¹⁶¹ Em 1970 o Conselho

160 Em 1965 foi lançado o desafio para elaboração de um Plano de Ordenamento Paisagístico do Algarve por parte do Ministério das Obras Públicas. O resultado é pioneiro na defesa e protecção da paisagem. Este plano apresentado complementa com elementos e conhecimentos ecológicos fundamentais para a defesa do território algarvio. O projecto foi da autoria de três arquitectos paisagistas: António Vianna Barreto, Álvaro Ponce Dentinho e Frazão Castello Branco (Barreto, 2011).

161 Brandão, 2015.

da Europa decide dedicar o ano à Conservação da Natureza e o Governo de Portugal decide aderir oficialmente. A abertura do Ano Europeu da Conservação da Natureza foi marcada por uma sessão solene, a 8 de julho, na Fundação Calouste Gulbenkian. Estiveram presentes Carlos Manuel Baeta Neves e personalidades como o Presidente da República, Américo Tomás.¹⁶² Ainda no âmbito do Ano Europeu, retomou-se em Portugal a celebração do Dia da Árvore. Estas comemorações têm-se realizado ininterruptamente até aos nossos dias, tendo a partir de 1974, passado a designar-se, conforme acordado internacionalmente, por Dia Mundial da Floresta. A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) aproveitou bem a oportunidade do Ano Europeu e conseguiu um inesperado aumento do número de sócios e de projeção pública. Envolvendo-se desta feita os meios de comunicação social – imprensa, rádio e televisão –, o país despertou para a problemática da proteção ambiental, desencadeando-se todo um élan jurídico.

Por outro lado, durante o seu consulado, desde 1969, Marcelo Caetano aproveitaria para proceder a ajustamentos na composição e funcionamento da Assembleia Nacional (AN), bem como na distribuição de competências entre esta e o Governo.¹⁶³ Assim, aumentaria o número de deputados para 150 e reformaria o regime de funcionamento das comissões parlamentares. Face a legislaturas anteriores, a X Legislatura registou, entre os deputados eleitos, um crescimento da representação de elementos ligados ao funcionalismo público médio e superior (médicos, professores, engenheiros), em detrimento do número de militares com assento parlamentar.¹⁶⁴ De facto, o coletivo dos deputados nacionais mostraria, nestes anos da

162 Geraldès, 2008, 92.

163 Santos, 2012.

164 Carvalho & Fernandes, 2003.



Trabalhos do fotógrafo António da Silva Marreiros (AM)



Primavera Marcelista, uma interessante abertura de espírito em relação ao tema da Proteção da Natureza.

A AN foi presidida, de 1969 a 1974, pelo lavrador ribatejano Carlos Monteiro do Amaral Netto (1908-1995), personagem muito próxima de silvicultores como Vieira Natividade. Em 1969, o agrónomo Correia da Cunha entrou na AN, tendo em Vasco Leónidas (1919-2005) um dos seus mentores; foi um dos 130 deputados proclamados em novembro de 1969 e foi eleito secretário da Comissão de Economia.¹⁶⁵ Foram um total de dezassete, os deputados a comentar o projeto de lei sobre a Proteção da Natureza na AN, destacando o alto número de antigos alunos do ISA: Gabriel Gonçalves e Coelho Jordão como silvicultores, António Fonseca Leal de Oliveira, José Malato Beliz, Correia da Cunha, Alberto de Alarcão e Ferreira Forte como agrónomos. Os três últimos integravam a conhecida “ala liberal.”

Está provado que a participação em associações como a Casa do Algarve ou a LPN foi importante na formação política de muitos destes novos deputados. Está-se perante locais privilegiados de sociabilidade, como setores de oposição democrática. Como no caso da “Cooperativa Cultural Confronto”, fundada por Francisco Sá Carneiro, a LPN é outro caso paradigmático. Através de colóquios e excursões promovia-se o encontro de pessoas interessadas em determinadas questões, procedentes de diferentes quadrantes políticos.

Na AN aconteceu a eclosão de um comportamento de manifesta pressão política sobre o Executivo, por parte de alguns deputados. Em particular dos “liberais”, que procurariam, com os recursos que

¹⁶⁵ Freire, 2011.

o cargo lhes proporcionava, abordar matérias que o Governo não se dispunha a discutir. Para alguns desses deputados, a aproximação a Caetano fez-se pela proteção que o chefe do Governo dispensava às novas gerações, e a afinidade política com que aquele radicava em torno da ideia de liberalização do regime. Com uma média etária que rondava os 42 anos, e influenciados pelas experiências políticas de uma Europa em reconstrução, na sequência da II Guerra Mundial, estes parlamentares eram sensíveis ao processo de diferenciação política que alastrava na sociedade portuguesa, bem como a uma nova forma de atuação do Executivo radicada numa nova legitimidade, contrária ao autoritarismo.

Simultaneamente, nalguns casos graças às suas próprias trajetórias na profissão agroflorestal, permitiam-lhes identificar novas sensibilidades emergentes acerca da natureza do Estado e da sua missão em relação ao território. As orientações da LPN ou do Conselho da Europa contribuíram, de modo decisivo, para a postura crítica dos deputados sobre o paradigma político que os envolvia. Bebendo das mensagens de doutrinadores como Baeta Neves e Gomes Guerreiro, os “liberais” transportariam para o interior da Assembleia Nacional a vontade de aí discutir a ordem político-jurídica vigente, tentando a sua revisão para uma maior proteção da natureza. Chegariam, fruto da crescente desilusão que experimentavam com o sistema, a reprovar algumas reformas políticas restritivas da liberdade civil. Tratava-se de aspetos que nunca, até então, tinham sido objeto de intervenções de deputados, como uma menção a um livro proibido de Aquilino Ribeiro, “Quando os Lobos Uivam”. Ou com a preocupação com as atividades pastoris, que tantos conflitos tinham provocado com as arborizações dos baldios.

A iniciativa legislativa do Governo sobre Protecção da Natureza foi acompanhada com expectativa. Não só pelos deputados agrónomos, mas também por outras profissões sensíveis à questão ambiental, como os médicos. Objeto de um parecer da Câmara Corporativa, viria a ser pretexto para um demorado debate na Assembleia Nacional. Em função do parecer da Câmara Corporativa (CC), em que o relator foi o deputado e professor do ISA, Eugénio de Castro Caldas (1914-1999), o Governo reelaborou o texto do diploma acerca de “Protecção da Natureza e dos seus recursos”, suprimindo algumas bases, desenvolvendo umas ou mudando outras de localização. Na CC, preparou-se o parecer da subsecção de Finanças e Economia, à qual foram agregados procuradores como o arquiteto Raul Lino. A Câmara interpretava a proposta de lei do Governo como justificada adesão a um movimento de alarme perante riscos de destruição dos recursos naturais, o que obriga a estabelecer a cooperação internacional indispensável para defesa dos territórios e dos mares.

Nas palavras do industrial algarvio Sebastião Garcia Ramirez (1898-1972), sobre o enxugo dos sapais de Faro:

Ao longo da costa sul do Algarve, entre os concelhos de Loulé e Tavira, existem cerca de 5 000 ha de terrenos de aluvião, que a água do mar alternadamente cobre e descobre, vulgarmente denominados “sapais.” Todos estes terrenos se encontram revestidos de vegetação herbácea característica ou “maduros” e portanto, em condições de aproveitamento económico. Admite-se tecnicamente que a defesa dos terrenos alagáveis é exequível e económica sempre que a preia-mar das águas-vivas não atinja um nível superior, de mais de 2 m, ao da superfície revestida de erva. Nos sapais da ria e zonas vizinhas a preia-mar das águas-vivas não ultrapassa 0,00 m acima do nível dos terrenos. Acresce ainda a vantagem de que estes sapais se encontram defendidos por um cordão, quase contínuo, de

ilhas e ilhotas, que da Quarteira se prolonga até este de Tavira, constituindo assim um verdadeiro quebra-mar natural, ou um dique de defesa à invasão das águas. A beneficiação dos sapais poderá ser executada parcelar e progressivamente, e, portanto, nas melhores condições económicas, já que constituem uma zona quase contínua. Encontram-se localizados na zona mais densamente povoada do Algarve, e o beneficiamento da ria de Faro, com quase 4 000 ha de superfície, melhoraria sensivelmente as condições de salubridade da cidade, emprestando-lhe novos encantos e valorizando as suas belezas naturais. A recuperação dos terrenos implicará logicamente a construção de diques para a defesa das águas do mar, guarda-matos, trabalhos de nivelamento, de drenagem e de dessalga. São trabalhos de execução relativamente fácil. Mas a recuperação e o enxugo dos terrenos não bastará, só por si, para realizar a obra de colonização prevista e há que fazer outras despesas, quase tão volumosas como as do custo dos terrenos. Calcula-se, portanto, que cada hectare, para ser entregue aos colonos, custará entre 20 e 35 contos.¹⁶⁶

Assim que concluíram os trabalhos de revisão constitucional, a AN encetou a discussão da proposta de lei n.º 9/1970. Os trabalhos parlamentares de discussão na generalidade daquela iniciativa legislativa foram iniciados em 28 de abril de 1970. O agrónomo António Leal de Oliveira foi, de todos os deputados, quem mais comentou na AN as potencialidades de um Parque Nacional no Algarve.

Os deputados contactados por Baeta Neves apoiaram a iniciativa da Lei n.º 9/1970. Do grupo dos deputados, antigos alunos do ISA, o primeiro a querer fazer comentários sobre a nova proposta de lei foi o silvicultor Gabriel da Costa Gonçalves (que seria diretor geral

166 Sebastião Ramírez, Debates Parlamentares, 11 de dezembro de 1952.

da DGSFA entre 1973 e 1974). Gonçalves lembrou aos deputados que Portugal ainda era o único país europeu que não possuía parques nacionais ou reservas, na metrópole, embora já os tivesse, e de renome internacional, no ultramar. Logo depois, o agrónomo António Leal de Oliveira sugeriu ao Governo a criação de um parque nacional de regime especial no Algarve, o único deste género possível no País,

O Baixo Alentejo e a serra do Algarve não serão exemplos típicos dessa destruição? Onde estão as frondosas florestas de Quercus que ali outrora vegetaram? Não foi só a cobertura vegetal e animal que o homem destruiu quando arroteou as florestas e as clareiras. O solo, o solo agrícola, entrou também em destruição acelerada por descontrolado aproveitamento. Pode hoje considerar-se que até os solos mais ricos estão em empobrecimento e desaparecimento progressivo. A erosão impera em Portugal por incúria do homem...

Cumpre-me agora chamar a atenção para a importância que reveste o diploma em discussão para a província. Como aqui já o afirmei, a principal indústria algarvia é, e parece vir a ser, a do turismo. O turista procura o Algarve, precisamente pelas condições naturais ali existentes. O Sol, a água tépida dos seus mares, as belezas naturais ainda não muito conspurcadas pelo homem, ainda não poluídas pela civilização urbana e industrial são, no fundo, o que atrai o turista estrangeiro e português. A poluição provocada pelos esgotos das grandes urbes e pelo respirar resfolegante das grandes indústrias tem vindo a dificultar a vida humana em muitas regiões do Globo. Por tal razão, o turista procura o Algarve para purificar os seus pulmões, para alegrar os seus olhos com paisagens e atmosferas menos poluídas, mais naturais.

Aproveito a ocasião para agradecer ao Governo, o recente diploma que instituiu a Região de Turismo do Algarve e a

concessão de avultada verba, em grande parte destinada à remoção das causas da poluição de origem urbana: isto é, destinada a construção de esgotos e estações de tratamento.

Torna-se na verdade imperioso preservar a Natureza em determinadas regiões, paisagens, ambientes biológicos e geológicos, etc., e o seu aproveitamento condicionado para fins turísticos e outros... Sugiro desde já ao Governo: Protecção adequada a fauna ornitológica algarvia e de arribação na zona de Sagres e noutros locais que se achar conveniente; cuidados especiais na execução de obras ao longo da costa algarvia, a fim de se evitar a destruição do equilíbrio mais ou menos estável existente nos areais que se estendem para Sotavento de Albufeira; consolidação tanto quanto economicamente possível das arribas tão belas, que maravilham quem as contempla ao longo do costa de Barlavento; estudo de medidas de protecção à flora ímpar no Algarve, que se exhibe na região montanhosa sienítica de Monchique, onde se encontram em via de desaparecimento as seguintes espécies vegetais: Silene melifera, Quercus canariensis, Myrica faya e Rhododendron ponticum; finalmente, sugiro ao Governo o estudo cuidadoso que considere a criação de um parque nacional de regime especial, que englobaria toda a formação lagunar que se estende desde o posto da Guarda Fiscal do Ancão até nascente da povoação de Cacela e é vulgarmente conhecida pelo nome de ria de Faro-Olhão, ou ria do Vale Formoso, ou ainda ria Formosa, nome que eu sugiro que passe a generalizar-se.

São imensas as potencialidades a explorar na ria Formosa, e, entre elas, saliento as de índole turística: praias de areias finíssimas e com águas tépidas; extensas superfícies de águas onde os desportos náuticos terão possibilidades ímpares de se praticarem, pela tranquilidade da água e das paisagens inolvidáveis que as cercam; pesca desportiva à linha e submarina: etc... Quero aqui deixar ao Governo da Nação um pedido e, ao mesmo tempo, chamar a atenção das autarquias

que envolvem a ria Formosa - Tavira, Olhão, Faro e Loulé - da necessidade de conveniente planeamento ordenamento da ria e o seu aproveitamento após criação - se for caso disso - de um parque nacional de regime especial, onde, de certo, teriam amplo cabimento reservas integrais, naturais, de paisagem e turísticas e o aproveitamento económico, mas condicionado, de todas as suas potencialidades... Finalmente, urge ordenar-se todo o território algarvio, todo o território nacional sob o ponto de vista global - agrário, industrial e humano -, uma vez que só assim será possível ao homem viver mais de acordo com a Natureza, e não contra ela.¹⁶⁷

Na esteira do que era o comportamento habitual da Assembleia Nacional perante as iniciativas legislativas apresentadas pelo Governo, a votação na especialidade confirmou o articulado da proposta, apenas com pequenas emendas. Em 29 de maio de 1970, a Comissão de Legislação aprovou o texto do decreto sobre a Proteção da Natureza. Em 19 de junho foi publicada, como Lei 9/1970. Deste diploma abriu-se, com efeito, caminho para a criação legal do Parque Nacional do Gerês (junho de 1971). Para além do Gerês, o diploma abria a possibilidade de criação de outros parques ou reservas, como a Reserva da serra da Arrábida (agosto). A Reserva seria administrada pela DGSFA.¹⁶⁸

Os primeiros espaços protegidos do Algarve só foram criados em democracia, quando o silvicultor e arquiteto paisagista Fernando Santos Pessoa trabalhava com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles no governo.¹⁶⁹ Em maio de 1975 foi criada a Reserva do Sapal

167 Leal de Oliveira, Debates Parlamentares, 28 de abril de 1970.

168 García-Pereda, 2016.

169 Pessoa, 2011.



de Castro Marim-Vila Real de Santo António.¹⁷⁰ A Reserva Natural da Ria Formosa foi criada a 2 de maio de 1978, segundo o Decreto n.º 45/78, ocupando uma área de 18 776 hectares. O Decreto n.º 29/78 deu composição à Comissão Instaladora da Reserva Natural da Ria Formosa. Em 1979 foi incluída nesta Comissão a Direção Regional de Agricultura do Algarve.

¹⁷⁰ Decreto n.º 162/75, Considerando que, pelo inquérito efetuado ao socal de Castro Marim-Vila Real, se verificou a existência de um fenómeno de degradação do meio ambiente; considerando o interesse biológico da zona em seus múltiplos aspetos ecológico, botânico, ornitológico e ictiológico; Considerando o valor arqueológico do aglomerado urbano de Castro Marim; Considerando ainda a alta sensibilidade da área objeto de inquérito e a sua capacidade influenciadora de fatores económicos regionais, designadamente da pesca, da exploração de salinas e do turismo; Considerando, finalmente e em face do atrás exposto, que interessa defender a área em questão, em ordem à preservação do meio natural da degradação motivada pelo homem, por forma a ser organizada a sua defesa e ordenamento.

Fotografias de Guilhermina Madeira no seu relatório de estágio (Madeira, 1967)



Tavira nos primeiros anos depois de 1974

Uma abertura à democracia que, praticamente ninguém contestaria, trouxe ao de cima diversos problemas. Ambições manipuladas por forças políticas a quem interessaram outros fins que não o apregoado bem estar do povo, criaram na sociedade divisões intransponíveis, libertaram ódios, promoveram vinganças.

O ministério da Agricultura foi um “campo aberto” onde se misturaram muitos sentimentos e onde se fomentaram revoltas que nem sempre tinham razão de ser. A estação de Tavira foi também um desses palcos. Certos grupos quiseram tomar o poder. E o que estava bem e funcionava bem, foi colocado em causa. E porquê? Por certo que por simples ambição.

São disso exemplo uma assembleia de funcionários – recorde-se – por iniciativa de um pequeno grupo, que pretendeu, como se dizia na época, sanear o diretor e os seus adjuntos. Mas a assembleia, por esmagadora maioria, isolando os autores e proponentes de um incrível saneamento,¹⁷¹ que seria mais uma injustiça entre muitas que se praticaram por esse país fora... Depois os mesmos intervenientes constituíram-se em comissão de saneamento. Mas a indignidade da proposta não passou e mais uma vez, tais intentos seriam gorados.

171 Em 1977 Duarte Amaral (1920-2007) queixava-se do lamentável afastamento que a “insânia dos tempos” tinha provocado, com o saneamento de Costa Neves na direção da Estação de Fruticultura de Setúbal (Amaral, 1977, 13). Antes de 1974, como presidente da Junta Nacional das Frutas (1963-1974), Amaral tinha visitado França em 1963 (estações fruteiras e mercados abastecedores) e Itália em 1967 (Bienal Frutícola) (Pires, 2019).





José Severino, Fátima Marques e Bárbara Manuel, na colheita de nêspervas (fotografia anterior) e António Marreiros, em trabalhos com a coleção de nespereiras em 2022 (IP). Atualmente a DRAP Algarve tem no seu Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT) um vasto acervo de coleções, que resultaram maioritariamente de prospeções realizadas na região entre 2011 e 2012. Este património genético, constituído por espécies de fruteiras tradicionais e vinha, congrega cerca de 700 variedades, castas e acessos.

E como dessa forma não foi possível tomar o poder, conseguiram os revolucionários que o Algarve fosse incluído (contra tudo o que era lógica ou esperado) na zona de intervenção da reforma agrária – então já em curso. Está-se mesmo a ver o Algarve equiparado ao Alentejo nessa famigerada e fantasiada reforma agrária. Mas foi assim, numa forma indireta, que conseguiram esvaziar a atuação da estação de Tavira, criando em Faro um Centro Regional da Reforma Agrária que, embora em ambiguidade funcional, se lhe sobrepôs, porque órgão político. Eram os tempos do PREC.

Começariam nessa altura o caminho descendente em que interesses pequenos e mesquinhos bloquearam a continuidade e o excelente trabalho desta antiga instituição taviense.¹⁷²

O Centro Regional de Reforma Agrária de Beja foi constituído por despacho do ministro Fernando Oliveira Baptista, de 19 de maio de 1975.¹⁷³ Os restantes Centros (Setúbal, Portalegre, Évora, Santarém, Faro e Lisboa) formaram-se por despachos do mesmo ministro no período compreendido entre junho (Setúbal) e setembro (Lisboa) de 1975. No caso do Centro de Faro (CRRAF), dirigido por Gabriel Gonçalves, este foi responsável por pelo menos quatro herdades ocupadas (perto de 1200 hectares entre todas), como o Morgado da Lameira, perto de Silves,¹⁷⁴ Em outubro de 1975, o CRRAF estava instalado no antigo edifício do Grémio dos Exportadores de Frutos do Algarve, na Avenida da República 174, em Faro.¹⁷⁵

Desde abril de 1974, os tempos foram marcados por um incentivo

172 Horta, 2018.

173 Varela & Piçarra, 2016.

174 Cópia de um recibo assinado pelos trabalhadores da herdade, novembro de 1976, Arquivo pessoal de Gabriel Gonçalves.

175 Despacho assinado por Oliveira Baptista, 10 de setembro de 1975, Arquivo pessoal de Gabriel Gonçalves.

às abordagens participativas, como aconteceu no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.¹⁷⁶ Multiplicaram-se as intervenções junto das populações. Esta vertente de um serviço mais próximo da comunidade foi identificada através das entrevistas a Gabriel Gonçalves, Antónia Tomás e Miguel Mártires. Por exemplo, em 11 de dezembro de 1974, dois funcionários da estação participaram numa reunião de dinamização cultural, em colaboração com o Movimento das Forças Armadas, com a presença de cerca de 400 pessoas. Abordaram-se temas como o cooperativismo, o trigo, as máquinas agrícolas e a comercialização de figos.

Em outubro de 1977 seriam extintas as seis Direções Gerais do Ministério da Agricultura e nessa extinção a Estação Agrária de Tavira perdeu essa denominação. No lugar dessas seis foram criadas 22 DG e sete direções regionais, uma das quais a do Algarve. A integração de Tavira na Direção Regional deu-se em fevereiro de 1978. Provisoriamente passou a ser denominada Estrutura de Tavira, na dependência da sede (Faro), para onde foram transferidos muitos dos funcionários.

A década de 1980 foi marcada pelo projeto de cooperação Luso-Alemão, que permitiu levantar boa parte das instalações da Direcção Regional, no Patacão, perto de Faro. Em Tavira, uma homenagem aos primeiros diretores do Posto foi organizada em 22 de julho de 1983, quando era diretor regional o engenheiro Guerreiro Santos. Na Comissão organizadora participaram Pereira de Assunção e Luís Horta. João Cabral já estava muito doente, mas ainda apareceu Nascimento.

176 Gomes, 2018; Arquivo pessoal de Gabriel Gonçalves.

Luis Horta explicava, no seu livro publicado em 2008, a perda de protagonismo de Tavira, depois de 1974, pela ambição de vários técnicos, vários deles regentes agrícolas, pouco depois transformados em engenheiros técnicos agrícolas. De alguma maneira, foi a vingança dos regentes de 1926, contra aquela aristocracia científica que referia o agrónomo Luís de Castro.

Mas podem-se encontrar outros motivos. Se fossem comparados os trabalhos dos agrónomos de Tavira, como aqueles de Beja (Mira Galvão), Elvas (Victória Pires) ou Évora (Santos Garcia), é espantosa a pouca produção, tanto em revistas científicas como na imprensa regional. Por exemplo, Stanislawski, na sua completa bibliografia publicada em 1963, aproveitou trabalhos de técnicos como Gomes Guerreiro e Mariano Feio, mas não foram referidos textos nenhuns dos principais peritos do posto: Cabral, Nascimento e Assunção. Podia existir um problema de ambições pessoais, mas sem dúvida também houve um problema de falta de ambição científica.

Até o Patacão o substituir, Tavira foi o centro da agronomia regional. Num Algarve ainda sem universidades, foi além disso,

Antónia Tomás, na sua casa junto da vacaria (sem data)(AT)



possivelmente, a capital científica da região. O resplandecente edifício de Jorge Segurado foi feito para desempenhar a mesma função simbólica do que a Estação Agronómica Nacional. Nunca antes os agricultores do Algarve tiveram acesso a tantos livros e revistas técnicas e ao contato direto com o conhecimento de agrónomos formados numa das melhores escolas de agronomia do Sul da Europa.

Fontes Primárias: Entrevistas

Antónia Rita Tomás, nascida em 1943, operarária agrícola do posto desde 1956, casada com o capataz do posto Joaquim dos Mártires, mãe dos funcionários da estação Miguel e Carlos Mártires, viveu numa das casas junto da vacaria a partir de 1966.

António José Cruz Marreiros, licenciado em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora (1984), ex- Diretor de Serviços com responsabilidade no CEAT na década de 1990, e responsável de vários projetos que têm decorrido no CEAT.

David Crespo, nascido em 1932, licenciado em Engenharia Agronómica pelo ISA, investigador da Estação Agronómica Nacional desde 1965.

Eugénio Sequeira, licenciado em Engenharia Agronómica pelo ISA, investigador da Estação Agronómica Nacional desde 1964.

Fátima Marques, operarária agrícola da estação de Tavira.

Fernando Arrais, nascido em 1962 no palacete do posto de Tavira, neto do capataz do posto José da Conceição Arrais.

Fernando Belles Santos Horta, nascido em Tavira em 1938, dactilógrafo e escriturário do Posto a partir de 1956.

Gabriel Guerreiro Gonçalves, nascido em 1941, licenciado em Engenharia Agronómica pelo ISA, diretor do Centro Regional da Reforma Agrária de Faro em 1975.

Guilhermina Martins Madeira, nascida em 1946, aluna da escola de regentes de Santarém, responsável dos projetos de floricultura de Tavira desde 1967 a 1974, licenciada em direito.



Casamento de Miguel Mártires no palacete da estação, 1986 (AT)

João Barrote, Oficial do Exército, que teve que lutar depois de acabar os estudos como regente.



João Bugalho, licenciado em Silvicultura pelo ISA, funcionário da DGSFA desde 1964.

João Lázaro da Cruz Barrote, nascido em 1948, aluno da escola de regentes de Santarém, técnico do posto desde 1968.

Joaquim Anastácio, nascido em 1942, aluno da escola de regentes de Évora, presidente da Junta da Freguesia da Luz de Tavira, presidente da Câmara Municipal de Tavira, deputado nacional, Governador civil.

Joaquim Patrício Magro Horta Correia, nascido em 1929, aluno das escolas de regentes de Santarém e Coimbra, licenciado em Engenharia Agronómica pelo ISA, técnico do posto de Tavira desde 1968, diretor do Centro Regional da Reforma Agrária de Portalegre em 1975.

José Severiano Correia Barrote, nascido em 1935, tio do regente João Cruz Barrote, aluno da escola de regentes de Santarém, técnico do posto de Tavira desde 1955

José Fernando Valente Prazeres, aluno da escola de regentes de Évora, funcionário da Estação desde 1976.

Lourdes Duarte Amaral, nascida em 1924, licenciada em Engenharia Agronómica pelo ISA, técnico da Junta Nacional das Frutas.

Luisa Chagas Bernardo Sotero, nascida em 1953, aluna da escola de regentes de Évora, extensionista da Estação de Tavira desde 1973.

Luis Maria de Melo e Horta, nascido em Tavira em 1938. Com 19 anos ingressou na área de administração da DGSA, primeiro na Guarda e mais tarde em Tavira. Aposentado em 1986 como diretor de serviços. Mais tarde fez parte da criação da Central Hortofrutícola Frusoal, em Cacula. Jornalista e historiador.

Macário Correia, nascido em 1957, realizou o Serviço Cívico Estudantil na Estação de Tavira em 1975. Licenciado em Engenharia Agronómica (Arquitectura da Paisagem) pelo ISA, presidente da Câmara Municipal de Tavira (1998-2009), onde foi promotor do projeto do Museu Rural, dentro da Quinta do antigo Posto de Tavira.

Maria da Fé dos Santos Ramos Correia (Candeias), nascida em 1949, aluna da escola de regentes de Évora, extensionistas da estação de Beja em 1973, técnico do posto de Tavira desde 1975.

Miguel Mártires, nascido em 1963, filho do capataz Joaquim dos Mártires e da

operária Antónia Tomás, viveu numa das casas da estação junto da vacaria desde 1966, operário da estação desde 1977, casou no palacete da estação em 1986.

Nuno Lecoq, nascido em 1947, licenciado em Engenharia Agronómica e Arquitetura Paisagista pelo ISA, Diretor do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Ofir Chagas, nascido em Tavira em 1935. Entrou em 1953 para o Posto Agrário de Tavira como funcionário administrativo. Em 1972 ingressou no Quadro do Serviço Nacional de Emprego. Jornalista e historiador.

Rafael Amador Cordeiro, nascido em 1937, aluno da escola de regentes de Évora, funcionário do Posto desde 1962.

Bibliografia

Abelho, Azinhal, 1968, “Glória ao Deus Menino”, Mensário das Casas do Povo, 270: 8-10.

Agarez, Ricardo, 2007, Estação Agrária da XV Região Agrícola

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22395

Agarez, Ricardo, 2016, Algarve building: modernism, regionalism and architecture in the South of Portugal, 1925-1965, London: Routledge.

Ágoas, Frederico 2011. Saber e Poder: Estado e Investigação Social Agrária nos Primórdios da Sociologia em Portugal, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Almeida, Carlos Marques, 1945, “Acerca da improdutividade da amendoeira”, Anais do Instituto Superior de Agronomia, 15.

Almeida, Maria Antónia Pires de, 2018, Contributos da História Oral para uma abordagem da situação da mulher em meio rural no século XX”. Trabalho apresentado em Transiciones en la agricultura y la sociedad rural. Los desafíos globales de la historia rural, Santiago de Compostela.



Fotografias colocadas nas paredes da biblioteca de Tavira: Barbosa, Cabral e Nascimento (IP)

Alves, Filipa Simões, 2017, Manuel Gomes da Costa: o Arquitecto e a Obra, Lisboa: Universidade Lusíada.

Amaral, José Duarte, 1973, O Papel da administração no fomento da floricultura, Lisboa: JNF.

Amaral, José Duarte, 1977, Os Citrinos, Lisboa: Clássica Editora.

Amaral, Luciano, 1994, “Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)”, *Análise Social* 29(4): 889-906.

Amaral, Francisco Keil, 1961, “Nuvens negras sobre o futuro do Algarve”, *Diário de Lisboa*, 21 de fevereiro.

Anastácio, Joaquim Américo Fialho, 1970, Orizicultura na herdade do Barrocal, Évora: Escola de Regentes Agrícolas.

Anastácio, Joaquim Américo Fialho, 1987, *Curriculum Vitae*.

Anica, Arnaldo, 1992, “A Agricultura no concelho de Tavira”, *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira: Clube de Tavira: 39-46.

Arroyo, António, 1909, “O Solo, o Clima e a Paisagem”, em *Notas sobre Portugal - Volume II*, Lisboa: Imprensa Nacional: 1-71.

Associação dos Engenheiros Agrónomos e Silvicultores do Algarve, 1984, *Boletim Informativo*, 1.

Assunção, José Francisco Pereira, 1946, *Elementos económicos das Primícias*, Lisboa: ISA.

Assunção, José Francisco Pereira, 1958, “Notas sobre culturas hortícolas na Índia Portuguesa”, em *Relatório da Missão Técnica Agrícola do Ministério da Economia à Índia Portuguesa em 1955*, Lisboa: Ministério da Economia.

Assunção, José Francisco Pereira, 1965, *Apontamentos sobre aspectos da floricultura italiana : relatório respeitante ao estágio que realizado em Itália*, em Junho/Julho de 1965, a convite da OCDE, Tavira: Estação Agrária.

Assunção, José Francisco Pereira, 1978, *Impressões de um primeiro contacto com alguns aspectos agrícolas da vizinha região espanhola de Andaluzia*, Tavira.

Assunção, José Francisco Pereira, 1980, *A Agricultura Algarvia*, Faro: Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

Assunção, José Francisco Pereira, 1985, “Aspectos Gerais da Citricultura. A sua evolução no País e o caso especial do Algarve. Perspectivas face à Adesão”, em I Feira Nacional da Citricultura (Silves), Faro: Direcção Regional de Agricultura do Algarve, 1-22.

Azevedo, Lígia de, 1979, “A Economia Familiar no Desenvolvimento Rural”; em I Jornadas de Extensão Rural, Oeiras: SCAP: 133-137.

Baganha, Domingos Annes, 1875, “O Posto Zootécnico da Estação Experimental de Agricultura do Districto de Faro”, *Jornal dos Agricultores do Algarve*, 1: 12-14.

Baptista, Fernando Oliveira, 1993, *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto: Afrontamento.

Baptista, Joaquim Soares, 1953, *Alguns subsídios para um melhor conhecimento do estado da olivicultura e oleicultura nos concelhos de Faro e Alportel*, Lisboa: ISA.

Barata, João de Almeida, 2018, “Os postulados de intervenção de Verissimo de Almeida na imprensa agrária”, in *Percursos de Agronomia e Política Portuguesa (1870-1912)*, Lisboa, ISAPress.



Noutras estações havia investigadores estrangeiros. Fotografia do investigador húngaro da estação de Elvas, Edmond Villax (AP)

Barata, João de Almeida, 2019, O Instituto de Agronomia e Veterinaria (1852-1910). Ciência e Política na Segunda Metade de Oitocentos, Lisboa: Faculdade de Letras.

Barbosa y Pego, Fernando, 1902, A Amendoeira no Algarve, Lisboa: Instituto de Agricultura e Veterinaria.

Barbosa y Pego, Fernando 1929, “Relatório dos trabalhos realizados no Posto Agrário do Sotavento do Algarve (Tavira) e o que se deveria executar”, Boletim Agrícola Mensal (Estação Agrária do Alto Alentejo), Lisboa: Ministério da Agricultura.

Barradas, Maria do Céu, 1993, Silêncio na Planície, Ponta Delgada: Signo.

Barradas, Manuel Torres, 1991, “In Memoriam Prof. Domingos Rosado Victória Pires,” Melhoramento, 31: 11-17.

Barreto, Francisco, 2011, Contributo Para a História Da Arquitectura Paisagista Em Portugal: Arquitecto Paisagista António Facco Vianna Barreto, Lisboa: ISA.

Barros, Henrique, 1974, Extensão Rural e Reforma Agrária, Évora: Universidade de Évora.

Barros, Henrique, 1991, Quase um século: Memórias Sintéticas, Lisboa: Gradiva.

Barrote, João Lázaro Cruz, 1969, Hortícolas do Algarve, Santarém: Escola de Regentes Agrícolas.

Barrote, José Severaino Correia, 1956, Trabalhos sobre culturas arvenses, economia agrícola, culturas arbóreas e sanidade vegetal (Tavira), Santarém: Escola de Regentes Agrícolas.

Bastos, Cristiana, 2021, “O País de Artur Pastor”, em Artur Pastor, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa & Fundação Francisco Manuel dos Santos: 147-176.

Bivar, José d’Almeida Coelho de, 1928, “Relatório anual dos trabalhos executados no Posto Agrário do Algarve em 1925”, Boletim Mensal Agrícola (Évora), 8: 140-148.

Bivar, José d’Almeida Coelho de, 1989, “Monographia da Freguezia da Sé do concelho de Faro (1912)”, Algharb, Estudos Regionais, 9: 93-104.

Bourde, André J., 1953, The Influence of England in the French Agronomes

1750-1789, Cambridge: Cambridge University Press.

Bradford, Sarah, 1973, Portugal, London: Thomas and Hudson.

Bugalho, João Filipe Flores, 1967, Recenseamento de aves, Lisboa: ISA.

Cabral, João Maria, 1936, Citricultura em Setúbal, Lisboa: ISA.

Cabral, João, 1942, “Notas sôbre as amendoeiras”, Boletim da Junta da Província do Algarve - Centenários, Faro: Junta da Província do Algarve.

Cabral, João Maria & Ribeiro, António Lopes, 1943, “O combate ao *Ceroplastes rusci* L. no Algarve”, em Sumários das Comunicações - I Congresso Nacional de Ciências Agrárias, Lisboa: 87.

Cabral, João Maria, 1986, “O Seareiro algarvio e as características do meio em que trabalha (1948)”, ALGHARB, Estudos Regionais, 115-124.

Cabreira, Thomaz, 1918, O Algarve Económico, Lisboa: Libanio da Silva.

Calado, Virgílio, 1949, Monografias de exploração: parcerias agrícolas no concelho de Albufeira, Lisboa: JCI.

Caldas, Eugenio de Castro, 1991, A Agricultura Portuguesa através dos tempos Lisboa: INIC.

Câmara, António, 1926, “O prático de máquinas agrícolas”, Agros, 9: 260-264.

Câmara, António, 1939, Planos de trabalho da EAN, Lisboa: Ministério da Agricultura.

Câmara, António, 1944, “Missão do Agrónomo”, Agronomia Lusitana, 6/4: 323-332.

Câmara, António, 1955, Um Comentário sobre a FAO (No seu X Aniversário), Lisboa: Comissão Nacional da FAO.

Câmara, António, 1959, “Dircurso em Sacavém”, Vida Rural, 7 de fevereiro, 17.

Câmara, Manoel, 1902, “Estudo da Oliveira”, Boletim da Direcção Géral de Agricultura, 6.

Caramella, Sílvia, 2016, “Ribatejo como nación: cine tauro-western y nacionalismo durante el Estado Novo”, Quiroga: Revista de Patrimonio Iberoamericano, 10: 10-19.

Carmo, Miguel & Rodrigues, Catarina, 2016, “A Natureza enquanto Política: Pensar a Agricultura e a Natureza na Transformação Rural do Século XX Português”, CEM/Cultura Espaço Memória 7: 87–111.

Castro, Luís de, 1909, “Associações Agrícolas”, em Notas sobre Portugal - Volume I, Lisboa: Imprensa Nacional: 427-444.

Chagas, Ofir, 2004, Tavira – Memórias de uma Cidade, Tavira: Tipografia Tavirense.

Cincinato da Costa, 1918, Organização do Ministério da agricultura, Lisboa, Acap.

Congreso Internacional de Agricultura, 1912, Actas del IX congreso internacional de Madrid de 1911, Madrid: Imprenta de Bernardo Rodriguez.

Cordeiro, Rafael Amador, 1959, Expoloração de Bovinos, Évora, Escola de Regentes Agrícolas.

Cordeiro, Rafael Amador, 1991, Vinha de Uva de Mesa, Faro: DRAAG.

Cordeiro, Rafael Amador, 2022, Entrevista,

<https://www.youtube.com/watch?v=ttE2ItpqoLw>

Correia, Joaquim Patrício Magro Horta, 1949, Cultura da Amendoeira, Santarém: Escola de Regentes.

Correia, Joaquim Patrício Magro Horta, 1966, Vegetação Infestante das Vinhas do Ribatejo, Lisboa: ISA.

Correia, José Macário Custódio, 1982, Parque Natural da Arrábida, Lisboa: ISA..

Coutinho, José António de Souza, 1938, Notas sobre a cultura do Pimenteiro e a indústria do Pimentão no Algarve, Lisboa: ISA.

Cruz, António Félix, 1968, “Agricultura”, Mensário das Casas do Povo, 270: 5

Cruz, António Félix, 1979, O Cinema no Meio Rural, Lisboa: SCAP.

Cunha, Fernando Reis, 1958, O Clima do Algarve, Lisboa: ISA.

Devesa Alcaraz, Juan Antonio & Vieira Benítez, María del Carmen, 2001, Viajes de un botánico sajón por la Península Ibérica. Heinrich Moritz Willkomm (1821-1895). Cáceres: Universidad de Extremadura.

Direcção Geral de Agricultura, 1915, Organização dos Postos Agrários, Lisboa:

Imprensa Nacional.

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1963, Assistência Técnica à lavoura: extensão agrícola familiar, Lisboa.

Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano, 1985, Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, Lisboa.

Diser, Lyvia, 2012, “Laboratory versus Farm: The Triumph of Laboratory Science in Belgian Agriculture at the End of the Nineteenth Century,” *Agricultural history*, 86(1), 36-51.

Duarte Rodrigues, Ana, 2020, “Working with Nature: Nineteenth-century Vineyards in the Algarve”, em *Peoples, Nature and Environments: Learning to Live Together*. Cambridge Scholars Publishing: 208-219.

Duarte Rodrigues, Ana & García-Pereda, Ignacio, 2021, “Flower Exhibitions for a Nationalistic Regime: The Propaganda and the Press in the 1940s Portuguese Dictatorship,” *Media History*: 1-21.

Duque, Rafael, 1941, “Discurso proferido em 28 de Outubro no acto da inauguração do Auditorium da Estação Agronómica Nacional”, *Boletim Mensal da Junta Nacional das Frutas*, 10: 1-2.

Entrudo Junior, Mariano Martins, 1955, *Contribuição para o estudo do combate à mosca da fruta no Algarve*, Lisboa: ISA.

Escola de Regentes Agrícolas, 1967, *Ao Rasgar da Ganga*, Santarém: Escola de Regentes Agrícolas.

Fáisca, Carlos Manuel, 2017, “Promovendo a subericultura? A política florestal de Espanha e Portugal (1852-1914),” *Documentos de Trabajo de la Sociedad de Estudios de Historia Agraria 1701*, Sociedad de Estudios de Historia Agraria.

Fáisca, Carlos Manuel, 2019, “A produção agrícola no Alentejo (1929-2018): uma primeira abordagem”, *Revista de Estudios Económicos y Empresariales* 31: 39-64.

Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1958, *XXV Aniversário*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Figueiredo, Alexandre de Sousa, 1875, “Poda e limpeza de laranjeiras”, *Jornal dos Agricultores do Algarve*, 1: 8-11.

Figueiredo, Alexandre de Sousa, 1905, Manual de Arboricultura, Lisboa: Ferreira & Oliveira.

Figueiredo Felipe de, 1929, “D. Luís de Castro”, Agros, 9-12: 193-206.

Firmino da Costa, Manuel V. L. & Guerreiro, Manuel Gomes, 1952, “La Carte Forestière du Chêne-liège au Portugal: Possibilité d’élaboration par la Photographie Aérienne”, Lisboa, DGSFA.

Flores, Francisco M., 1939, A Protecção da Natureza. Directrizes Actuais, Lisboa, Revista de Agronomia.

Fortes, Mario, 1915, Primícias Agrícolas e Plantas Subtropicaes no Algarve, Lisboa: Typographia da Gazera dos Caminhos de Ferro.

Fortes, Mário, 1916, O Posto Agrário do Algarve, Faro: Typographia União.

Franco, Mário Lyster, 1929, Portugal: O Algarve, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Franqueira, João Horácio Braga de Araújo, 1954, Traças dos figos secos - Contribuição para o e seo estudo no Algarve, Lisboa: ISA.

Frazão, Eduardo, 1927, “Algumas considerações sobre ecologia agrícola”, Agros, 3, 208-210.

Frazão, Eduardo, 1943, “As Chuvas de Inverno e o Rendimento Cultural do Trigo”, Anais ISA, 14: 189-200.

Freire, Dulce, 2011, “Ensayos de Ingeniería Social: reforma agraria y modernización de la agriculturacen las últimas décadas el Estado Novo (1954-1974)”, en Agriculturas e innovación tecnológica en la península ibérica (1946-1975), Madrid, Ministerio del Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 213-241.

Freire, Paulo, 1975, Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gago, Maria do Mar, 2015, “Things of darkness: genetics, melanins and the regime of Salazar (1936-1952)”, Centaurus, 57-1, 1-27.

Galvão, Andreia, 2003, A Caminho a Modernidade: A travessia portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como um exemplo de complexidade e contradição na arquitectura (1920-1940), Lisboa: Universidade Lusíada.

Galvão, José Martins da Mira, 1928, “Relatório dos trabalhos efectuados na antiga sub-região hoje Missão Agrícola Movel de Beja em 1924 e 1925”, Boletim

Agrícola mensal (Évora), 9: 168-174.

Galvão, José Martins da Mira, 1929, “Missão agrícola movel de Beja”, *Agros*, 9: 216-228

Garcia, Joaquim Santos, 1928, “Campo Experimental de S. Bento de Castris - Monda”, *Boletim Agrícola Mensal (Évora)*, 6: 121-122.

Garcia, Joaquim Santos, 1938, *Do associativismo livre à organização corporativa da agricultura*, Évora: Gráfica Eborense.

García-Pereda, Ignacio, 2016, *Baeta Neves, Pioneiro da Conservação da Natureza*, Lisboa: LPN.

García-Pereda, Ignacio, 2017, “The Emergence of Forest Genetics in Portugal: The Works of Joaquim Vieira Natividade (1899–1968) in the Alcobaça Cork Oak Station,” *Historical Studies in the Natural Sciences*, 47(1), 76 – 106.

García-Pereda, Ignacio, 2018, *Mais e Melhor Fruta: Uma fotobiografia de Joaquim Vieira Natividade*, Lisboa: Euronatura.

García-Pereda, Ignacio & Guerreiro, Alberto, 2020, “Olivais, Vinhedos, Cereais e Floresta no Concelho de Santarém: As observações do Inquérito Agrícola e Florestal (1953)”. In *Santarém: Arte, História e Património*, 405-412. Lisboa: Caleidoscópio.

Gardé, Alberto, & Gardé, Nidia, 1970, *Culturas Horícolas*, Lisboa: Editora Livraria Clássica.

Goes, Ernesto, 1984, *Árvores Monumentais de Portugal*, Lisboa: Portucel.

Gomes, Mário de Azevedo, 1929, “Contra a encorporação do ensino agrícola no Ministério da Instrução”, *Seara Nova*, 149, 67-69.

Gomes, Mário de Azevedo, 1932, *A Reorganização do Ministério da Agricultura (Estudo crítico)*, Lisboa, Seara Nova.

Gomes, Mário de Azevedo, 1934, “Estudo biográfico sobre o engenheiro Joaquim Rasteiro”, *Anais do ISA*, 7-30.

Gomes, Mário de Azevedo, 1953, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior / recolha de dados e apontamentos críticos*, Lisboa : Editorial Inquérito.

Gomes, Carlos Jorge Manso, 2018, *Os assistentes sociais e a criação de áreas*

protegidas em Portugal (1976-1980), Vila Real: UTAD.

Gomes, Maria Antónia Martins, 1953, A laranja e o seu aproveitamento industrial, Lisboa: ISA.

Gomes, Neto, 2022, Fialho Anastácio - Prestar Contas, Loulé.

Gonçalves, Gabriel Guerreiro, 1985, A Experiência Agrícola Espanhola (relatório de uma visita efectuada à mancha espanhola produtora de alfarroba); Faro: Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

González, Maria Manuela Leal, 1970, Cultura de Uva de Mesa no Algarve, Coimbra: Escola de Regentes Agrícolas.

Graça, Luís Quartin, 1927, “O Sindicato Agrícola em Portugal”, Agros, 3, 53-55.

Graça, Luís Quartin, 1949, Subsídios para uma política agrícola, Lisboa: livraria Luso-Espanhola.

Graça, Luís Quartin, 1957, “Discurso na inauguração do silo de milho de Tavira, “Gazeta das Aldeias, 16 de abril.

Graça, Luís Quartin, 1961, Na Secretaria de Estado da Agricultura 1958 1961, Factos e Comentários, Lisboa.

Guerreiro, Filipa de Castro, 2022, Colonias Agrícolas: a Arquitectura entre o doméstico e o território (1936-1960), Porto: Daphne.

Guerreiro, Manuel Gomes, 1951, Valorização da Serra Algarvia, Lisboa, DGSFA.

Guerreiro, Manuel Gomes, 1956, A Floresta Portuguesa, Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Guerreiro, Manuel Gomes, 1966, A Floresta Africana e os factores Bióticos, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.

Guerreiro, Manuel Gomes, 1991, O Mundo Mediterrâneo: Sua Diversidade e seu Futuro, Loulé: Câmara Municipal.

Guerreiro, Filipa de Castro, 2015, Colónias Agrícolas Portugueses construídas pela Junta da Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território, Porto: Universidade do Porto.

Horta, Luís, 2008, Dos recantos da memória: Tavira: crónicas, factos & figurantes, Mem Martins.

Lapa, João Ignacio, 1870, “Discurso inaugural proferido no dia da sessão

solemne da abertura das aulas do Instituto Geral de Agricultura,” O *Archivo Rural*, 3:57-66.

Leal, Francisco José Fernandes, 1970, *As culturas do tabaco e do algodoeiro em Angola*, Évora: Escola de Regentes.

Link, Friedrich, 1801, *Travels in Portugal and France and Spain*, London: Longman.

Lobo, Susana Luísa Mexia, 2012, *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa da 1ª República à Democracia*, Coimbra: Universidade de Coimbra.

Lopes, Marco António Gonçalves, 2005, *O ambiente museológico em Tavira no Estado Novo: Memória, Propaganda e Turismo*: Évora: Universidade de Évora.

Madeira, Guilhermina, 1967, *Horticultura, Floricultura e Patologia Vegetal*, Santarém: Escola de Regentes.

Martins, João Paulo & Diniz, Sofia, 2017, “Edifícios Públicos e os Móveis Olaio,” em *Móveis Olaio 1886-1998*, Loures: Museu de Cerâmica de Sacavém.

Macieira, Conceição Assis & Serodio, Conceição, *Móveis Olaio: 1886 - 1998*. Loures: Câmara Municipal de Loures.

Malato Beliz, José, 1963, *Aspectos de investigação geobotânica na Guiné Portuguesa*, Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar.

Malato Beliz, José, 1967, *Duas décadas de fitossistemática e de ecologia vegetal*, Elvas: Casa Ibérica.

Malato Beliz, José, 1969, *Limitações Ecológicas do Económico*, Elvas: Casa Ibérica.

Malato Beliz, José, 1979, *Serra de Monchique*, Lisboa: Serviço Nacional de Parques.

Malato Beliz, José, 1986, *O Barrocal Algarvio*, Lisboa: Serviço Nacional de Parques.

Mana, José Manuel Brito da, 1958, *Descrição e interpretação de alguns trabalhos de fitossanidade realizados no Posto Agrário do Sotavento Algarvio*, Évora: Escola de Regentes.

Marques, Maria Elvira Vieira, 1998, “Da Agronomia à Agricultura: Uma

leitura da Imprensa Eborense 1886- 1914”, Lisboa: ISCTE.

Marques, Maria Helena, 2014, Para não perder o inço. Práticas, discursos e conflitos em torno da guarda de sementes. Lisboa: ISCTE.

Marreiros, António José Cruz, 1983, Ensaio comparativos de variedades de melão (*Cucumis melo L.*) em estufa, túnel e ar livre, no Patacão (Faro) e em Tavira, Évora : Universidade de Évora.

Martins, Fernando da Silva, 1953, Subsídios para o estudo da produção de citrinos no Algarve, Lisboa: ISA.

Massapina Junior, José Francisco, 1944, Algumas notas sôbre a cultura da alfarrobeira na província do Algarve, Santarém: Escola de Regentes Agrícolas.

Massapina Junior, José Francisco, 1995, Citricultura : Guia Ilustrado, Faro: Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

Mateus, R., Duarte, A. & Marreiros, António, 2020, Identificação de variedades tradicionais de macieira associadas à designação “pêro de Monchique,” *Actas Portuguesas de Horticultura*, 32: 269-276.

Matos, Ana Cardoso de, 2000, “Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX», *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*,

Matias, Domingos João Calado, 1977, Os citrinos no Algarve, Évora: Escola de Regentes Agrícolas.

Mayer, Rui, 1916, A Universidade Americana, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial.

Mattos, José Franco Pereira, 1900, A Alfarrobeira, Lisboa: ISA.

Mendes, António Rosa, 2010, Faro Roteiros Republicanos, Matosinhos: Quidnovi.

Mendonça, Francisco de Ascensão, 1948, Itinerário fitogeográfico da campanha de 1942 da missão botânica de Moçambique, Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Mendonça, Francisco de Ascensão, 1950, “O desnudamento das serras do Algarve”, en II Congresso Regional Algarvio, 27.

Mello, Maria Luísa Cardoso Mercês de, 1959, A mulher no mundo rural, Lisboa: ISA.

Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, 1886, Plano de Organização dos Serviços Agrícolas, Lisboa: Imprensa Nacional.

Ministério das Corporações, 1966, A terra e o homem: Casas do Povo, Lisboa.

Miranda, Joaquim Lobo, 1909, Cultura da Figueira no Algarve, Lisboa: Instituto de Agronomia e Veterinaria.

Moller, Adolfo F., 1891, "O Algarve e a Palmeira das Vassouras", Jornal de Horticultura Práctica 20: 207-211.

Moraes, Paulo de 1889, Inquérito Agrícola: Estudos de Economia Rural da 7.^a Região Agronómica, Lisboa.

Mota, Miguel, 1979, Comentários às I Jornadas de Extensão Rural, Oeiras: SCAP.

Mubai, Boaventura, 2014, Os serviços de extensão agrária pública ao pequeno agricultor familiar do distrito de Boane-Moçambique, Maringá: Universidade Estadual.

Nascimento, Bento dos Santos, 1944, A Batata-Doce, Lisboa: ISA.

Navarro, André, 1941, "Discurso proferido em 30 de Outubro no acto de encerramento das Primeiras Jornadas Agronómicas", Boletim Mensal da Junta Nacional das Frutas, 10: 3-4.

Neves, Henrique Costa, 1968, 1a Semana Internacional da Laranja de Valencia (Espanha), Lisboa: Junta Nacional das Frutas.

Nunes, Maria de Fátima, 2001, Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de «sciencia agricola» em Portugal. Lisboa: Estar Editora.

Oliveira, António Leal, 1955, Vegetação da serra do Caldeirão, Lisboa: ISA.

Oliveira, António Leal, 1963, Aproveitamento dos solos halomórficos espanhoes - visita às marismas do Guadalquivir, suas relações com o caso português. Lisboa: JCI.

Oliveira, António Leal, 1973, Prestando Contas: Assembleia Nacional X Legislatura, Lisboa: edição do autor.

Oliveira, António Leal, 1977, Ria de Faro - Conservação e Aproveitamento, Faro: Correio do Sul.

Oliveira, António Leal, 1991, Subsídios para a delimitação do Parque Natural de Monchique, Portimão: edição do autor.

Quaresma, José Alberto, 2018, Biografia Manuel Teixeira Gomes, Lisboa: Imprensa Nacional.

Pais, José João Marques, 2007, Rafael Duque (1893-1969), Chamusca.

Palma, Patrícia de Jesus, 2022, “O contributo da Sociedade Agrícola do Algarve (1848-1876) para o desenvolvimento da cultura científica,” Anais do Município de Faro, 44: 313-340.

Pan-Montojo, Juan, 2005, Apostolado, profesión y tecnología. Una historia de los agrónomos en España, Madrid: ANIA.

Pastor, Artur, 1965, Algarve, Lisboa: Bertrand.

Pedroso, José, 1928, “Posto Agrário de Sotavento do Algarve - Tavira”, Boletim Agrícola mensal (Évora), 6: 131-136.

Pereira, José Clemente Sanches Dias & Cabral, Luís Gaspar, 2001, Escola Agrícola de Coimbra - Sua História, Coimbra: ESAC.

Pereira, Mário, 1955, Fundamentos e Objectivos do Plano de Fomento Agrário, Lisboa: INE.

Pereira, Natália, 2016. “Nós, o povo: as redes das casas do povo nos alinhamentos corporativos (1933-1974),” Oficina do Historiador 9/2: 99-118.

Pessoa, Fernando Santos, 1968, A Madeira. Um Parque Natural. Bases para o seu estabelecimento, Lisboa: ISA.

Pessoa, Fernando Santos, 2007, Manuel Gomes Guerreiro: fotobiografia, Loulé: Fundação Vieigas Guerreiro.

Pinto, Bruno & Partidário, Marta, 2011, “The history of the establishment and management philosophies of the Portuguese protected areas: Combining written records and oral history.” Environmental Management 49(4): 788–801 .

Pires, António José Costa, 1952, Subsídios para o estudo fitogeográfico do concelho de Faro, Lisboa: ISA.

Pires, António José Costa, 1965, A instalação do moderno pomar, Lisboa : Direcção Geral de Educação Permanente.

Pires, Domingos Victória, 1925, “O trigo espelta na alimentação pecuária”,

Agros, 1: 18-20

Pires, Domingos Victória, 1928, “O que fez o Posto Agrário de Elvas”, Boletim Agrícola mensal (Évora), 6: 124-130.

Pires, Domingos Victória, 1956, “Discurso na inauguração da Exposição Agrícola do Porto”, Gazeta das Aldeias, 16 de Outubro.

Pires, Domingos Victória, 1956b, Alguns aspectos agrícolas dos Estados Unidos e do Canadá, Lisboa: Ministério da Economia.

Pires, Domingos Victória, 1957, “Discurso na inauguração do celeiro de armazenagem de milho de Tavira”, Vida Rural, 13 de abril.

Pires, Domingos Victória, 1966, “Discurso na inauguração da Estação Agronómica Nacional em Oeiras”, Agricultura, 32, 46-50.

Pires, Maria do Céu Bagulho Victória, 1954, *Carpophilus Hemipterus L.* (Contribuição para o seu estudo), Lisboa: ISA.

Pires, Leonardo Aboim, 2018, *A Junta Nacional das Frutas: Corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa: FCSH.

Pires, Leonardo Aboim, 2019, “Saber para produzir, produzir para melhorar: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal”, *História. Revista da FLUP*, 9(1): 202-230.

Pires, Leonardo Aboim, 2021, “Loulé e a institucionalização do corporativismo no Algarve”. em *Atas do IV Encontro de História de Loulé*, 299-316. Loulé: Câmara Municipal de Loulé - Arquivo Municipal.

Prazeres, Helela Maria Gago Cansado Valente, 1975, *Fitosanidade e Fruticultura*, Évora: Escola de Regentes Agrícolas.

Prazeres, José Fernando Valente, 1976, *A Fruticultura no Sotavento Algarvio*, Évora: Escola de Regentes.

Queiroz, Jorge, 2022, “Artur Pastor e a identidade-rostos de um país”, em *Artur Pastor e os Mundos do Sul*, Tavira, Museu Municipal: 23-26.

Radich, Maria Carlos, 1988, “O Elogio da Ciência: a agronomia portuguesa no século XIX”, *Ler História*, 14, 33-51.

Radich, Maria Carlos, 2007, *O Algarve Agrícola: Notícias Oitocentistas*,

Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea.

Rasteiro, Joaquim, 1913, *O Estado e a Agricultura*, Lisboa: ISA.

Rasteiro, Joaquim, 1926, “O ensino da Arboricultura”, *Agros*, 9: 281-286

Rasteiro, Joaquim, 1926b, “O ensino da Thremmatologia”, *Agros*, 9: 297-302.

Rasteiro, Joaquim, 1929, *Portugal: A Agricultura*: Lisboa: Imprensa Nacional.

Repartição dos Serviços Agronómicos, 1899, *Estatutos do Sindicato Agrícola de Faro*, Lisboa: Imprensa Nacional.

República Portuguesa, 1930, *Orçamento Geral para o ano económico de 1930-1931*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Rodolfo, José Joaquim Ventura, 1953, *Os sapais do Algarve*, Lisboa: ISA.

Rodrigues, Lurdes, 1999, *Os engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta.

Reis, Jaime, 1982, “Latifundio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930” *Análise Social* 18 (71), 371-433.

Riberio, António Lopes, 1962, “Reflexões sobre a actividade agronómica em Portugal” *Agricultura*, 15: 5-7

Ribeiro, António Lopes, 1968, “A investigação e a extensão, como bases do progresso da agricultura”, *Agros* 51(1): 157-162.

Ribeiro, António Lopes, 1973, “Extensão Agrícola”, *Agricultura*, 2/1: 17-25

Ribeiro, António Lopes, 1979, *A organização da extensão*, Lisboa: SCAP.

Ribeiro, José Manuel Castel-Bramco, 1953, *Estudo da rede de rega da zona de Canada da Obra de Beneficiação das Campinas de Silves, Portimão e Lagos*, Lisboa: ISA.

Ribeiro, Tancredo do Casal, 1892, “Relatório do agrónomo chefe da 9a Região Agronómica”, *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, 11: 1213-1216.

Rodríguez-Granell, Ana, 2020 “La arquitectura de la autarquía a través del debate sobre la modernidad: el ideario falangista en proyectos del Instituto Nacional de Colonización y la Obra Sindical”, *Journal of Spanish Cultural Studies*, 21/2: 205-223.

Rollo, Maria Fernanda, 2016, “Inovação contida: Vitória Pires e a tensão pela modernização agrícola em Portugal no pós-guerra,” em: *Atas Old and New Worlds: the Global Challenges of Rural History*.

Rosa Mendes, António, 2010, Faro Roteiros Republicanos, Matosinhos: Quidiniovi.

Rosas, Fernando, 1991, “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)”, *Análise Social*, 112-113 (26), 771-790.

Sacarrão, Germano da Fonseca, 1960, “A protecção da natureza em Sagres”, *Prot. Nat.*: 3-4.

Santos, Cristina Fé, 2015, Pousada de São Bras, São Bras de Alportel,: Museu do Traje

Santos, Miguel, 2016, A actividade cultural em Tavira durante o Estado Novo, Faro: Universidade do Algarve.

Saraiva, Tiago, 2021, *Porcos Fascistas*, Porto: Daphne Editora.

Schmidt, Luisa, 2008, “Um balanço curto para uma longa causa” in 60 anos pela natureza em Portugal, Lisboa: LPN, 138-145.

Sequeira, Eugénio Manuel Bilstein Menezes de, 1961, *Alfarroba. Alguns ensaios para a determinação do seu valor alimentar*, Lisboa: ISA.

Silva, António Cardoso da, 1966, *Alguns problemas de juventude rural*, Lisboa: ISA.

Silva, Elisa, 2019, *Estado, Território, população: Colonização Interna e Colonias Agrícolas no Estado Novo*, Lisboa: ICS.

Silva, Filipe Felix, 1906, *Breve Estudo sobre a serra leste do Algarve*, Lisboa: Instituto de Agronomia e Veterinaria.

Silva, Manuel José Valadas, 1970, *Alguns aspectos da citricultura no Algarve*, Évora: Escola de Regentes Agrícolas.

Silva, Manuel Nobre Paulino, 1954, *Contribuição para o estudo fitogeográfico da freguesia de Monchique*, Lisboa: ISA.

Soares, José Manuel, 1956, *Estudo económico da fruticultura no concelho de Loulé*, Lisboa: ISA.

Soares, José Manuel, 1961, “Os frutos e produtos hortícolas na economia do Algarve”, *Boletim da Junta Nacional das Frutas*: 47-90.

Sotero, José Manuel da Cruz, 1972, *Fruticultura*, Évora: Escola de Regentes Agrícolas.

Sotero, Luísa Chagas Bernardo, 1972, *Extensão Agrícola Familiar*, Évora: Escola de Regentes Agrícolas.

Stanislawski, Dan, 1963, *Portugal's other kingdom: the Algarve*, Austin: University of Texas Press.

Suay, Ignacio, 2021, "O Laboratório Aduaneiro de Lisboa: Química, Alfândega e Peritos" em *Ciência, tecnologia e medicina na construção de Portugal. Identidade e "Missão civilizadora"*. Séc. XIX, Lisboa: Tinta da China: 341–362.

Tavora, Luis, 1973, "As estações agrárias e a investigação agrícola", *Agricultura*, 2/1: 53-54.

Teixeira, Luís Humberto, 2011, *Verdes Anos: História do Ecologismo em Portugal*, Lisboa: Esfera do Caos.

Telles, Gonçalo Ribeiro, 1973, "Entrevista com Urbano Tavares Rodrigues", *Diário de Lisboa*, 30 de março: 6-7.

Thompson, Paul, 1978, *The Voice of the Past. Oral History*, Oxford: Oxford University Press.

Varela, Raquel & Piçarra, C., 2016, "A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução," *Estudos Ibero-Americanos*, 42 (3): 1189-1218.

Villax, Edmond & Mota, Miguel, 1953, "Behaviour of a *Triticum * Secale* hybrid under the action of conchicine", *Nature* 177: 412-413.

Weinholz, Francisco Bivar, 1891, *Economia da 9ª Região*, Lisboa: Instituto de Agricultura e Veterinária.

Weinholz, Manuel de Bivar Gomes da Costa, 1883, *A Figueira no Algarve*, Lisboa: Instituto de Agricultura e Veterinária.

Willkomm, Heinrich, M. 1854, "Königreich Algarve", *Gumprecht. Z. Allg. Erdk.* 3: 241-306.

Worster, Donald, 2021, *Les Pionniers de l'Écologie*, Paris: Arthaud Poche.